

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANDRÉ LEMES DA SILVA



DA ECOLOGIA SOCIAL À EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO LIBERTÁRIO DE MURRAY BOOKCHIN

RIO GRANDE
OUTUBRO DE 2007

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANDRÉ LEMES DA SILVA



DA ECOLOGIA SOCIAL À EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO LIBERTÁRIO DE MURRAY BOOKCHIN

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Orientador: Prof. Dr. José Vicente de Freitas

RIO GRANDE
OUTUBRO DE 2007

S586e Silva, André Lemes da
Da ecologia social à educação ambiental : as contribuições
do pensamento libertário de Murray Bookchin / André
Lemes da Silva ; orientação do Prof. Dr. José Vicente de
Freitas. – Rio Grande : FURG, 2007.
176f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade
Federal do Rio Grande – Mestrado em Educação Ambiental.

1. Educação ambiental. 2. Ecologia social. 3. Autogestão.
4. Anarquismo. 5. Hierarquias. 6. Municipalismo libertário.
7. Murray Bookchin. I. José Vicente de Freitas. II. Título.

CDU 504.03:37

Catálogo na fonte: Bibliotecária Alessandra Lemos CRB10-1530

À Camila, minha companheira, por sua
compreensão, preocupação e apoio incondicional.

À Laura, nossa filha, que, mesmo na sua
complexidade de criança, soube compreender os momentos
em que não pude dar-lhe a atenção merecida.

A vocês, dedico, além deste trabalho, todo
o meu amor e o meu carinho.



AGRADECIMENTOS

Esta dissertação se constitui num conjunto de movimentos e idéias que me acompanharam e ainda acompanham. E essas idéias e movimentos são frutos dos intensos diálogos que compartilhei com várias pessoas até este momento de minha trajetória. Portanto, não poderia colocar um ponto final na dissertação sem antes lembrar das pessoas e instituições que, em diferentes momentos, contribuíram no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço, especialmente, aos meus pais, Armelinda e Vilson e aos meus irmãos, Cristiano e Fernando, por estarem presentes em minha vida, por acreditarem em mim e me incentivarem a concretizar meus sonhos.

Igualmente, agradeço à minha segunda família, Nina, Aramis e Vó Conceição, pela acolhida e afeto.

Não poderia deixar de lembrar do meu grande amigo Jorge Satt, que me acolheu como irmão quando cheguei a Rio Grande e que me permite compartilhar angústias e alegrias.

Agradeço, também, ao Igor Velho, amigo que fiz durante o curso de mestrado, companheiro de orientação, de trabalho e de todas as horas.

Ao amigo Nélon Theodósio, com quem tive o privilégio de ter compartilhado momentos importantes.

A todos da Escola Municipal Helena Small, especialmente à professora Andréa Escovar, pela compreensão e colaboração nos momentos em que mais precisei. Agradeço, igualmente, ao professor, colega e amigo Adão Veiga, por me ensinar o exercício da docência e por permitir-me compartilhar do seu afeto e sabedoria.

A todos do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (CAIC/FURG) – equipe de direção, professores, funcionários, alunos, equipe da área da saúde, equipe dos projetos –, por me acolherem e por estarem compartilhando de um novo desafio que me dispus a realizar. Agradeço pela compreensão de todos pelo período em que precisei me ausentar para a conclusão desta dissertação. Ainda, faço um destaque especial para o meu companheiro de trabalho e amigo Saul, por me ensinar o exercício da administração, sem deixar de lado o carinho e a compreensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG – coordenação, professores e colegas estudantes – pela oportunidade e por acreditarem que eu poderia contribuir com minha pesquisa.

Ao professor Alfredo Martín, que prontamente aceitou meu pedido para participar da qualificação do meu projeto e da argüição de minha dissertação, assim como pela confiança e disponibilização de seu acervo pessoal que em muito contribuiu para a concretização deste trabalho.

À professora, amiga e companheira de organização de seminários, Maria do Carmo Galiazzi, por aceitar meu convite para participar da argüição do meu trabalho, bem como por aceitar ser avó “emprestada” da minha filha. Obrigado por permitir-me compartilhar de sua sabedoria.

Agradeço ao professor José Ribeiro Júnior, por ter aceito o convite para participar da apreciação tanto do meu projeto de qualificação, quanto do trabalho final.

Ao professor Fernando Noal, que, mesmo de última hora, prontamente aceitou em colaborar na apreciação do trabalho final, minha sincera gratidão.

À Janet Biehl, companheira de Murray Bookchin, que prontamente atendeu minhas solicitações e que, gentilmente, escreveu um texto sobre Bookchin e o enviou para ser anexado a esta dissertação.

Quero fazer um agradecimento especial ao professor, orientador e amigo José Vicente de Freitas, pelos ensinamentos, incentivo e oportunidade de construir este trabalho. Obrigado por ter me recebido, ainda como bolsista de graduação e ter oportunizado grande parte do aprendizado que hoje disponho, tanto em termos do movimento administrativo e acadêmico, quanto no modo sereno e carinhoso de ser.

Por fim, agradeço a todos e todas que de alguma forma contribuíram na construção deste trabalho e, igualmente, desde já agradeço aos futuros interlocutores que certamente irão colaborar para a ampliação dos diálogos e aprofundamentos das idéias desta pesquisa.

Rio Grande (RS), primavera de 2007.

André Lemes da Silva



Que una sociedad sea descentralizada, que use energía solar o eólica, que esté cultivada orgánicamente, o que reduzca la contaminación: nada de esto puede por sí solo o incluso en una combinación limitada crear una sociedad ecológica. Ni tampoco pueden pasos dados gradualmente, aun si son bien intencionados, resolver siquiera parcialmente problemas que ya han alcanzado un carácter universal, global y catastrófico.

Murray Bookchin

RESUMO	09
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
1 NO CONTORNO DO MOVIMENTO, A EMERGÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA	39
2 A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO LIBERTÁRIO CONTEMPORÂNEO	67
3 DO SOCIALISMO LIBERTÁRIO À ECOLOGIA SOCIAL: compreendendo a vida e a obra de Murray Bookchin	84
4 NO CONTEXTO DA CRISE ECOLÓGICA CONTEMPORÂNEA, AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE MURRAY BOOKCHIN	105
4.1 O conceito de Ecologia Social	116
4.2 A questão da dominação e da hierarquia	123
4.3 Em busca do legado da liberdade: a construção da sociedade ecológica	133
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
ANEXOS	165

RESUMO

A Educação Ambiental se apresenta como sendo um importante espaço de diálogos que convergem para o debate e superação das atuais questões socioambientais que nos acompanham. Nesse sentido, esta dissertação trata de estudar, no contexto do pensamento libertário, a obra do pensador e militante anarquista Murray Bookchin, buscando a identificação de categorias conceituais que possibilitem analisar quais as contribuições que o pensamento desse autor pode trazer para o campo da Educação Ambiental. São, basicamente, dois os meus objetivos com esta pesquisa: 1) Identificar e apresentar o contexto da obra do pensador libertário Murray Bookchin, destacando os aspectos da mesma que contenham subsídios teórico-epistemológicos para o entendimento das questões ecológicas contemporâneas; 2) Contribuir, através desses subsídios teórico-epistemológicos para a ampliação dos espaços de diálogos que se apresentam no campo dos fundamentos da Educação Ambiental. O desenvolvimento do trabalho se amparou na perspectiva da pesquisa historiográfica e no método da análise documental de cunho qualitativo. Desse modo, na busca de atribuir sentido aos objetivos propostos, foram se apresentando, em torno do mote principal, algumas possibilidades que encaminham o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, para falar sobre a obra de Murray Bookchin, destaco o contexto teórico que fundamenta seu pensamento, ou seja, o cenário no qual emerge a perspectiva do pensamento libertário, identificando e situando as tendências e grupos. Seguindo, apresento a vida e o conjunto da obra de Bookchin para, ao final, empreender um esforço no sentido de apresentar as principais idéias e premissas que sustentam o seu pensamento e que se vinculam ao contexto da crise socioambiental contemporânea, bem como as alternativas para a superação desse quadro. Partindo disso, realizei uma leitura sobre o processo de constituição do movimento da Educação Ambiental, identificando algumas das estruturas conceituais e temáticas que lhe atribuíram e atribuem sentidos. Numa última direção, destaco em que medida as categorias emergentes nesse processo, poderão contribuir, ou mesmo servir como referências para a ampliação dos diálogos no campo dos fundamentos da Educação Ambiental. Concluo que a obra de Murray Bookchin contém importantes subsídios teórico-epistemológicos que possibilitam ampliar a compreensão da complexidade das questões ecológicas, assim como apresenta importantes alternativas para a sua superação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Ecologia Social; Autogestão; Anarquismo; Hierarquias; Municipalismo Libertário; Murray Bookchin.



ABSTRACT

Environmental Education presents itself as an important platform for dialogues that converge to the debate and the solution of the present socio-environmental issues that we face. Therefore, this discourse is a study, within the context of the libertarian thinking, of the work of the theorist and anarchy militant Murray Bookchin. This study searches for the identification of categories of concepts that allow the evaluation of what his theory can contribute to the Environmental Education. There are two basic objectives in my research: 1) To identify and present the context of the libertarian theorist Murray Bookchin, highlighting its aspects that contain epistemological tools for the understanding of contemporary ecological issues; 2) To contribute to the increase of the dialogues that surface in the field of Environmental Education through these epistemological tools. The study was developed based on the perspective of the historiographical research and the documental analysis method with qualitative nature. Thus, in the strife to make sense of the proposed objectives, new possibilities arose from the main subject opening pathways for the development of the research. Hence, in order to discuss Murray Bookchin's work, I emphasize the theoretical context that is the basis of his thinking, which means, the stage from which the perspective of the libertarian thinking emerges, identifying and establishing the tendencies and groups. As follows, I illustrate Brookchin's life and work so to put an effort in regards to presenting his main ideas and premises that support his thinking, which are connected to the context of the contemporary socio-environmental crisis, along with the alternatives to overcome this issue. Therefore, I took a careful read about the process of formation of the Environmental Education movement, and analyzed the structures of the concepts and themes that shape its foundation. In a final approach, I highlight how the emerging categories of this process will be able to contribute, or rather, be a reference to the expansion of the dialogue in the field of Environmental Education. I conclude that Murray Bookchin's work has important epistemological instruments that enable the understanding of the complexity of the ecological issues, and it also presents important alternatives for its solution.

Keyword: Environmental Education; Social Ecology, Self-governance, Anarchism, Hierarchism, Libertarian Municipalism, Murray Bookchin.



INTRODUÇÃO

Marcava o final do ano de 2004, quando estava concluindo o curso de graduação e já me preparava para ingressar no Mestrado em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Após o teste de seleção e com a notícia da aprovação, mais um desafio se apresentava no contexto da minha formação profissional e acadêmica.

Já envolvido com grupos de pesquisa e profundamente sensibilizado e motivado pelas vivências do local onde trabalhava como bolsista – o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – apresentei, como proposta de pesquisa, estudar as contribuições do pensador libertário norte-americano Murray Bookchin como possibilidade de ampliação dos espaços de diálogos que se apresentavam no contexto dos fundamentos da educação ambiental.

Entretanto, a escolha dessa temática de pesquisa não se deu ao acaso. Ao revés, ela é resultado de um conjunto de vivências e interlocuções, as quais fui estabelecendo, especialmente, ao longo de minha trajetória acadêmica. Nesse sentido, antes mesmo de avançar na particularização da apresentação de minha temática de investigação, penso que é necessário realizar uma outra tarefa: justamente resgatar a

trajetória e o processo que me levava a escolha do tema dessa pesquisa.

Chamo a atenção do leitor para o fato de que minha fala, no decorrer deste trabalho, será em primeira pessoa, uma vez que ela reflete a minha constituição enquanto sujeito e pesquisador. Entretanto, cabe ressaltar que, visto no seu conjunto, as falas contidas aqui demonstram a confluência de uma multiplicidade de vozes que influenciaram e ainda influenciam o meu modo de pensar e agir.

Digo isso, por entender que o objeto de uma pesquisa não é algo dado ou pronto, que fica a disposição de quem pesquisa. Ao contrário, ele emerge da própria caminhada empreendida pelo sujeito que investiga, a partir de sua reflexão problematizadora, suas dúvidas, seus questionamentos, o desejo de conhecer e de compreender as coisas. Nesse sentido, utilizo-me das palavras de Freitas (2003) quando afirma que:

“(...) é inescapável, a quem investiga, remontar e refletir sobre sua própria trajetória como uma articulação válida da experiência pessoal na qual vai se forjando a condição de pesquisador, uma vez que ela compõe as múltiplas determinações que justificam suas opções. (...) Afinal, quem é este pesquisador que se lança a uma pesquisa desta natureza? Qual o lugar de onde fala? Com que lentes enxerga o mundo?” (p. 16-17).

Início minha trajetória acadêmica no ano de 2001, quando, através de concurso vestibular, ingressei no curso de História – Licenciatura Plena, da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. A opção por esse curso se deu mais pelo desejo de vir a ser professor, do que propriamente pela vontade de se tornar historiador.

Tive um início um pouco conturbado, tendo em vista a necessidade de adaptação, afinal, havia saído da pacata cidade de Casca (serra gaúcha) para dar início a uma nova caminhada num terreno por mim desconhecido, tanto no que diz respeito à cidade de Rio Grande, quanto à própria vida acadêmica. Mas, aos poucos, fui me adaptando nesse novo ritmo e o próprio curso de História foi se configurando em meu olhar como sendo mais do que uma opção pela formação docente, indo além, se apresentando como uma possibilidade para a constituição de uma nova forma de compreensão de mundo e do próprio aprimoramento intelectual.

No decorrer do primeiro ano, o curso esteve voltado mais especificamente para o campo da História, assim como para as contribuições de outras áreas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a Sociologia, a Arqueologia e a Filosofia. Assim, se deu o meu primeiro contato com autores clássicos, dentre os quais poderia destacar Vavy Pacheco Borges, com seu livro *O que é História*, que me permitiu lançar um olhar geral sobre o movimento histórico da humanidade. Ainda poderia falar em Platão, Aristóteles, Max Weber, Karl Marx, Antônio Gramsci, Émile Durkheim, Marc Bloch, Lucien Febvre, Jacques Le Goff, Fernand Braudel e Carlo Ginzburg. É por certo que não aprofundei o estudo das obras de todos esses autores, mas sim, procurei perceber, através dos textos lidos e das discussões em sala de aula, o movimento geral de suas bases de pensamentos.

Apesar de estar envolvido com as discussões clássicas da História, sentia a necessidade de um contato mais específico com o campo da educação, tendo em vista o meu desejo inicial. Foi então que, em abril de 2001, passei a integrar a equipe de bolsistas voluntários do Centro de Atenção Integral à Criança da Cidade do Rio

Grande (CAIC) ¹, desenvolvendo atividades no projeto “Repensando a Prática Pedagógica na Educação Infantil e no Ensino Fundamental”. Inicialmente, realizava trabalho junto à biblioteca da escola, auxiliando no atendimento aos alunos. Posteriormente, comecei a participar, juntamente com o professor titular da disciplina de História, de algumas atividades em sala de aula, assim como no reforço escolar e em atividades extra-classe. Esse foi um momento muito importante no meu processo de formação, tendo em vista que passei a trabalhar diretamente com uma realidade social desafiadora, o que me permitiu correlacionar alguns conceitos teóricos discutidos na academia com a realidade de uma parcela marginalizada da população. Trabalhei nessa escola até o final do período letivo e, a partir de então, reafirmei com mais entusiasmo a minha vontade de exercer a profissão docente, amparado agora, pelos referenciais advindos da História.

No segundo semestre desse mesmo ano, cursei uma disciplina intitulada História da Arte, ministrada pela Professora Ivana Nicola Lopes. Em uma de nossas aulas a professora nos apresentou um documentário chamado “Nós que aqui estamos por vós esperamos”, uma produção nacional do cineasta Marcelo Masagão, inspirada na obra “O breve século XX”, do historiador Eric Hobsbawn. Esse documentário, sem falas, constituído apenas de textos, imagens e músicas, relata o intenso movimento empreendido pela humanidade ao longo de apenas um século de história, com destaque para as transformações ocorridas em todos os aspectos da vida social, desde o avanço técnico, passando pelo assolamento de duas grandes guerras mundiais, a experiência socialista, a revolução no campo das artes, o movimento feminista, os problemas socioambientais enfrentados pela

¹ Trabalhei no CAIC durante todo o ano de 2001 como bolsista voluntário e, como que por ironia, retornaria a esse mesmo local cinco anos mais tarde para atuar não mais como bolsista, mas sim como profissional efetivo, conforme destacarei no decorrer da introdução.

população do planeta, especialmente aquelas pessoas, ampla maioria, que encontram-se às margens das “oportunidades” oferecidas pela lógica do capital.

Nessa aula, fui tomado de uma emoção e um sentimento de impotência tão grande que, a partir daí, passei a me dar conta da urgência em tratarmos, com olhares mais atentos, os problemas sociais.

No ano seguinte (2002), além das já tradicionais disciplinas da História, passei a cursar algumas disciplinas ligadas à Psicologia da Educação e à Educação, mais especificamente. A partir de então, entrei em contato com alguns autores clássicos da área da psicologia, destacando-se os estudos de Jean Piaget e Lev Vygotsky. No campo da educação estudei a fundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assim como fui apresentado a um dos maiores nomes da educação brasileira: Paulo Freire. Através de seus clássicos *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Autonomia* e *Pedagogia da Indignação*, dentre outros, Freire nos apresenta os referenciais de uma educação problematizadora e de uma educação como prática da liberdade. Poderia destacar também, as contribuições de Carlos Rodrigues Brandão, através de seu livro *O que é educação* e de Edgar Morin e sua teoria da complexidade.

Ao longo das aulas, tanto das disciplinas ligadas à História, quanto àquelas ligadas à educação, discutíamos muito as questões referentes à problemática social (capitalismo, fome, miséria, relações sociais, etc) e à educação como um todo. Mas, sentia a necessidade de ir além, de sair do campo da crítica simplista e passar a pensar no apontamento de algumas alternativas para esses problemas.

Foi então que, em maio de 2002, passei a integrar o grupo de pesquisa que estuda “As Ecotopias na América Latina”, sob coordenação do Prof. José Vicente de Freitas. Ali passei a ter contato com experiências alternativas concretas, através das eco-comunidades alternativas, que contribuía significativamente para se pensar a emergência de um novo modelo de sociedade e de novas relações entre o homem e a natureza. Permeavam as nossas discussões, autores como Félix Guattari e sua obra *As três ecologias*, Murray Bookchin e suas idéias contidas no livro *Por una sociedad ecológica*, que acabaram se tornando relevantes no desenho do projeto eco-comunitário da *Comunidad del Sur* (Uruguai). Destaco, ainda, as contribuições de Manfred Max-Neff e Cornelius Castoriadis. Essa nova experiência se configuraria no meu primeiro contato direto com o ramo da pesquisa, assim como com o campo da Educação Ambiental (EA).

Nesse mesmo ano, através desse grupo de pesquisa, passei a ter um contato mais direto com o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG, exercendo, até mesmo, algumas atividades no âmbito da secretaria. Em novembro de 2002, participei do IV Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (Anped-Sul), o que me possibilitou adentrar ainda mais nas discussões que permeiam o campo da educação e da própria educação ambiental.

Em 2003, seguia no grupo de pesquisa e dava continuidade ao curso de História. Em janeiro, apresentei uma proposta de trabalho para participar do Programa Universidade Solidária 2003 (UNISOL). Tendo ocorrido o processo de seleção, fui aprovado para participar, juntamente com outros nove alunos, do módulo nacional do UNISOL, que seria realizado na cidade de Itatim/BA. Após ter participado de um curso de 80 horas de capacitação em Rio Grande, fomos para Itatim,

onde passamos todo o mês de março desenvolvendo atividades com a população em geral. Particularmente, o nosso projeto, desenvolvido em conjunto com mais três colegas, voltou-se para a área da educação. Preparamos um curso de capacitação, tendo em vista que a quase totalidade dos professores da rede pública de ensino, daquela cidade, não possuíam curso de formação superior.

Trabalhamos com temáticas que foram guiadas pelos referenciais da educação ambiental, dentre as quais destacamos: a noção de ambiente, cidadania, direitos humanos, história e métodos alternativos de aprendizagem. Ao voltarmos para Rio Grande, fizemos um estudo que visava refletir sobre a nossa prática durante o desenvolvimento do programa, acertos e desacertos, apontando algumas alternativas para futuros trabalhos. Os resultados desse trabalho foram apresentados na II Mostra da Produção Universitária da FURG, realizada em novembro de 2003, oportunidade na qual fomos premiados com o terceiro lugar entre os projetos de extensão da área de ciências humanas.

Ao retornar da Bahia, passei a fazer parte do grupo de trabalho da secretaria do PPGA, na condição de estagiário, participando ativamente de todos os projetos e eventos realizados. No mês de maio, do mesmo ano, fiz parte da comissão organizadora do II Seminário Sobre Pesquisa Qualitativa em Educação, prestando suporte técnico ao evento. Nessa oportunidade, tive um contato mais direto com o referencial de alguns educadores ambientais, dentre os quais destaco o Prof. Valdo Barcelos, a Prof^a. Michèle Sato e a Prof^a. Isabel Carvalho.

Assim, ao mesmo tempo que dava continuidade ao curso de História, emergia sobre meu olhar a possibilidade de um maior envolvimento com um novo campo de atuação: a Educação Ambiental.

O envolvimento com as discussões sobre as temáticas da EA me levaram a pensar na possibilidade da construção de uma proposta de pesquisa para um futuro mestrado. Percebi que as questões que discutíamos nas disciplinas de História, nas disciplinas da Educação e no grupo de pesquisa, estavam permeadas pelos conceitos da educação ambiental – vista não somente como uma temática voltada para as questões naturais, mas sim como um campo de estudo e intervenção na própria realidade humana. Mas, nesse momento, tinha em mente que era necessário dar continuidade ao curso de História, assim como aprofundar ainda mais o meu conhecimento sobre a EA.

Nesse sentido, ao longo de 2003, participei de outros encontros sobre educação ambiental, dentre os quais destaco o III Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Ibirubá/RS, o II Simpósio Sul-Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Itajaí/SC, assim como a participação no curso de extensão: II Seminário de Pesquisa-Ação Sobre as Três Ecologias de Félix Guattari, sob coordenação do Prof. Alfredo Martín.

Já em 2004, encaminhava-me para a conclusão do curso de graduação, ao mesmo tempo que dava continuidade ao trabalho junto à secretaria do Mestrado em Educação Ambiental. Participei da organização do III Seminário Sobre Pesquisa Qualitativa em Educação e, no mês de outubro, do II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, realizado na cidade de Erechim/RS. Ainda, em abril desse mesmo ano, passei a integrar a equipe de voluntários do projeto “Acreditar” (projeto de extensão que visa à revisão do ensino médio), desenvolvendo atividades como docente da disciplina de História.

Um outro aspecto que julgo ter sido importante em minha trajetória, foi a realização do estágio supervisionado de História no

Ensino Fundamental e Médio. Essa foi a oportunidade formal de colocar em prática um pouco do conhecimento construído ao longo dessa primeira fase de formação. Passei por todas as etapas desse processo, iniciando pela construção de uma fundamentação teórica, que proporcionou o contato e aproximação de autores clássicos já citados anteriormente, como Freire, Brandão e Morin, assim como as idéias de outros autores, com destaque para Sueli Rolnik e suas questões ligadas à subjetividade e História, Jussemar Weiss Gonçalves e a sua reflexão sobre os rumos da educação pública no Brasil e José Vicente de Freitas e os seus métodos alternativos no ensino da História. Posteriormente, passei para o processo de planejamento e execução das aulas, assim como a reflexão sobre minha prática educativa.

Concluída essa última etapa do curso de graduação, passei a me dedicar na construção de uma proposta de pesquisa para ser apresentada no mestrado. As questões que emergiram e me inquietaram desde o início da trajetória acadêmica foram decisivas na elaboração dessa proposta de trabalho. Vislumbrei, assim, a possibilidade de confluir os referenciais construídos na área de formação com o campo da Educação Ambiental.

Ao final de 2004, participei da seleção para o Mestrado em Educação Ambiental e foi com a maior alegria e satisfação que recebi a notícia de minha aprovação. Agora se abria uma nova oportunidade de dar continuidade à formação acadêmica, ao mesmo tempo que possibilitava um mergulho mais intenso no campo da pesquisa. Nesse mesmo período, prestei seleção para o concurso de professor do magistério municipal de Rio Grande e fui classificado para nomeação, que ocorreria no ano seguinte.

No ano de 2005, iniciei minhas atividades como aluno do mestrado, cursando as disciplinas obrigatórias e optativas e também já procurando encaminhar o projeto de qualificação. Em junho deste ano, fui nomeado para o cargo de professor de História do magistério público municipal. Passei a lecionar na Escola Municipal Helena Small, maior escola da cidade do Rio Grande, situada no centro da cidade. Além da formação que buscava no mestrado, o trabalho como professor se apresentava como sendo extremamente desafiante e, ao mesmo tempo, apaixonante. Mesmo tendo já trabalhado em outras escolas, à época da graduação, era a primeira vez que eu me deparava como sendo o professor titular, responsável por cerca de 150 alunos.

E assim segui minha caminhada ao longo do ano de 2005. Nesse mesmo ano, me envolvi em uma outra atividade. Passei a integrar a equipe do Programa de Educação Ambiental do Porto do Rio Grande (ProEA-PRG), realizando cursos de educação ambiental nas mais diferentes esferas sociais da cidade do Rio Grande. Foi a oportunidade para pôr em prática o conhecimento adquirido tanto na graduação em História, quanto no mestrado.

No ano de 2006, seguia trabalhando no ProEA-PRG, na escola Helena Small e já encaminhava meu projeto de qualificação do mestrado. Em março deste ano, fiz a qualificação do projeto, espaço que entendo ter sido de extrema importância, uma vez que pude ouvir e dialogar com as contribuições dos membros da banca examinadora, encaminhando, assim o desenvolvimento da dissertação.

No mês de maio do ano em questão, participei do concurso para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e fui aprovado. Em agosto, fui nomeado para tal função, indo trabalhar – para a minha surpresa –

no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC/FURG. Já havia trabalhado nesse lugar como bolsista na graduação e agora retornava como funcionário efetivo. Tendo passado pouco mais de duas semanas nessa nova atividade, fui convidado pela administração da Universidade para assumir a direção do CAIC, uma vez que a antiga diretora precisou afastar-se por questões de saúde. Foi uma decisão bastante difícil, afinal continuava dando aulas à noite na escola Helena Small, trabalhava no ProEA-PRG e ainda precisava dar conta da dissertação de mestrado.

Mas, como todos os desafios que se apresentaram na minha vida, aceitei mais esse. Trabalhar no CAIC é vencer um desafio a cada dia. O Centro, administrado pela FURG, é um espaço que abriga, concomitantemente, uma Escola Municipal, um Centro de Saúde e uma área de Ação Comunitária. No âmbito da escola, são atendidos cerca de 800 alunos, advindos de comunidades periféricas do entorno do Campus Carreiros da FURG. No Centro de Saúde, funciona uma Unidade Básica do Programa de Saúde da Família, que atende a cerca de duas mil pessoas de quatro bairros próximos ao CAIC. Já a área da Ação Comunitária é responsável por todos os projetos desenvolvidos pelo CAIC, tanto no âmbito da escola, quanto no âmbito da saúde. São projetos que vão desde a educação continuada dos professores, passando por atividades de pesquisa, assistência social e psicológica, ações sócio culturais e geração de trabalho e renda.

Em função de estar acompanhando o desenvolvimento de todas essas ações, consegui estabelecer vínculos com as comunidades atendidas pelo CAIC. Como já destaquei, essas comunidades estão situadas na periferia da cidade do Rio Grande e encontram-se em grave situação de vulnerabilidade socioambiental. Daí o desafio dessa nova

atividade, ou seja, estar em constante diálogo com os espaços comunitários, buscando compreender o seu contexto e, ainda, contribuir para a superação dos indicadores de risco socioambiental a que estão submetidas.

No entanto, os meus tempos ficaram cada vez mais limitados, uma vez que passei a realizar uma jornada de 60 horas semanais de trabalho. Mas, infelizmente, não podia abdicar de nenhum trabalho, uma vez que deles dependiam eu e minha família. E assim, mesmo mergulhado na vivência intensa do trabalho como gestor e professor, fui encaminhando minha dissertação de mestrado.

A esta altura, penso já ter explicitado, mesmo que de modo breve, um pouco dos espaços pelos quais transitei e ainda transito, especialmente no aspecto profissional. As vivências que estabeleci e continuo estabelecendo nesses lugares contribuíram em muito para o lançamento de um olhar diferenciado nessa dissertação que se segue.

De modo mais específico, retomo agora o movimento da própria dissertação no seu processo de constituição e apresentação. Vejamos.

Com o processo de degradação do meio ambiente de forma permanente e progressiva, situação que vem se agravando ao longo dos séculos, principalmente a partir do momento em que o capitalismo se impõe como modo de produção dominante, o mundo vem se defrontando com problemas ambientais que se tornam cada vez mais complexos.

A pesquisadora Ieda Freitas (2003) destaca que:

“(…) ao se constituir e reproduzir, a modernidade induziu a sociedade ao ideal de progresso constante e atribuiu à natureza o papel de sustentáculo desse desenvolvimento desenfreado. Como consequência desse desenvolvimento, a civilização ocidental como um todo foi conduzida a condição atual de questionamento do próprio desenvolvimento que ela mesma criou, uma vez que estava colocando em xeque a sobrevivência e o futuro da sociedade, pois, no planeta Terra, nesta “grande nave espacial que compartilhamos”, existem condições para a vida e recursos que, no entanto, podem vir a ser rompidos, as ameaças eminentes colocam-se como os grandes problemas de século XXI: - os desmatamentos e os riscos de elevação da temperatura pelo “efeito estufa”; - o aumento do buraco da camada de ozônio; - o gigantismo urbano e os problemas ambientais (e sociais) a eles interligados; - a desertificação em certas áreas (por exemplo, ao sul do Saara), situação que contribui para agravar as fomes endêmicas; - a extinção de inúmeras espécies vegetais e animais; - a poluição crescente dos oceanos e rios, - a contaminação de alimentos por agrotóxicos; - o perigo de catástrofes “acidentais” devido a multiplicação atual e ao aperfeiçoamento contínuo dos armamentos, etc..” (2003, p. 24-25).

Frente a todas estas questões que permeiam a problemática ambiental, constituída a partir de uma idéia de natureza que se confunde com os valores da sociedade moderna, baseada numa relação de dominação da natureza pela sociedade, destacaria, ainda, que, neste mesmo sentido, encaminhou-se o próprio processo de dominação do homem pelo homem. Amparadas por relações hierárquicas, a humanidade exclui-se a si mesma num movimento constante que privilegia o *ter* em detrimento do *ser*.

No contexto dessas questões que apontei acima, é possível identificar uma relação muito íntima entre a problemática ecológica, a história e a educação. Nesse sentido, portanto, constitui-se aqui o vínculo que justificou a minha opção pelo Mestrado em Educação Ambiental.

E essa possibilidade foi se materializando na medida em que fui mergulhando em algumas das questões que me inquietavam e que faziam parte dos espaços pelos quais transitava na universidade. Nesse sentido, gostaria de destacar aqui, a significativa influência que teve o trabalho da pesquisadora Ieda Maria Duval de Freitas (2003) na escolha do meu tema de pesquisa. Fruto de sua pesquisa desenvolvida junto ao Mestrado em Educação Ambiental da FURG, o trabalho intitulado *A utopia compartilhada e o compartilhar como utopia – A educação ambiental no contexto de uma experiência ecológica integral: a Eco Comunidad del Sur*, destaca o movimento e o processo de constituição da experiência ecológica integral de uma eco-comunidade alternativa do Uruguai: a Eco Comunidad del Sur, assim como estabelece um diálogo dessa experiência com o campo da Educação Ambiental.

A apresentação de uma experiência eco-comunitária no formato de trabalho acadêmico e as discussões a respeito das Ecotopias na América Latina, foram me envolvendo e, ao mesmo tempo, despertando o meu interesse em procurar saber um pouco mais sobre a constituição desses movimentos alternativos e suas implicações no contexto do nosso atual modelo de sociedade, voltado para os interesses do capital, da exploração da humanidade sobre a humanidade e desta sobre os demais seres do planeta Terra. Um outro modo de ser e de viver, uma outra relação entre sociedade e natureza – aquela que não as dissocie –, uma outra perspectiva de futuro social, enfim, manter viva a própria utopia e, porque não dizer, uma ecotopia.

Assim, esses movimentos, pelos quais passei, foram se transformando em intenções de pesquisa. Inicialmente, pensei na possibilidade de estudar mais a fundo outras experiências eco-utópicas – tal qual a experiência da *Comunidad del Sur* – espalhadas pela América

Latina e perceber que contribuições elas poderiam estar trazendo para as discussões no campo da Educação Ambiental. Entretanto, para uma melhor compreensão do movimento de constituição destas experiências alternativas, fazia-se necessário um outro movimento. Afinal, de onde surgiram estas eco-comunidades? Quais eram as bases de pensamento que davam suporte ao projeto eco-comunitário?

A partir desses questionamentos, passei a pensar, então, numa proposta de pesquisa que visava a compreensão do movimento do pensamento alternativo a partir da análise das obras de alguns pensadores que, com suas idéias, influenciaram significativamente o processo de constituição das experiências eco-comunitárias, buscando estabelecer um diálogo entre o seu pensamento e as idéias discutidas no âmbito da Educação Ambiental. Cheguei a pensar em alguns nomes, dentre os quais destaco Manfred Max Neef, Cornelius Castoriadis, Ferdinand Tönnies e Murray Bookchin.

No entanto, percebi que não seria possível fazer uma discussão um pouco mais concisa sobre cada um dos autores. Nesse sentido, parti, então, para algo que fosse mais próximo e mais viável para realizar no tempo disponível para o mestrado. Decidi, em conjunto com meu orientador, escolher um, dentre os autores pensados inicialmente, para que pudesse realizar uma discussão mais contundente.

Foi pelo conjunto da obra, pela pertinência dos temas abordados, vinculados às questões ecológico-sociais e, igualmente, pelo destaque atribuído à sua contribuição no processo de constituição de uma experiência ecológica integral alternativa – tal qual destacada por leda Freitas em seu trabalho, conforme citei anteriormente – que optei

por estudar a obra do pensador libertário norte-americano Murray Bookchin.

Assim, cheguei à dissertação que agora é apresentada ao Mestrado em Educação Ambiental: estudar, no contexto do pensamento libertário, a obra do pensador e militante anarquista Murray Bookchin, buscando a identificação de categorias conceituais que possibilitem analisar quais as contribuições que o pensamento desse autor pode trazer para o campo da Educação Ambiental.

Cabe ressaltar que a perspectiva maior dessa proposta se concentra justamente na possibilidade do estabelecimento do diálogo entre as premissas do pensamento de Bookchin – que estão especialmente voltadas para as questões ecológico-sociais, dentro do ideário libertário – com as temáticas que estão sendo desenvolvidas na Educação Ambiental.

Destaco aqui, que o “diálogo” segundo o qual estou me propondo a realizar é aquele baseado numa relação ética, de respeito a todas as idéias e interlocutores com quem irei dialogar. Não será um diálogo focado na medida de forças, que resultem na exclusão daquilo que já vem sendo construído. Ao contrário, procuro estabelecer um diálogo que venha a contribuir, reforçar, assim como, se possível, apontar outras possibilidades.

Assim, num contexto no qual inúmeras possibilidades de pesquisa se apresentam, foquei o esforço de investigação numa composição de problemas, partindo de questões mais gerais e, ao mesmo tempo, indispensáveis para entrelaçar com questões ligadas mais propriamente ao campo da Educação Ambiental.

São, basicamente, dois os meus objetivos com esta pesquisa:

1- Identificar e apresentar o contexto da obra do pensador libertário Murray Bookchin, destacando os aspectos da mesma que contenham subsídios teórico-epistemológicos para o entendimento das questões ecológicas contemporâneas;

2- Contribuir, através desses subsídios teórico-epistemológicos para a ampliação dos espaços de diálogos que se apresentam no campo dos fundamentos da Educação Ambiental.

Na busca de atribuir sentido aos objetivos propostos, foram se apresentando, em torno do mote principal, algumas possibilidades que encaminham o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, para falar sobre a obra de Murray Bookchin, busquei destacar o contexto teórico que fundamenta seu pensamento, ou seja, apresentar o cenário no qual emerge a perspectiva do pensamento libertário, identificando e situando as tendências e grupos. Seguindo, procurei apresentar a vida e o conjunto da obra de Bookchin para, ao final, empreender um esforço no sentido de mapear e categorizar as principais idéias e premissas que sustentam o seu pensamento e que se vinculam ao contexto da crise socioambiental contemporânea, bem como as alternativas para a superação desse quadro. Partindo disso, procurarei realizar uma leitura sobre o processo de constituição do movimento da Educação Ambiental, dialogando com as estruturas conceituais e temáticas que lhe atribuíram e atribuem sentidos. Numa última direção, busco destacar em que medida as categorias emergentes nesse processo, poderão contribuir, ou mesmo servir como referências para a ampliação dos diálogos no campo dos fundamentos da Educação Ambiental.

Como apontei anteriormente, fui situando o objeto de investigação num campo de possibilidades, particularizando a problematização do processo de constituição da pesquisa. Essa posição,

no que se refere à problematização, aponta igualmente a minha compreensão com relação à teoria e método. Assim, nos quadros desta pesquisa, entendo que os referenciais se assentam num processo permanente de reflexão, no qual problematização, teoria e método são objetos de ação contínua do pesquisador. É com esse entendimento que me remeto à questão da teoria e do método.

Dentro dessa mesma perspectiva, compreendo a teoria enquanto um fazer-se permanente. Parto do princípio de que não é possível adotar conceitos abstratos, produzidos fora do diálogo com os dados coletados. Colocamo-me na condição de que o pesquisador é capaz de pensar a teoria, de elaborar conceitos no processo de explicação, pois as evidências participam (de) e contém essa explicação, o que significa dizer que teoria e evidência se determinam mutuamente.

No entanto, em função da peculiaridade do objeto estudado, de leituras exploratórias, de diálogos e do próprio envolvimento inicial, alguns conceitos acabam emergindo de forma muito natural. Na análise que fazia àquela altura, seria inescapável discutir o processo de constituição do campo da Educação Ambiental, bem como com as categorias presentes no pensamento de Murray Bookchin, inspirado no ideário libertário. E, à medida que a pesquisa avançava, ela ia confirmando as idéias iniciais.

Assim, o desafio que se colocava era o de articular os conceitos emergentes com alguns interlocutores teóricos que colaborassem para a compreensão do campo de pensamento no qual estão inseridas as idéias de Bookchin, bem como aqueles que tratam da educação ambiental, especialmente no Brasil.

Nesse sentido, destaco, inicialmente, o trabalho de George Woodcock (2002) – escrito em dois volumes – intitulado *História das idéias e movimentos anarquistas: Vol.1-A Idéia; e Vol.2-O Movimento*. Essa obra me ajudou a compreender um pouco mais sobre a constituição histórica do pensamento anarquista e o seu ideal libertário, o que permitiu situar o próprio movimento da constituição do pensamento de Murray Bookchin.

Um outro trabalho, já destacado anteriormente, foi a dissertação de mestrado de Ieda Freitas (2003), intitulado *A utopia compartilhada e o compartilhar como utopia – A educação ambiental no contexto de uma experiência ecológica integral: a Eco Comunidad del Sur*. A partir do destaque da constituição de experiência ecológica integral de uma eco-comunidade alternativa do Uruguai: a Eco Comunidad del Sur, a autora consegue estabelecer um diálogo dessa experiência com o campo da Educação Ambiental, bem como contribui para a visualização de como foram incorporadas as idéias de Murray Bookchin no processo de constituição e no dia-a-dia dessa comunidade.

Destaco, ainda, o livro *As três ecologias*, de Félix Guattari (2003), que possibilitou o aprofundamento, ainda mais, do próprio conceito que ele denomina de articulação ético-política – ecosofia – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana).

No que se refere mais especificamente ao campo da Educação Ambiental Brasileira, destaco, inicialmente alguns interlocutores, tais como: Carlos Frederico Loureiro (2003-2004) e suas obras *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental* e *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*; Isabel Carvalho (2002-2004), com seus livros *A invenção ecológica: narrativas*

e trajetórias da educação ambiental no Brasil e *Educação ambiental: a invenção do sujeito ecológico*. Poderia destacar, ainda, a compilação de vários artigos destacados no livro *A contribuição da educação ambiental à esperança de pandora*, sob organização de Michèle Sato e José Eduardo dos Santos (2003); a obra organizada por Valdo Barcelos e Fernando Noal (2003), *Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros*; o livro *Educação ambiental: abordagens múltiplas*, de Aloísio Ruscheinsky (2002); assim como duas recentes publicações do Ministério do Meio Ambiente, intituladas *Identidades da educação ambiental brasileira* (2004) e *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores* (2005), dentre os vários trabalhos já desenvolvidos ou em desenvolvimento sobre Educação Ambiental.

Os autores citados acima e suas respectivas obras me ajudam a ter uma noção dos cenários pelos quais transita a Educação Ambiental no Brasil. Algumas vertentes – a Educação Ambiental Crítica, a Educação Ambiental Transformadora, a Educação Ambiental Emancipatória, a Ecopedagogia, A Educação no processo da Gestão Ambiental... – apesar de terem referenciais epistemológicos muito próximos, são unânimes quanto à consolidação de uma prática que seja permeada pelos ideais de diálogos, transformação, emancipação, libertação, da superação da dissociação entre sociedade e natureza no trato das questões ecológicas. De acordo com BERTOLUCCI *et al* (2005),

“(...) são adjetivações que ainda buscam consolidação e que muitas vezes apresentam fontes epistemológicas em construção, sem um embasamento teórico forte que dê sustentação para sua prática. Os referenciais teóricos que por diversas vezes se repetem nas identidades da educação

ambiental, demonstram que seus limites ainda são delicados, assim como seus objetivos e práticas, correndo o grande risco de esvaziar-se enquanto uma nova adjetivação de EA” (2005, p. 46).

É na tentativa de contribuir para o aprofundamento dos aspectos teórico-epistemológicos da Educação Ambiental que busquei estabelecer um diálogo constante entre os referenciais detalhados acima, com as idéias de Murray Bookchin.

Essa concepção sobre teoria, tal qual apontei acima, leva-me a definir o método enquanto algo dinâmico, que envolve todas as opções e decisões do pesquisador ao longo do processo de investigação, ou seja, envolve todo o processo de reflexão sobre os caminhos da pesquisa e vai se constituindo passo a passo, fruto da própria experiência que o investigador vai constituindo, fruto do diálogo entre teoria e evidências.

Entretanto, de acordo com o modo como fui desenhando os objetivos, apresentou-se a necessidade de se trabalhar com a pesquisa bibliográfica e a coleta documental enquanto técnicas de coletas de dados e o manuseio da análise documental enquanto técnica de análise do *corpus* documental. Nesse sentido, o trabalho se amparou na perspectiva da pesquisa historiográfica e no método da análise documental de cunho qualitativo.

De acordo com Alessandra Pimentel (2001), a pesquisa historiográfica constitui-se num conjunto de evidências coordenadas e interpretadas, exigindo do pesquisador um trabalho que ultrapasse as interpretações preliminares e superficiais que resultariam em uma interpretação errônea ou distorcida do passado. A investigação é capaz de conferir um valor histórico aos documentos pesquisados, na medida

em que o pesquisador supera os limites relacionados ao material com que trabalha e, também, quando reconhece sua postura e experiência de vida sendo constituídas por uma bagagem histórica. Sobre isso, comenta Marina Massimi:

“O documento representa já uma interpretação de fatos reais elaborada por seu autor e, portanto, não deve ser encarado como uma descrição objetiva e neutra dos fatos. Por outro lado, o valor heurístico e a significação do documento dependem também da acuidade da leitura e do esforço interpretativo do historiador. Este sabe extrair de uma fonte de informações algum conhecimento útil para a compreensão de um aspecto da história humana, sob o ângulo que corresponde ao seu objeto de interesse. É esse interesse que move e orienta continuamente o pesquisador na busca de documentos”. (Massimi *apud* Pimentel, 2001, p. 193).

Nesse sentido, diria mesmo, que a construção dessa dissertação foi um trabalho de heurística, uma vez que o material encontrava-se disperso e que as investidas feitas resultaram na reunião de documentos de variada natureza, incluindo periódicos, livros e artigos, tanto impressos, quanto advindos de buscas na internet.

Para o registro e anotação das reflexões teóricas e dos dados coletados, foi organizado um fichário de pesquisa, buscando uma maior objetividade e organização do trabalho. Esse fichário foi subdividido em seções: fichário bibliográfico e conteúdo teórico; fichário de bibliografia e problemas específicos sobre o tema e fichário de conteúdo dos dados recolhidos. Em cada seção do fichário, o material selecionado foi classificado por assunto, tipo, etc., de maneira a facilitar o andamento das tarefas. A seguir, destaco os resultados das investidas realizadas.

O rastreamento do material resultou na reunião de um conjunto bibliográfico que se constituiu num suporte razoável para o trabalho.

Nesse sentido, realizei um trabalho de busca, procurando localizar e selecionar títulos relacionados ao tema central. Fiz, inicialmente, um rastreamento no acervo do Núcleo de Informação e Documentação (NID) da FURG. Não tendo encontrado nada na seção de livros, efetivei uma busca na seção de periódicos. Após um exaustivo trabalho de busca, índice a índice de todos os periódicos, escritos em língua portuguesa e relacionados às ciências humanas e ecológicas, nada foi encontrado. Insisti mais uma vez e, para a minha surpresa, encontrei uma coleção de periódicos, escritos em língua inglesa, intitulado *Capitalism Nature Socialism*, nos quais continham quatro artigos relacionados à Murray Bookchin: a) um artigo de Enrique Leff, intitulado *Murray Bookchin and the end of dialectical naturalism*; b) um texto de Alan Rudy e Andrew Light, denominado *Social ecology and social labor: a consideration and critique of Murray Bookchin*; c) um brief de Don Alexander, *On Murray Bookchin's: philosophy of social ecology*; d) e um último artigo de Alan P. Rudy, intitulado *Ecology and anthropology in the work of Murray Bookchin: problems of theory and evidence*.

Num segundo momento, consegui encontrar, através da Revista *Comunidad*, editada pelo Editorial Nordan, da *Comunidad del Sur*, Uruguai, cinco artigos escritos por Murray Bookchin: a) *Nosotros los verdes, nosotros los anarquistas*; b) *La muerte de un pequeño planeta: un crecimiento que nos mata*; c) *Autogestión y nueva tecnología*; d) *La crisis del marxismo: el marxismo como ideología burguesa*; e) e 6 tesis sobre el municipalismo libertário.

Posteriormente, passei à busca de referenciais, utilizando-me da internet. Encontrei alguns textos de Bookchin escritos em língua portuguesa, são eles: *Ecologia Social; Autogestão e Tecnologias Alternativas; Um Manifesto Ecológico: o poder de destruir – o poder de criar*; e um último texto escrito em espanhol intitulado *Sociedad, Política y Estado*. Foi através da internet, também, que consegui localizar o site do *Institut for Social Ecology*, localizado em Vermont, nos Estados Unidos, do qual Bookchin foi um de seus criadores. Na página do instituto na internet (www.social-ecology.org) está disponível toda a biografia de Murray Bookchin, assim como o conjunto de sua obra. A partir desta descoberta, constatei que toda a produção intelectual original de Bookchin (livros, artigos, ensaios, etc.) está escrita em língua inglesa, contendo traduções de parte delas para outras línguas, especialmente para o francês, italiano, espanhol e, em um número muito reduzido, para o português.

Numa outra frente de trabalho, estive visitando o acervo anarquista do espaço Canto Libertário, disponível no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP –, da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, na cidade de Assis, estado de São Paulo. Estive por lá durante quatro dias realizando um intenso trabalho na busca de novas referências sobre a obra de Bookchin. Passei por toda a coleção de jornais disponíveis no acervo, com destaque especial para o Jornal *L'Adunata dei Refrattari (The Call of the Refractaires)*, uma publicação ligada ao movimento operário anarquista de Nova York, Estados Unidos. Revisei as publicações desse jornal, especialmente nas décadas de 50, 60 e 70, porém, nada foi encontrado. A seguir, encaminhei a revisão das coleções de revistas do acervo. Pelas revistas estrangeiras: Revista *Tierra y Libertad*, editada no México; *“La Letra A” – publicación anarquista*, editada na Argentina; Revista *Cenit*, editada em

Toulouse, França; *Rivista Anarchia*, editada em Milano, Itália; e *Revista Sin Fronteras*, editada em Barcelona, Espanha. Ainda, as revistas brasileiras: *Revista Utopia*; *Revista Letralivre*; e *Revista Libera... Amore Mio*.

No conjunto de todas essas revistas, consegui encontrar alguns artigos de Bookchin, e outros relacionados com o seu pensamento. Cinco textos escritos em língua portuguesa: a) *Ecologia e Pensamento Revolucionário*; b) *Por uma ecologia social*; c) *Ecologia Social*; d) o número 5 – junho de 1992 – da *Revista Utopia*, que é todo dedicado a *Ecologia Social*; e) *Que história é essa de pedagogia libertária?*. Três textos escritos em língua espanhola: a) *El anarquismo, 1984 y el próximo avenir*; b) *Ecologia de la libertad*; c) *Anarquismo en la sociedad de consumo*. Ainda, encontrei quatro artigos, publicados em língua italiana, que discutem a temática do municipalismo libertário proposto por Bookchin. São eles: a) *Città e municipalismo libertario*; b) *L'utopia del signor Vitali*; c) *Comunalismo perché*; d) *Democrazia diretta, come*.

No que diz respeito às obras integrais, constatei que, em língua portuguesa, estão disponíveis apenas três livros: a) *O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários* (2003); b) *Municipalismo libertário* (1999); e c) *Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas* (2005), todos publicados pela Editora Imaginário. Já em língua espanhola, encontrei os seguintes títulos: a) *El anarquismo en la sociedad de consumo*. Barcelona: Kairós, 1974; b) *Los limites de la ciudad*. Madrid: Blume, 1974; c) *Los anarquistas españoles: los años heroicos 1868-1936*. Valencia: Numa ediciones, 2001; d) *Por una sociedad ecológica*. Barcelona: Barcelona, 1984; e) *La ecologia de la libertad: la emergencia y ala disolución de las jerarquías*. Madrid: Nossa

y Jara Editores, 1999; g) *História, civilización y progreso*. Madrid: Nossa y Jara Editores, 1997; e h) *La sociedad contra la política*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad.

Num outro movimento de busca, destaco a fundamental contribuição do Prof. Alfredo Martín, que gentilmente colocou-me a disposição sua biblioteca pessoal para a busca de novas referências sobre Bookchin e as idéias libertárias. Assim sendo, encontrei os seguintes trabalhos: a) *Grupos de afinidade, Paris, 1968* e *Anarquismo e ecologia*, todos contidos no livro organizado por George Woodcock intitulado *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1981; b) o texto de J. M. Carvalho Ferreira intitulado *Ecologia Social e Desenvolvimento*, publicado no volume 1 da revista portuguesa *Utopia*; c) o volume nº 4 da *Revista Libertárias*; e d) o artigo *Ecologia Social*, publicado no volume 1 da *Revista Soma*, de 1991. Além dessas referências diretamente ligadas à obra de Bookchin, também foi disponibilizado um conjunto de títulos vinculados de maneira indireta, através de abordagens libertárias do movimento anarquista.

Um último destaque que entendo ser necessário explicitar, refere-se ao contato, via correspondência eletrônica, que realizei, em agosto deste ano, com Janet Biel, esposa de Murray Bookchin até o fim de sua vida. Foram trocas de informações importantes, uma vez que ela disponibilizou uma listagem com todas as referências das obras de Bookchin; sugeriu a leitura do livro organizado por ela intitulado *The Murray Bookchin reader*; enviou a foto dele que acompanha essa dissertação²; e, ainda, de maneira muito gentil, escreveu um texto intitulado *A Remembrance of Murray Bookchin*, o qual enviou e permitiu a sua publicação como anexo a essa dissertação.

² De acordo com Janeth, essa era uma das fotos que Bookchin mais gostava, por isso ela a enviou.

Gradualmente, fui organizando o conjunto desse material, procedendo a leitura, a seleção, a análise e definindo as estratégias de apresentação do trabalho, possivelmente a fase mais angustiante, pela necessidade de recortes e pelas dúvidas inerentes.

Em termos expositivos, o trabalho foi estruturado em quatro seções principais, sendo a última desdobrada em seções secundárias, em correspondência ao desenvolvimento do tema.

A primeira seção, intitulada “No contorno do movimento, a emergência dos fundamentos da educação ambiental brasileira”, registra o intento de apresentar o contexto histórico do movimento de constituição do campo da Educação Ambiental. No bojo desse movimento, destaco os principais documentos que emergiram dos importantes encontros realizados em torno do mote da EA, assim como procuro destacar algumas das principais correntes e escolas que atribuem sentido aos fundamentos da Educação Ambiental. Ao referenciar esses “momentos” da EA, procuro situar as perspectivas nas quais se baseia a minha compreensão no âmbito desse difuso campo que é a educação ambiental.

A segunda seção: “A constituição do pensamento libertário contemporâneo”, deriva sua razão de ser e seu conteúdo, da necessidade de construir uma reflexão sobre a emergência do pensamento libertário anarquista, no sentido de se buscar uma melhor compreensão sobre as raízes do pensamento de Murray Bookchin. Com a recuperação de algumas das idéias do movimento libertário, busco evidenciar o quanto elas influenciaram a constituição do pensamento de Bookchin, assim como resgatar e apresentar as idéias desse importante movimento para o debate da educação ambiental.

Na terceira seção, apresento o contexto da vida e da emergência do pensamento de Murray Bookchin, resgatando os principais aspectos de sua trajetória, desde os movimentos iniciais, ainda na infância, até os últimos passos de sua vida. Nesse contexto, procuro dar visibilidade ao conjunto de suas principais obras, especialmente aquelas vinculadas às questões ecológicas. Daí o título desta seção: “Do socialismo libertário à ecologia social: compreendendo a vida e a obra de Murray Bookchin”.

Na quarta e última seção, intitulada “No contexto do cenário contemporâneo, as contribuições do pensamento de Murray Bookchin”, procuro apresentar os principais conceitos que emergem da análise das obras de Bookchin. Sob a sua perspectiva, apresento alguns aspectos da crise ecológica contemporânea, assim como os conceitos formulados por Bookchin para a compreensão e superação dessa problemática.

Concluindo essas indicações introdutórias, acrescentaria, ainda, que procurei empreender um esforço no sentido de oferecer um resultado final que, em termos da expectativa acadêmica, ofereça algum tipo de contribuição ao debate sobre este vasto e profuso campo da Educação Ambiental. Para além disso, poderia dizer que a pesquisa já cumpriu um dos seus propósitos, ou seja, contribuiu para que eu pudesse repensar os espaços pelos quais transito, as minhas teorias implícitas ou não, as minhas ações como educador, gestor, pai, companheiro, enfim, como ser humano.

1

No Contorno do Movimento, a Emergência dos Fundamentos da Educação Ambiental Brasileira

“El campo de la Educación Ambiental (EA) alberga una gran diversidad de experiencias y reflexiones, pero puede decirse, simplificando un poco, que las modalidades de trabajo, enfoques conceptuales y compromisos políticos que encontramos en él tienen dos puntos en común. El primero es la expectativa de que la educación – en cualquiera de sus formas y espacios – puede ser una vía para la transformación de nuestra sociedad y nuestra cultura. El segundo es la esperanza de suponer que las problemáticas ambientales, todavía, pueden solucionarse ya hasta prevenirse”.³

Luz María Nieto Caraveo

No contexto de sua trajetória, a Educação Ambiental (EA) vem se constituindo num importante movimento, expresso através das múltiplas abordagens que lhe atribuíram e atribuem sentidos. Essa diversidade de significados foi se desenhando na medida do seu processo de constituição, passando das suas origens ao processo de difusão e posterior consolidação enquanto campo teórico, metodológico, conceitual e de ação.

Este capítulo pretende traçar, em grandes linhas, o percurso

³ Essa passagem foi retirada da apresentação feita por Luz María Nieto Caraveo quando da apresentação do livro “A contribuição da educação ambiental à esperança de pandora”, de Michèle Sato e José Eduardo dos Santos, São Paulo: Rima, 2003, p. IX.

da Educação Ambiental, destacando o seu contexto histórico, político e institucional. Ainda, no desenrolar desse processo, busca apresentar os documentos fundadores, assim como algumas correntes e escolas que constituem o campo teórico-conceitual da EA, seus meandros e dimensões, no intuito de estabelecer conexões com o arcabouço conceitual da obra de Murray Bookchin.

De acordo com Ieda Maria Duval de Freitas (2003):

“(...) é praticamente consenso que as grandes reuniões internacionais promovidas pela UNESCO e PNUMA, o “Clube de Roma” (1968), a “Conferência de Estocolmo” (1972), “Conferência de Belgrado” (1975), “Conferência de Tbilisi” (1977), “Conferência de Moscou” (1987), a “Eco-92” no Rio de Janeiro e, mais recentemente, a “Rio + 10”, ocorrida em 2002 na África do Sul, são marcos que passaram a atribuir significados e sentidos a Educação Ambiental”. (2003, p. 121).

Entretanto, a autora afirma que é possível encontrar os antecedentes da Educação Ambiental ainda no século XVIII, destacando J. J. Rousseau como um dos precursores da metodologia naturalista, uma vez que considerava a natureza como nosso primeiro mestre e advogava por uma escola capaz de educar a criança sem a influência perniciosa da sociedade.

Mais adiante, entre o final do século XIX e início do XX, o movimento da Escola Nova ressalta o contato das crianças com o “meio”, “contrapondo a pedagogia do interesse do aluno à tradicional pedagogia do esforço do aluno” e considerando “a natureza como um recurso educativo” (2003, p. 122). Já no início da década de 1970, Freinet argumentava que o ensino de ciências deveria se basear exclusivamente na observação e na experiência infantil como meio.

Freitas destaca ainda, algumas obras que ressaltam a relação homem-natureza:

“(...) o livro de Thomas Huxley, *Evidências sobre o lugar do homem na natureza* (1863), é ilustrativo, pois trata das interdependências entre os seres humanos e os demais seres vivos. No mesmo caminho, George P. Marsh publica *O Homem e a natureza* (1864), que discute a ação do homem sobre os recursos naturais. A necessidade de uma ética de uso de recursos da terra foi tema de inúmeros artigos publicados em *A Sand County Almanac*, por Aldo Leopoldo, em 1949. Já em 1962, é editado o livro *Primavera Silenciosa*, da jornalista Rachel Carson. O livro obteve uma grande repercussão no mundo todo, por tratar da perda de qualidade de vida em função da cultura do uso dos produtos químicos e dos seus efeitos sobre os recursos ambientais”. (2003, p. 122).

Num período mais recente, os movimentos de contracultura, ocorridos especialmente na Europa e Estados Unidos na década de 1960, podem ser considerados como os principais propulsores do movimento ambientalista, uma vez que, com o desencanto com as cidades, buscavam reconstruir a vida no campo, através de comunidades alternativas rurais e de estilos alternativos de vida. No campo institucional, foi criado na Inglaterra o *Council for Environmental Education*, órgão que passou a coordenar as múltiplas atividades voltadas para a valorização da natureza. Na Suécia, teve início “uma revisão de programas escolares baseada na idéia de que o tema ambiental devia ser um aspecto importante nas diferentes disciplinas e um ponto de confluência entre elas” (2003, p. 123).

Nesse sentido, esboçava-se no continente Europeu uma concepção de EA entendida não como uma disciplina, mas como uma progressiva integração da questão ambiental ao contexto do currículo escolar, atribuindo-lhe o caráter de “dimensão”. Entretanto, são os relatórios e declarações produzidas nas reuniões internacionais que vão

marcar a consolidação e difusão do tema Educação Ambiental.

A cidade de Roma sediou, em 1968, uma reunião constituída por renomados cientistas dos países desenvolvidos, de diferentes áreas do conhecimento, no intento de discutir o consumo, as reservas de recursos não renováveis e o crescimento demográfico mundial. O chamado Clube de Roma "indicou a necessidade urgente de conservação dos recursos naturais, controle do crescimento populacional e investimento numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação" (2003, p.124). Como resultado desse encontro, temos a apresentação do problema ambiental em nível mundial, especialmente através da publicação, em 1972, do relatório *The limits of the Growth*, que se transformou numa referência internacional para elaboração de políticas e projetos.

Essa reunião internacional influenciou a organização da Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU/UNESCO) em 1972, na cidade de Estocolmo. Os resultados dessa conferência apontam para o nascimento oficial da Educação Ambiental, através da produção da Declaração sobre o Ambiente Humano; do estabelecimento do plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do meio ambiente; do reconhecimento do desenvolvimento da EA como elemento crítico para o combate à crise ambiental; da ênfase na urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades. A partir disso, o conceito de Educação Ambiental vai se constituindo como uma "dimensão", assim como a noção de meio ambiente passa a ser incorporada aos aspectos sociais.

A criação, pela ONU/UNESCO do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1973, como instrumento

de coordenação entre organismos nacionais e internacionais, impulsiona a Educação Ambiental. Em 1975, o Encontro de Belgrado lança o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), com o propósito de promover a EA em todos os níveis da educação, fixando metas e objetivos, delimitando seu âmbito e conteúdos.

Em 1977, a UNESCO/PNUMA promove a primeira Conferência Intergovernamental de Tbilisi, que resultou na Declaração Sobre Educação Ambiental, estabelecendo estratégias e orientações para o desenvolvimento da EA, especialmente aquelas voltadas para o treinamento de pessoal, pesquisa de novos métodos e a disseminação das informações. A partir do encontro de Tbilisi, a EA passa a tomar forma de um corpo teórico sólido e dotado de uma estratégia rigorosa e com caráter institucional, culminando, em 1982, na Reunião Internacional de Especialistas, ocorrido em Paris e que ficou considerada como um marco do PIEA.

Entre o final da década de 1980 e primeira metade da de 1990, a EA passa a ser vinculada ao conceito de desenvolvimento sustentável, emergido do trabalho da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), em 1983, com seus resultados publicados no famoso livro *O Nosso Futuro Comum* (1987). Nessa mesma direção, seguiu o Segundo Congresso de Educação Ambiental ocorrido em Moscou, em 1987, com ênfase no caráter conjunto das ações de informação, investigação e experimentação de conteúdos e métodos, formação de pessoal e cooperação regional e internacional.

A temática da Educação Ambiental relacionada com o desenvolvimento sustentável foi discutida na Reunião Internacional do Rio de Janeiro (Eco-92 ou Rio-92). No manifesto produzido, considera-

se a EA indispensável na modificação de atitudes para desenvolver comportamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável e estimula sua introdução em todos os níveis escolares. O Fórum Global da Sociedade Civil – encontro paralelo à Eco-92, organizado pelos movimentos sociais e ONG's – ressaltou a importância da Educação Ambiental como estratégia básica para a urgente adoção de novas atitudes e comportamentos ambientais individuais e coletivos.

Busquei, até aqui, apresentar brevemente, a emergência da Educação Ambiental enquanto movimento, bem como a sua institucionalização enquanto proposta político-pedagógica para a superação das questões socioambientais. É por certo que ficam muitas lacunas nessa apresentação, mas não é meu objetivo apresentar com detalhes esse resgate histórico, uma vez que ele já se encontra em grande parte da literatura especializada, bem como em inúmeras dissertações e teses produzidas no campo da EA. A idéia principal é situar o leitor no conjunto das discussões que se seguem.

No contexto das reuniões e encontros destacados acima, vários manifestos vão se constituindo em documentos fundadores que atribuíram e atribuem significados à Educação Ambiental. Dentre esses documentos, darei ênfase ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; a Agenda 21 Global; e a Carta da Terra. Os conteúdos desses documentos se constituem em elementos balizadores para as diferentes correntes e escolas que se apresentam no campo da Educação Ambiental e nos ajudarão e melhor compreendê-las adiante.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, construído no Fórum Global da Sociedade Civil, durante a Rio-92, vai costurar o alargamento da noção

de Educação Ambiental. O texto define alguns conceitos e alguns compromissos nos quais a EA deveria pautar-se. Define a educação como um processo dinâmico em permanente construção, reconhecendo o seu “papel central na formação de valores e na ação social” (PRONEA, 2005, p. 57). Partindo desse pressuposto, reafirma-se o compromisso com “o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e eqüitativas” (2005, p. 57).

Apresentado o conceito de educação, os signatários do Tratado explicitam a sua concepção de educação ambiental e de sustentabilidade:

“Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário”. (2005, p. 57).

No que se refere aos seus princípios, o documento destaca que a EA deve ter como base o pensamento crítico e inovador para promover a transformação e a construção da sociedade; é individual e coletiva, com o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária; não é neutra, mas ideológica, um ato político; deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; deve tratar as questões globais críticas em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico; deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos

de decisão; promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica; deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, resgatando o sentido comunitário; deve valorizar as diferentes formas de conhecimento e capacitar as pessoas; ainda, promover a cooperação e o diálogo, criando novos modos de vida, sem distinções éticas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe; requer a democratização dos meios de comunicação de massa e a sua transformação em canal privilegiado de educação; integrar conhecimentos, valores, aptidões, atitudes e ações, bem como deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida do planeta. (PRONEA, 2005, p. 57-58-59).

Partindo desses princípios, as ações da educação ambiental deveriam, dentre outras, partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para transformação; estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais coerentes; promover a corresponsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida; estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores, consumidores e de redes de comercialização ecologicamente responsáveis; promover a criação e o fortalecimento das redes; promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para transformação dos sistemas que os sustentam, assim como a transformação de nossas próprias práticas; buscar alternativas gestionárias apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida; atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos, reconhecendo a diversidade cultural e de direitos; incentivar o ensino, a pesquisa e a extensão em educação ambiental; e fortalecer as organizações dos movimentos sociais como espaços privilegiados para

o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente. (2005, p. 59-60-61).

Ao diagnosticar as questões socioambientais em evidência no planeta, atribuir significados e conceitos, assim como propor uma ampla frente de ação para a Educação Ambiental, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global apresenta-se como um importante documento, que até hoje é tido como referência para construção de alternativas teórico-metodológico-conceitual em torno do mote da EA.

Um outro documento importante que emerge também em consequência do encontro do Rio de Janeiro, no ano de 1992, foi a Carta da Terra. A proposta de construção de uma Carta da Terra foi colocada em pauta durante a realização da Rio-92. Ela deveria ser discutida mundialmente por organizações não governamentais e governos. Entretanto, não houve consenso entre os governos, pois o texto proposto não estava suficientemente maduro. Foi então que a Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra assumiram o desafio de elaborar uma Carta da Terra, apoiados pelo governo da Holanda. Foram vários anos de amplo debate e discussão em todos os continentes, abrangendo 46 países e mais de 100 mil pessoas, até que no mês de março do ano 2000, a Carta da Terra foi ratificada.

O conteúdo da Carta esboça um diagnóstico do momento crítico que estamos vivendo, no qual os padrões dominantes de produção e consumo têm causado danos socioambientais espantosos. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e o crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológicos e sociais. Diante disso, argumenta o texto, são necessárias mudanças fundamentais dos nossos

valores, instituições e modos de vida, compreendidos num sentido de responsabilidade universal, uma vez que a dimensão local e global estão ligadas.

Para alcançar essas mudanças e para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente, a Carta da Terra afirma os seguintes princípios: 1) “Respeitar e cuidar da comunidade da vida”, com destaque para o reconhecimento de que todos os seres do planeta são interligados, ressaltado a importância da humanidade e a garantia de seus direitos, a fim de promover justiça econômica e social ecologicamente responsável; 2) “Integridade Ecológica”, destaca a proteção e restauração dos sistemas ecológicos, a prevenção do dano ao ambiente como melhor método de proteção ambiental, bem como a adoção de padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário; 3) “Justiça Social e Ecológica”, destaca a erradicação da pobreza como um imperativo ético, social e ambiental, a promoção do desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável, a igualdade e a equidade de gênero, assegurando os direitos das mulheres, fortalecendo as famílias, a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com atenção especial aos povos indígenas e minorias; 4) “Democracia, Não Violência e Paz”, destaca o fortalecimento das instituições democráticas, sua transparência e participação inclusiva na tomada de decisões, integrando na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida os conhecimentos, valores e habilidades par um modo de vida sustentável, bem como promover o respeito com todos os seres vivos do planeta, através de uma cultura de tolerância, não violência e paz, reconhecendo “que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com as outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da

qual somos parte” (Carta da Terra, 2000, p. 7).

Buscar um novo começo é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Isso requer uma mudança na mente e no coração, um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Nas palavras de Leonardo Boff⁴:

“A Carta da Terra parte de uma visão integradora e holística. Considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções includentes. Ela representa um grito de urgência face às ameaças que pesam sobre a biosfera e o projeto planetário humano. Significa também, um libelo em favor da esperança de um futuro comum da Terra e Humanidade”. (S/D)

Mesmo apresentadas de modo sintético, as premissas da Carta da Terra ressaltam os aspectos que atribuem conceitos ao campo da educação ambiental. Constitui-se num importante documento, que vem sendo tomado como parâmetro para a construção de políticas públicas social e ambientalmente responsáveis.

Nesse mesmo sentido, uma outra produção apresenta-se como fundamental no espraiamento da Educação Ambiental. Trata-se da Agenda 21 Global⁵. Constituída a partir da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92 – a Agenda 21 Global definiu o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, que combinava as aspirações compartilhadas por todos os países ao progresso econômico e material com a necessidade de uma

⁴ Leonardo Boff é representante da América Latina na Comissão da Carta da Terra. Texto disponível em <http://www.mma.gov.br> – Histórico da Carta da Terra. Acesso em 16 de agosto de 2007.

⁵ Agenda 21 Global. Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 15 de agosto de 2007.

consciência ecológica. Ainda, destacou objetivos concretos de sustentabilidade em diversas áreas, explicitando a necessidade de se buscarem recursos financeiros novos e adicionais para a complementação em nível global do desenvolvimento sustentável.

Sem pretender esmiuçar todos os quarenta capítulos do documento, darei ênfase ao seu capítulo 36 que trata da *Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento*, uma vez que o próprio texto destaca que “o ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21” (S/D, p. 1). Ainda, o capítulo toma como parâmetro os princípios da Declaração de Tbilisi sobre Educação Ambiental, destacando as propostas através das seguintes áreas: Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável; aumento da consciência pública; e Promoção do treinamento. Segundo o documento, o ensino, a consciência pública e o treinamento são um processo pelo qual os seres humanos podem desenvolver plenamente suas potencialidades.

O ensino possui fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável, no sentido de conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Nesse sentido, deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico, do sócio-econômico e do desenvolvimento humano, integrando-se em todas as disciplinas, empregando métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação. Dentre os principais objetivos para o ensino, destacam-se o facilitamento do acesso à educação sobre meio ambiente e desenvolvimento, vinculada à educação social e a sua integração com a análise das causas dos principais problemas ambientais e de desenvolvimento num contexto

local.

Para o aumento da consciência pública, destaca a necessidade de sensibilização sobre os problemas do meio ambiente e desenvolvimento, fazendo com que as pessoas participem de suas soluções, fomentando o senso de responsabilidade individual em relação ao desenvolvimento sustentável.

No que se refere à promoção do treinamento, o documento aponta que este “é um dos instrumentos mais importantes para desenvolver recursos humanos e facilitar a transição para um mundo mais sustentável” (Idem, p. 6). As suas principais propostas acenam para o estabelecimento ou fortalecimento de programas de treinamento, assegurando oportunidades independente de condição social, idade, sexo, raça ou religião, para o atendimento das necessidades do meio ambiente e do desenvolvimento; o destaque para o ensino e treinamento científicos, de modo a facilitar a transferência e assimilação de novas tecnologias e conhecimentos técnicos ambientalmente saudáveis e socialmente aceitáveis; e assegurar que as considerações ambientais e de ecologia humana sejam integradas a todos os níveis administrativos e de manejo funcional.

No contexto da Agenda 21 Global, novos sentidos são atribuídos à educação ambiental, especialmente a sua orientação para o desenvolvimento sustentável. Mais adiante, quando apresentar algumas tendências da EA no Brasil, irei abordar um pouco mais essa discussão sobre o desenvolvimento sustentável.

Conforme destaquei anteriormente, o conjunto desses documentos apresenta-se como instrumento balizador para a constituição de algumas correntes e escolas teórico-conceituais que instituem os principais fundamentos da Educação Ambiental no Brasil.

Dentre as várias tendências encontradas no âmbito da EA brasileira, no contexto desta dissertação, darei destaque àquelas que enfatizam os seus aspectos sócio-político-culturais e ambientais. São elas: Educação Ambiental Crítica, Transformadora, Emancipatória, a Educação no Processo da Gestão Ambiental e a Ecopedagogia⁶.

A publicação organizada por Philippe Pomier Layrargues (2004), intitulada "Identidades da Educação Ambiental Brasileira" expôs ao diálogo os principais caminhos epistemológicos que atribuem sentidos a pluralidade de idéias e conceitos da Educação Ambiental. Mesmo que esses caminhos possuam características muito próximas, é preciso destacar que eles se constituem de modos diferentes nos seus fundamentos, considerando as escolas teóricas nas quais emergem.

A pesquisadora Isabel Carvalho (2004) argumenta que:

"O melhor fundamento da babel das múltiplas educações ambientais passa, do nosso ponto de vista, pela abertura de um espaço que contemple o diálogo entre as suas diferentes abordagens. Para que esse diálogo se dê é condição fundamental a explicitação dos pressupostos de cada uma das diferentes posições" (2004, p.15).

É nessa perspectiva de melhor compreender e ampliar os espaços de diálogos entre as tendências da Educação Ambiental no Brasil, que passarei a apresentar, a seguir, algumas de suas principais denominações.

Ao apresentar os fundamentos do que chama de Educação Ambiental Crítica, Isabel Carvalho argumenta que a sua intenção é

⁶ Existem outras tendências no campo da Educação Ambiental que estão ganhando espaço e buscam consolidação teórica, porém, não serão discutidas nesse trabalho.

contribuir para discussão de alguns dos fundamentos da EA, sem com isso sugerir a sua possível cristalização. A autora destaca que o projeto educativo ambiental crítico é constituído por duas marcas fundadoras. Trata-se do *ambiental* da educação ambiental e do atributo *crítico* que a qualifica como EA Crítica.

Nas palavras da pensadora:

“O adjetivo ambiental foi ganhando valor substantivo no caso da educação ambiental uma qualidade que não pode ser facilmente descartada sem o prejuízo da identidade do que hoje conhecemos como educação ambiental. Contudo, de tempos em tempos vemos retornar os argumentos contrários a denominação de educação ambiental enquanto um tipo de educação. Trata-se do velho argumento de que “toda educação é ambiental, assim toda educação ambiental é simplesmente, educação”. Este tipo de argumento parece apenas jogar água fria no que ao longo dos anos tem se tentado construir como uma especificidade da prática educativa ambientalmente orientada para diluí-la no marco geral da educação” (2004, p. 17).

Tendo explicitado a sua concepção para a esfera da educação ambiental, a autora entende que uma nova exigência de escolha ético-política se faz necessária, para situar o “ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade” (Idem, p. 18). Esse posicionamento é o atributo crítico da EA. A educação crítica tem suas raízes nos ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação. No Brasil, Paulo Freire se apresenta como uma das referências fundadoras desse pensamento aplicado à educação, especialmente constituídos numa idéia de educação popular mediadora na construção social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos. No contexto dessas

idéias, a educação ambiental acrescenta a possibilidade de se:

“Compreender as relações sociedade-natureza e intervir sobre os problemas e conflitos ambientais. Neste sentido, o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental Crítica seria o de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, contribuindo para a formação de um sujeito ecológico, ou seja, outro tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental” (2004, p. 18-19).

A educação ambiental crítica entende a prática educativa como formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado, pressupondo que indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados numa relação “consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana” (Idem, p. 20).

É importante ressaltar aqui, que um grande marco referencial que dá sustentabilidade ao pensamento da Educação Ambiental Crítica, tal qual propõe Isabel Carvalho, assenta-se numa perspectiva *hermenêutica* na qual se busca compreender os espaços-tempos através de um “olhar atento ao diálogo, ao Outro e ao ambiente em sua outridade” (Carvalho & Grün, 2005, p. 181). Nesse sentido, o educador ambiental assume seu papel como intérprete diante das diversas leituras possíveis, mas considerando a historicidade das questões ambientais.

Diante disso, a educação ambiental crítica busca compreender os problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões, considerando o ambiente como o conjunto natural do

mundo social, mediado por saberes locais, tradicionais e científicos; contribuir para formas mais sustentáveis, justas e solidárias de vida e de relação com a natureza; formar atitude ecológica com sensibilidades estéticas, éticas e políticas, na busca de uma cidadania ambiental; atuar no ambiente escolar, articulando-o com ambientes locais regionais onde estão inseridos; e situar o educador como mediador de relações sócio-educativas que oportunizem novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais.

Nessa mesma perspectiva, o autor Mauro Guimarães (2004) contribui para a ampliação dos referenciais da EA Crítica, baseado nos aportes conceituais da Teoria Crítica que tiveram nas leituras marxistas uma importante influência. No campo da Teoria Crítica, Guimarães destaca a influência de três grandes referenciais: Paulo Freire, com suas leituras críticas da realidade; Milton Santos, que ajuda a compreender os espaços; e Edgar Morin e sua teoria da complexidade. Esses suportes contribuem com argumentos em oposição ao que chama de educação ambiental conservadora, que vem sendo subsidiada por um referencial paradigmático e ideológico que se manifestam hegemonicamente na constituição da sociedade atual. Guimarães destaca:

“A Educação Ambiental Crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos” (2004, p. 30-31).

Seguindo nessa mesma frente de oposição a uma educação

ambiental conservadora ou convencional, Carlos Frederico Bernardo Loureiro (2003-2004) nos apresenta a proposta da Educação Ambiental Transformadora, que se encontra inserida “no campo libertário da educação ambiental, no qual se inscrevem abordagens similares (emancipatória, crítica, popular, ecopedagógica, entre outras)” (2004, p. 65).

Segundo Loureiro, o contexto da emergência da vertente no Brasil foi definido a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social, surgida nos anos de 1980 no seio da educação popular, movimentos sociais e ambientalistas. Portanto, argumenta o autor, trata-se de “uma educação ambiental que se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialéticas, em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade”. (Idem, p. 67).

Suas bases teóricas e metodológicas encontram-se no grupo das pedagogias libertárias e emancipatórias inauguradas na América Latina, nos anos de 1970, por Paulo Freire e seus diálogos com a tradição marxista e humanista, destacada pela concepção dialética da educação. Loureiro destaca outros pensadores que contribuem com essa perspectiva: Miguel Arroyo, Moacir Gadotti e Carlos Rodrigues Brandão. Nesse mesmo caminho da tradição emancipatória, a abordagem histórico-social crítica se apresenta como um instrumento pedagógico importante, representada por Demerval Saviani e outros. No “entendimento das relações de poder, crítica ao currículo vigente e da escola como elemento de reprodução social do capitalismo” (Idem, p. 68) destacam-se as contribuições da pedagogia crítica de Michel Apple, Henri Giroux e Pierre Bourdieu.

Destaca-se, também, a importante contribuição da tradição

dialética marxista da Escola de Frankfurt, que:

“Formula e refina com competência o sentido de nosso pertencimento à natureza e a compreensão da sociedade como expressão de organização da nossa espécie. Denuncia (...) que o processo de exploração das pessoas entre si, tendo por base sua condição econômica e os preconceitos culturais, é parte da mesma dinâmica de dominação da natureza, posto que esta se define na modernidade capitalista como uma externalidade e tudo e todos viram coisas, mercadorias a serviço da acumulação de capital. Aqui se destacaram nomes como Theodor Adorno, Mas Horkheimer, Eric Fromm, Walter Benjamin, Alfred Schmidt e Herbert Marcuse.” (2004, p. 68).

Loureiro aponta ainda, as contribuições de Antonio Gramsci, Henri Lefebvre, Karel Kosik, Georg Lukács e Ernest Bloch. Destaca também, a influência desde autores associados ao “ecossocialismo”, como Boaventura de Sousa Santos; passando pelos autores fundantes da Ecologia Política, René Dumont, Daniel Cohn-Bendit, Rudolph Bahro e André Gorz; e revisitando o pensamento crítico de Enrique Leff e o paradigma da complexidade de Edgar Morin, dentre muitos outros.

No conjunto de todas essas contribuições epistemológicas, a Educação Ambiental Transformadora compreende a educação enquanto processo permanente, focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferenças e nos modos de relações na natureza que definem os grupos sociais, na busca de caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. Busca definir o modo como nos relacionamos com as demais espécies e com o planeta, e romper com as práticas sociais contrárias ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade, estando necessariamente articulada às mudanças éticas que se fazem pertinentes.

No bojo dessa crítica ao aspecto conservador/convencional da educação ambiental, emerge a proposta da Educação Ambiental Emancipatória como sendo mais uma possibilidade para o diálogo e problematização do campo, conforme destaca Gustavo Lima (2004). O autor aponta que tal denominação surgiu da necessidade de se desenvolver uma diferenciação interna no campo da EA de modo a explicitar os fundamentos éticos, políticos e pedagógicos das propostas, marcadas por uma aparente unidade de valores, interesses e objetivos.

Nesse sentido, os fundamentos da educação ambiental emancipatória passam pela crítica ao reducionismo, que converte a complexidade da questão ambiental a uma dimensão estritamente ecológica, “sem incorporar as demais dimensões sociais, éticas, políticas e culturais que atravessam e condicionam o fenômeno ambiental”. (2004, p. 87). Suas bases teórico-conceituais acompanham:

“(...) o movimento de complexificação e politização da educação ambiental ao introduzir no debate ingredientes e análises sociológicas, políticas e extrações de uma sociologia da educação de teor crítico e integrador, reunindo e pondo em diálogo uma diversidade de contribuições provenientes da teoria crítica, do pensamento ecológico, da teoria da complexidade, do neomarxismo, da teoria do conflito, da sociologia ambiental, da teoria da sociedade de risco, da educação popular, do socialismo utópico, da versão contemporânea da teoria da sociedade civil e dos movimentos sociais, do pós-estruturalismo e pós-modernismo, do ecodesenvolvimento e de uma educação ambiental crítica, entre outros.” (2004, p. 93).

A educação ambiental emancipatória enfatiza a possibilidade de transformação a partir da tomada de consciência individual e coletiva pautada no diálogo, na solidariedade e na participação social,

de modo a ampliar o fortalecimento da autonomia individual e social, orientando para a valorização da vida e da liberdade em sentido amplo. É necessária a construção de uma nova ética cultural que valorize a vida humana e não-humana. Lima aponta, ainda, que a noção de emancipação vai além do seu “sentido jurídico e político convencional, integrando tanto a emancipação no nível da vida e da saúde psíquica do indivíduo quanto a emancipação da natureza de todas as formas de dominação que sobre eles se imponham”. (2004, p. 94).

Entretanto, o autor chama atenção para a chamada “mudança conservadora”, que se coloca como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de uma educação ambiental emancipatória. Isso se materializa especialmente pela apropriação do discurso e práticas da EA por entidades empresariais e governamentais, voltadas para reproduzir o *status quo* do desenvolvimento ocidental capitalista. Segundo Lima, um dos exemplos mais transparentes desse movimento está no discurso do desenvolvimento sustentável, organizado pela ONU, que se tornou a referência dominante no debate que envolve as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido amplo, porém, sem avançar em mudanças significativas nos planos social, político, ético e cultural da sociedade vigente.

É na contracorrente desse movimento que caminha a EA emancipatória. Nas palavras de Lima:

“Em termos sintéticos, a educação ambiental emancipatória pretende, com diz o próprio nome, ampliar os espaços de liberdade de indivíduos e grupos que dela participam, transformando as situações de dominação e sujeição a que estão submetidos através da tomada de consciência de seu lugar no mundo, de seus direitos e de seu potencial para recriar as relações que estabelece consigo próprio, com os outros em sociedade e com o ambiente circundante”. (2004,

p. 104).

Uma outra vertente que se apresenta no contexto dos fundamentos da educação ambiental é aquela formulada por José Silva Quintas (2004), que busca a articulação da Educação no Processo de Gestão Ambiental. Essa articulação se pauta pela observância do contido na legislação brasileira, especialmente o parágrafo primeiro do artigo 225 da Constituição Federal que responsabiliza o Poder Público a tornar efetivo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, através do cumprimento de sete exigências, dentre as quais se destaca a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Segundo Quintas, é nesse contexto que vem sendo construída a proposta da educação no processo de gestão ambiental, objetivando:

“(...) proporcionar condições para o desenvolvimento de capacidades, (nas esferas dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes) visando a intervenção individual e coletiva, de modo qualificado, tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio ambiente, seja ele físico-natural ou construído. Por ser produzida no espaço tensionado, constituído a partir do processo decisório sobre a destinação dos recursos ambientais na sociedade, (...) exige profissionais especialmente habilitados, que dominem conhecimentos e metodologias para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem com jovens e adultos em contextos sociais diferenciados. Exige, também, compromissos com aqueles segmentos da sociedade brasileira, que na disputa pelo controle dos bens naturais do país, historicamente são sempre excluídos dos processos decisórios e ficam com o maior ônus.” (2004, p. 115).

Nesse sentido, o autor se opõe a chamada educação

ambiental convencional, argumentando que a Educação no Processo de Gestão Ambiental assenta-se na perspectiva da Educação Ambiental Crítica. A gestão ambiental é entendida como processo de mediações de interesses e conflitos entre os atores sociais que disputam o acesso e uso dos recursos ambientais e o poder público é o seu principal mediador. Essa mediação ocorre no contexto dos interesses econômicos, políticos, ideológicos, sociais e temporais. Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra.

Amparado nos argumentos da teoria crítica e do pensamento complexo, Quintas define a educação no processo de gestão ambiental como uma proposta de:

“(...) educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos”. (2004, p. 132).

No contexto do debate da multiplicidade de olhares que giram no entorno do conceito de educação ambiental emerge a perspectiva da Ecopedagogia. De acordo com Ruscheinsky (2004) e Avanzi (2004), suas origens remontam o início dos anos 90, associada à construção da Carta da Terra, à Eco 92, ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, à Agenda 21, entre outros eventos. O termo Ecopedagogia foi cunhado

por Francisco Gutiérrez no início da década de 1990, chamando-a, inicialmente, de *pedagogia do desenvolvimento sustentável*. Nesse sentido, o movimento eco-pedagógico constitui-se como um projeto histórico nascido na tradição latino-americana da educação popular de Paulo Freire, fundamentando-se nas concepções advindas dos movimentos ecológico, anarquista, pacifista e humanista, do marxismo libertário e do movimento educacional da ética, transdisciplinaridade e do holismo. Atualmente, seu desenvolvimento está pautado nas discussões contidas na Carta da Terra e no Movimento pela Ecopedagogia.

As bases teóricas desta vertente situam-se no encontro da abordagem complexa e holística sobre o mundo com a pedagogia de Paulo Freire. Nesse sentido destacam-se como seus principais interlocutores as idéias de Moacir Gadotti, Francisco Gutiérrez, Cruz Prado, Leonardo Boff, Gaston Pineau, Edgar Morin e Fritjof Capra.

Moacir Gadotti (2000), um dos principais autores de referência da ecopedagogia argumenta:

“Foi explorando a problemática da autoformação que Gaston Pineau criou o neologismo ecoformação nos anos 80, relacionando-o às histórias de vida das pessoas. Experiências cotidianas aparentemente insignificantes – como uma corrente de ar, um sopro de respiração, a água da manhã na face – fundamentam as relações com si próprio e com o mundo. A tomada de consciência dessa realidade é profundamente formadora. O movimento pela ecoformação surgiu do encontro de dois movimentos de pesquisa, um, o educativo e outro, o ecológico. (...) Ele se inspirou na teoria dos “três mestres de Rousseau”: “eu, os outros, as coisas”, enunciada logo no início do *Emílio*, o que, segundo Rousseau, tornava a educação um fenômeno “tão complexo como a vida”. (...) Gaston Pineau aproxima a teoria dos “três mestres de Rousseau” – a natureza humana, a sociedade e as coisas – do “paradigma verde” de Edgar Morin, que concebe a vida e sua formação a partir de três pólos distintos e inseparáveis: o

indivíduo, a espécie e o meio ambiente. Cada um desses pólos depende vitalmente das relações estabelecidas com os outros". (2000, p. 82-83).

No contorno da perspectiva ecopedagógica, Maria Rita Avanzi (2004), destaca que as concepções que essa vertente tem sobre a educação ambiental estão baseadas no Tratado e EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Nesse sentido, a autora argumenta que:

"A Ecopedagogia considera a Educação Ambiental como uma mudança de mentalidade em relação à qualidade de vida, associada à busca do estabelecimento de uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com o outro e com o meio ambiente" (2004, p. 36).

Sob o prisma da Ecopedagogia, a Educação é concebida numa perspectiva freireana que busca através da reflexão sobre o contexto histórico, o desvelamento de seus elementos de opressão, no sentido de transformar a realidade e emancipar o sujeito oprimido. É também um ato político que visa possibilitar ao sujeito a compreensão de seu papel no mundo e de sua inserção na história. De acordo com Moacir Gadotti:

"A ecopedagogia pretende desenvolver um novo olhar para a educação, um olhar global, uma nova maneira de ser e de estar no mundo, um jeito de pensar a partir da vida cotidiana, que busca sentido a cada momento, em cada ato, que "pensa a prática" (Paulo Freire), em cada instante de nossas vidas, evitando a burocratização do olhar e do pensamento". (2000, p. 82).

No que se refere à concepção de Sociedade, a Ecopedagogia a entende como um todo dialético mutável no seu sentido histórico. A realidade não é tratada como algo dado, mas construído pelos sujeitos numa relação contraditória e conflituosa entre interesses e classes. Nesse movimento, critica a hegemonia Neoliberal da sustentabilidade voltada para o lucro, argumentando em favor de uma sustentabilidade considerada nas suas dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental, buscando a construção de uma ordem flexível, progressiva, complexa, coordenada, interdependente e solidária.

Nesse sentido, a Natureza, desde uma perspectiva ecopedagógica, é tratada como um todo dinâmico, relacional, harmônico e auto-organizado em interação com as relações que se estabelecem na sociedade. Esses conceitos estão fundamentados no pensamento da nova física, no holismo de Fritjof Capra e Leonardo Boff, além de basear-se nas experiências dos povos indígenas latino-americanos, na busca da recuperação da “harmonia ambiental”. Constitui-se, ainda, numa ecologia fundamentada eticamente que associa o equilíbrio ecológico às mudanças na percepção dos seres humanos sobre o seu papel no ecossistema planetário, bem como valoriza elementos espirituais relacionados ao reencantamento do mundo e ao novo sentido da vida.

Aloísio Ruscheinsky atribui um caráter mediador para a ecopedagogia no trato das relações sociais e com o meio ambiente. De acordo com o autor:

“A ecopedagogia visa proporcionar as condições e as mediações para uma nova leitura da realidade, consolidando uma consciência de nossa dependência ecológica ampla, profunda e difusa. Para tal intuito há que se investir em

mudanças culturais que afetam a mentalidade, o comportamento como modo de pensar e agir, a cultura política, a visão de mundo, as representações sociais, a solidariedade, a participação. É a tentativa de desenhar e arquitetar a adoção de pontos de vista, de práticas sociais, de movimentos sociais, de projetos políticos que dêem conta dos dilemas ambientais da atualidade” (2004, p. 57).

No conjunto das escolas e tendências apresentadas, poder-se-ia destacar que elas convergem na construção de sentidos e significados que problematizam os aspectos convencionais ou conservadores da Educação Ambiental. Buscam, nesse sentido, assentar-se em argumentos que primam pela não dissociação da relação ser humano-natureza, considerando-os na sua totalidade, ao mesmo tempo em que não se descuida dos aspectos que lhes são peculiares.

É importante destacar também, que todas essas vertentes acompanham o contexto do movimento histórico da Educação Ambiental, desde os espaços institucionais até aqueles marcados pelas lutas dos movimentos sociais, da educação popular, das ONGs, dentre outros. Nesse mesmo processo, os documentos e tratados, apresentados anteriormente, constituem-se em marcos referenciais do esforço coletivo empreendido por um conjunto expressivo de educadores e educadoras ambientais.

Essas referências tomam corpo a partir do momento que são amparadas por referenciais advindos das mais diversas escolas teóricas que buscaram e que ainda buscam melhor compreender o contexto sócio-histórico-cultural e ambiental no qual se insere a humanidade.

As vertentes da EA aqui apresentadas procuram atribuir aos horizontes da educação ambiental um sentido de mudança,

independente do *lócus* teórico de onde falamos. A educação ambiental transformadora, emancipatória, crítica, na gestão ou a ecopedagogia trazem consigo a perspectiva da problematização dos espaços educativos, das relações sociais e das relações com a natureza.

E é nesse contexto problematizador no qual se constituem novas perspectivas para a Educação Ambiental brasileira, que buscarei apresentar as idéias e conceitos de um dos grandes pensadores do movimento ecológico: Murray Bookchin. A partir dos referenciais advindos da análise da obra de Bookchin, tentarei expor algumas contribuições que emergem do seu pensamento, no sentido de ampliar os espaços de referências e diálogos que se constituem no entorno da educação ambiental.

No entanto, uma tarefa se impõe necessariamente antes mesmo da busca de apreensão dos objetivos que pretendo particularizar. Trata-se de construir uma reflexão mais ampliada sobre o contexto da emergência do pensamento de Murray Bookchin que está intimamente ligada à constituição do pensamento libertário anarquista. Resgatar o movimento histórico do anarquismo enquanto escola teórica e de ação, é o foco da atenção no capítulo que segue.

2

A Constituição do Pensamento Libertário Contemporâneo

“É mais importante o caminho – até a anarquia -, do que a meta – porque à meta não se chega nunca e, em contrapartida, o caminho é o concreto. É muito importante que o caminho se torne coerente com a finalidade, pois é a única coisa palpável que temos. Se abandonamos o princípio como forma de chegar mais rápido à meta, suicidamo-nos”.⁷

Luce Fabbri

O pensamento libertário anarquista é um movimento imerso no seu tempo. Sua constituição histórica reflete a diversidade das múltiplas idéias e ações empreendidas na busca de um objetivo comum: a substituição do estado autoritário por alguma forma de cooperação não-governamental entre indivíduos livres. Resgatar, em traços largos, a trajetória histórica do anarquismo enquanto escola teórica e de ação individual e coletiva, no sentido de oferecer melhores subsídios para a compreensão da emergência do pensamento de Murray Bookchin, configura-se no objetivo principal deste capítulo.

De acordo com Raquel Stela de Sá (2002), o anarquismo se

⁷ FABBRI, Luce. *Encontro com Luce Fabbri*. In: Revista Utopia, nº 6, 1997, p. 82.

configura num pensamento e numa:

“(..) prática que convivem, até hoje, com muitas incertezas e muitos desafios, inspiradores de movimentos sociais muito importantes, de uma política e uma ética com perfis próprios, tal como conheceremos já no final do século XIX e início do XX. O pensamento libertário nunca foi uno; foi sempre uma teoria marcada pela pluralidade, pela diferença, pela diversidade. Para este efeito, há que assumir a relatividade dos “anarquismos” como meio de estruturação da anarquia, sabendo, à partida, que esta é e será sempre um projeto histórico inacabado”. (2002, p. 74).

Geralmente, atribui-se à palavra *anarquia* o sentido de caos, de bagunça. E esse sentido foi construído tomando por base o preconceito de que o anarquista é um mero promotor da desordem, que só pensa em destruir e não contribui em nada para uma nova ordem. A palavra anarquia vem do grego *Anarchos* e significa “sem governante”, ou seja, o estado de um povo sem uma autoridade constituída. E esse foi o significado levado a cabo pelos anarquistas, que entendem a autoridade com inimiga da ordem e a anarquia como sendo o estabelecimento da ordem natural do ser humano.

Nesse sentido, do ponto de vista histórico, o anarquismo propõe uma crítica à sociedade vigente, uma visão de sociedade ideal do futuro e os meios de passar de uma para outra. O autor George Woodcock (2002) em sua obra intitulada “*História das idéias e movimentos anarquistas*”, dividida em dois volumes (nº 1: “*A Idéia*” e nº 2: “*O Movimento*”), nos ajuda a melhor compreender a emergência do pensamento anarquista. O autor argumenta que:

“(..) o anarquismo preocupa-se, basicamente, com o homem

e sua relação com a sociedade. Seu objetivo final é sempre a transformação da sociedade; sua atitude no presente é sempre de condenação a essa sociedade, mesmo que essa condenação tenha origem numa visão individualista sobre a natureza do homem; seu método é sempre de revolta social, seja ela violenta ou não". (2002, p.7).

É nesse contexto de crítica e constante busca da transformação da sociedade, que o anarquismo vai se constituindo enquanto movimento. A busca de um novo ordenamento, sem a autoridade de um Estado foi e ainda é o sentimento pelo qual se move o pensamento anarquista. Para o anarquista, a ordem não é algo imposto de cima para baixo, ao revés, é uma ordem que se expressa pela autodisciplina e pela cooperação voluntária.

Esse sentimento libertário pode ser encontrado no contexto histórico da humanidade ao longo dos tempos. Suas raízes são antigas (Woodcock, 1981), podendo ser encontradas entre os filósofos da Grécia e da China Antiga, entre as seitas heréticas da Idade Média, no Renascimento e na Reforma e, principalmente, no século XVIII à medida que se aproximavam as revoluções Francesa e Americana. Por todos esses momentos da história houveram doutrinas libertárias sustentando que o homem pode viver melhor sem ser governado. Entretanto, como movimento ativista, o anarquismo pertence unicamente aos séculos XIX e XX. Seu sucesso é variado porque ele não é um partido político, mas sim um movimento que tem mostrado grande poder de renovação.

As diferentes experiências do movimento anarquista vão se constituindo à medida que a noção de liberdade vai sendo problematizada. Ao entender que a liberdade não é algo que possa ser decretado por leis ou pelo estado, mas que deve ser forjada no seio de cada indivíduo e compartilhada coletivamente, o anarquismo vai

emergindo enquanto pensamento teórico e enquanto ação direta.

As idéias do Renascimento e da Reforma Religiosa do século XVI, na Europa, impulsionaram o desenvolvimento de uma consciência, cada vez maior, do valor da liberdade individual nos séculos seguintes. Foi durante a Guerra Civil inglesa do século XVII, que essa tendência produziu o primeiro movimento com características anarquistas.

Esse movimento se materializou, quando um grupo de trabalhadores, em sua maioria homens pobres, vítimas da recessão econômica que se seguiu à Guerra Civil, identificavam – tal qual os anarquistas modernos – o poder econômico com o poder político e sustentavam a necessidade de que ocorresse uma revolução mais social do que política para que fosse possível estabelecer a justiça social na Inglaterra. Liderados por Gerrard Winstanley nos anos de 1648 e 1649, o chamado grupo dos “cavadores”, explicitava sua crítica à natureza corruptora da autoridade não apenas no que se refere ao poder político, mas ao poder econômico do patrão sobre o empregado, do poder familiar do pai sobre o filho e do marido sobre a esposa. Winstanley afirmava que a conquista da liberdade dependeria diretamente do ataque ao direito de propriedade. Vivendo numa era agrícola, Winstanley via a propriedade da terra como problema principal de sua luta e acreditava que essa questão seria resolvida apenas pela ação direta do povo. Chegou a liderar um grupo, tomando posse de algumas terras ao sul da Inglaterra, buscando cultivá-las para a sua subsistência, mas foram reprimidos e expulsos pelos proprietários locais e pelo Estado.

Numa outra perspectiva, mesmo que muitos anarquistas tenham criticado suas idéias, Jean-Jacques Rousseau também contribuiu para a constituição do pensamento libertário na maneira romântica com

que defendia a espontaneidade, sua idéia de uma educação que desenvolva o que é latente na criança, de modo a estimular os seus instintos naturais e a sua percepção das virtudes primitivas. A célebre frase de Rousseau “o homem nasceu livre, mas em toda parte eu o vejo acorrentado”, resume a idéia geral do anarquismo.

Alguns anos mais tarde, durante as revoluções Francesa e Americana, outras experiências foram se constituindo no sentido da crítica à autoridade do Estado e à liberdade. Destacam-se, nesse período, as contribuições de Thomas Paine para os movimentos revolucionários da Inglaterra, Estados Unidos e França, especialmente com a sua *Declaração dos Direitos do Homem*. Nesse livro, Paine fala do governo como sendo um obstáculo à organização natural da sociedade e que esta teria capacidade para resolver seus próprios problemas e autogovernar-se.

Um outro pensador que mereceu destaque, à essa época, foi Willian Godwin que, em 1793, publicou seu livro *Inquéritos sobre a Justiça Política*. Em sua obra, Godwin repudiava qualquer sistema social que dependesse do governo e apresentou sua própria concepção de uma sociedade libertária descentralizada, na qual pequenas comunidades autônomas seriam as unidades básicas, onde as práticas políticas seriam reduzidas ao mínimo. Argumentava que o governo da maioria é uma forma de tirania e a eleição de representantes é na verdade uma forma de abdicação das responsabilidades individuais. Segundo Woodcock, “Godwin desenvolveu a teoria do anarquismo com mais profundidade do que qualquer outro escritor libertário mais atual. Estes apenas acrescentaram às suas idéias a dimensão da ação”. (1981, p.34).

Com o alvorecer do século XIX, o anarquismo vai se constituir

definitivamente enquanto movimento teórico e de ação. Nesse contexto, a liberdade de interpretação e a variedade de formas de abordagens constituem-se em elementos do mundo anarquista, expressos através das diferentes escolas que lhe atribuíram sentido. Dentre essas escolas, destacam-se o anarquismo individualista, o mutualismo, o anarquismo coletivista, o anarco-comunismo, o anarcossindicalismo, o tolstoísmo e o anarquismo pacifista.

O anarquismo individualista, inaugurado por Max Stirner, pregava a auto-afirmação rebelde e prognosticava a criação de um sindicato de “egoístas” ligados pelo respeito à própria crueldade mútua. Suas idéias negavam todos os poderes absolutos e todas as instituições, baseando-se unicamente na singularidade do indivíduo. Apesar de suas idéias extremamente radicais levadas a cabo por um individualismo egoísta, certos elementos contidos nas idéias de Stirner o aproximam do pensamento anarquista, especialmente quando critica a sociedade vigente por seu caráter autoritário e antiindividualista. Propõe a instituição de meios insurrecionais através dos quais seria possível transformar a sociedade, buscando o fim das instituições governamentais e exigindo a igualdade entre os “egoístas”.

Em 1840, Pierre-Joseph Proudhon, pioneiro dos filósofos libertários, lança as bases do pensamento anarquista baseado em relações mutualistas, divergindo do anarquismo individualista, por considerar a história em seu aspecto social, pensado em termos de associação. A publicação de seu livro intitulado *O que é a propriedade?*(1840) e a resposta dada a sua própria pergunta: “*propriedade é roubo*”, identificam o capitalismo e o Estado como sendo um dos principais inimigos da liberdade, levando Proudhon a ser o primeiro homem a auto intitular-se um anarquista.

A crítica que Proudhon faz à propriedade é entendida de forma ampla, uma vez que “ele denunciava a propriedade do homem que a utiliza para explorar o trabalho alheio sem qualquer esforço físico próprio” (Woodcock, 2002, p. 125), resultando na exploração do homem pelo homem. Portanto, a propriedade era incompatível com a justiça uma vez que ela tirava os direitos da grande maioria dos produtores sobre o produto final do seu trabalho, resultando numa autoridade injusta.

O pensamento mutualista de Proudhon partia do princípio de que o indivíduo é, ao mesmo tempo, ponto de partida e objetivo final de todos os nossos esforços, mas a sociedade é quem proporciona a matriz e é dentro dela que cada homem deve encontrar sua função e realização. Segundo Woodcock:

“Ele desejava reconstruir a sociedade, não aboli-la e imaginava os homens do futuro reunidos em grandes federações de comunas e cooperativas operárias, tendo como base econômica um modelo onde os indivíduos e pequenos grupos, dispendo (e não possuindo) de seus próprios meios de produção, ligados por contratos de permuta e crédito mútuo que assegurariam a cada um o produto de seu próprio trabalho”. (2002, p. 20).

Proudhon considerava a federação como uma etapa no caminho que levaria à anarquia e esse princípio federativo deveria operar nos níveis mais simples da sociedade. A organização administrativa deveria começar a nível local e ser controlada pelo povo através de comunas e associações. Acima desse nível, seriam criadas coordenações entre as unidades locais. Assim, a nação seria substituída por uma confederação geográfica de regiões, na qual os interesses da menor das províncias seriam tão importantes quanto os das maiores,

sendo que todas as questões seriam decididas através de acordos mútuos, contratos a arbitramento. A idéia de organização federal apresentava-se como alternativa prática para o nacionalismo político do século XIX.

Seguindo na perspectiva do movimento libertário, as idéias de um anarquismo coletivista emergem com Michael Bakunin e seus seguidores que, nos últimos anos da década de 1860, procuraram adaptar o comportamento anarquista a uma nova sociedade cada vez mais industrializada. Defendiam a idéia de que a propriedade deveria ficar nas mãos de instituições voluntárias que assegurariam a cada trabalhador o direito de desfrutar do produto do seu próprio trabalho, ou equivalente.

Bakunin era um rebelde que, em quase todos os seus atos, parecia expressar os aspectos mais vigorosos da anarquia. Ele foi o primeiro de uma longa série de aristocratas que abraçaram a causa anarquista. Sua atuação no movimento teve reflexo mais na ação direta do que na construção teórica. No início da década de 1860 ele percebeu que havia chegado o momento de utilizar as teorias anarquistas para catalisar o descontentamento dos operários e camponeses nos países latinos da Europa. Esse feito o levou a participar da Associação Internacional dos Trabalhadores – Primeira Internacional – lugar em que pela primeira vez ficaram explícitas as diferenças entre as concepções libertárias e autoritárias do socialismo, especialmente através do conflito de idéias travado entre Bakunin e Karl Marx.

Os anos que se seguiram demonstram o verdadeiro envolvimento de Bakunin nas revoltas e organizações que emergiram no continente europeu, com destaque para suas atuações na Polônia, Alemanha, Itália e Espanha. Bakunin representa a materialização, no

campo prático, das idéias anarquistas, especialmente, na articulação de um movimento internacional.

Do ponto de vista prático, quase todas as revoltas em que participou não tiveram grandes êxitos, a não ser a divulgação das idéias anarquistas. Preso várias vezes, ele foi exilado na Sibéria, local do qual conseguiu escapar e retornou à Europa via Japão e Estados Unidos. Na Itália, fundou várias confrarias e associações que tinham por objetivo a oposição ao Estado e a religião; defendia o federalismo e a autonomia comunitária; aceitava o socialismo de modo que o trabalho deveria ser a única base para o direito humano e para a organização econômica do Estado; afirmava também, que a revolução social não seria obtida por meios pacíficos.

O coletivismo expresso em suas idéias fica destacado quando afirma que a coletividade toma o lugar do operário isolado como unidade básica de organização social. De acordo com Bakunin:

“A futura organização da sociedade deveria ser realizada de baixo para cima, pela livre associação e união dos operários; primeiro em associações, depois em comunas, em regiões, em países e, finalmente, numa grande federação internacional e universal. Só assim poderá ser estabelecida a liberdade e a felicidade geral da nova ordem, uma ordem que, longe de querer negar, garante e tenta harmonizar os interesses dos indivíduos e da sociedade”. (1981, p. 76).

Na seqüência da emergência das correntes anarquistas, o anarco-comunismo inaugurado por Peter Kropotkin e seus seguidores, nos anos de 1880, marca o início de um novo momento na história do anarquismo. Aquela organização e agitação, da qual Bakunin tinha sido o principal personagem, fica um pouco de lado e cede espaço para a

consolidação e reconhecimento do anarquismo enquanto teoria social. Kropotkin ressaltou os aspectos positivos e construtivos do anarquismo e sua originalidade de pensamento o tornou respeitado em todo o mundo ocidental como cientista e filósofo social.

Kropotkin, assim como Bakunin, nasceu no seio da aristocracia russa do século XIX e abdicou de seu status para se juntar ao grupo de revolucionários que lutavam contra a opressão do estado e do capitalismo que se enraizava cada vez mais. Geógrafo de formação, ele escolheu trabalhar na Sibéria e foi por lá que se deu conta dos problemas nos quais a sociedade estava mergulhada. Sendo um apaixonado declarado pelo conhecimento científico, Kropotkin estudou a fundo a teoria da evolução das espécies de Charles Darwin. As influências das teorias de Darwin marcaram profundamente o desenvolvimento de seu pensamento e do anarquismo como um todo. Nas palavras de Kropotkin:

“Aos poucos, comecei a perceber que o anarquismo é muito mais do que um simples método de ação, do que a mera concepção de uma sociedade livre; que ele é parte de uma filosofia natural e social, que deve ser desenvolvida, não utilizando os métodos metafísicos e dialéticos que têm sido empregados pelas ciências que estudam os homens, mas os métodos empregados pelas ciências naturais... sobre a base sólida da indução aplicada às instituições humanas”. (Kropotkin *apud* Woodcock, 2002, p. 222).

Kropotkin estudou e reforçou as teorias de Darwin, concluindo que um dos fatores determinantes da evolução das espécies não era o seu poder de competição, mas a tendência à cooperação. Segundo ele, em qualquer circunstância, a sociabilidade é a maior das vantagens na luta pela vida e as espécies que a abandonarem estarão fadadas a

desaparecer, ao passo que aqueles animais que melhor sabem viver juntos têm maiores chances de sobreviver e evoluir.

Em seu livro *Ajuda Mútua* (1902), destaca que mesmo a faculdade intelectual é eminentemente social, já que é estimulada pela comunicação, principalmente sob a forma de linguagem, pela imitação e pelas experiências acumuladas. Além disso, o próprio fato de viver em sociedade tende a desenvolver um senso de justiça coletivo, que é a própria essência da vida social. O homem é e sempre foi um ser social, afirma Kropotkin. Para ele:

“a ajuda mútua atingiu o auge na rica vida comunitária das cidades medievais e prova que até mesmo instituições coercitivas como o Estado, não conseguiram eliminar a cooperação voluntária, que continua sendo o mais importante fator no relacionamento de homens e mulheres, considerados como indivíduos. O desejo de socialização é a base de todas as doutrinas de ética social, e se não fosse ele a condicionar quase todas as nossas ações cotidianas para com nossos semelhantes, mesmo o mais bem organizado dos Estados não conseguiria impedir a desintegração da sociedade”. (Apud Woodcock, 2002, p. 244).

Através da cooperação voluntária, sem interferência do Estado, se estabeleceria uma forma natural de organização, na qual a ordem seria uma ordem natural. Essa organização se daria através das comunas, entendidas não como uma agência do governo local, ou uma expressão do federalismo político, mas sim uma associação voluntária que reúne todos os interesses sociais, representados por grupos de indivíduos diretamente ligados a eles. Ao unir-se com outras comunas, constituir-se-ia uma rede de cooperação que substituiria o Estado.

Dez anos depois do surgimento do anarco-comunismo, uma

outra tendência marcaria a história do movimento anarquista. Trata-se do aparecimento do anarcossindicalismo, constituído nos sindicatos de classe francesa. Essa nova tendência via o sindicato revolucionário tanto como um instrumento de luta, que tinha na greve geral sua arma mais poderosa, quanto como base sobre a qual poderia ser construído o futuro da sociedade livre.

Um último grande movimento do pensamento anarquista foi o tolstoísmo e o anarquismo pacifista, surgido principalmente na Holanda, Inglaterra e Estados Unidos antes e depois da Segunda Guerra Mundial. Tolstoi, mesmo não tendo se autodenominado anarquista, tinha como premissa a total oposição ao Estado e a outras formas de autoritarismo. Os pacifistas anarquistas, discípulos de Tolstoi, preferiam concentrar suas atenções quase exclusivamente na criação de comunidades libertárias inseridas na sociedade atual, numa espécie de versão pacifista da “propaganda pela ação”. Os anarcopacifistas aceitam o princípio da resistência e até a ação revolucionária, desde que não incorra em violência, que consideram uma forma de poder e, portanto, de natureza não-anarquista. Essa idéia da resistência através da não-violência fez de Gandhi, na Índia, um dos principais discípulos de Tolstoi.

No conjunto das diferentes escolas que emergiram no contexto do movimento anarquista, mesmo que hajam diferenças consideráveis em cada uma delas, essas se restringem a duas áreas bem definidas: métodos revolucionários (violentos ou não) e organização econômica. Apesar disso, elas estão unidas por uma série de suposições comuns, que constituem o núcleo da filosofia anarquista, a começar pela visão naturalista da sociedade, ou seja, acreditam que o homem possui naturalmente todas as qualidades que o tornam um ser capaz de viver em liberdade e harmonia. Podem não acreditar que ele seja

naturalmente bom, mas acreditam fervorosamente que é, por natureza, um ser social. E essa tendência natural do homem a viver em sociedade vai se perdendo à medida que os sistemas hierárquicos e opressores do Estado vão se constituindo.

Durante a primeira metade do século XX, o movimento anarquista foi, aos poucos, perdendo terreno no campo das teorias sociais. Nas primeiras décadas, o anarco-sindicalismo obteve sucesso na França, Itália, América Latina e Estados Unidos. Mas foi na Espanha, durante a Guerra Civil Espanhola dos últimos anos da década de 1930, que ele atingiu seu apogeu e, ao mesmo tempo, a sua decadência enquanto movimento organizado.

Entretanto, devido a sua impressionante capacidade de regeneração, o anarquismo ressurgiu com força nos anos que se seguiram durante e após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com George Woodcock:

“Nesta época, surgiu uma nova situação na história anarquista. Durante a Segunda Guerra, foi nos países de língua inglesa que o anarquismo demonstrou a maior vitalidade e a tradição foi interpretada de uma forma totalmente nova. O estímulo não veio apenas dos refugiados espanhóis e italianos que representavam o movimento criado por Proudhon, Bakunin e Kropotkin. Veio também de escritores originados do movimento modernista, que conheceram o anarquismo através de Oscar Wilde, William Morris e William Godwin. Na Inglaterra, este movimento interino, porque representava uma transição entre o anarquismo do século XIX e o atual, reuniu não apenas escritores e pintores que surgiram entre 1920 e 1940, mas também artistas refugiados da Europa Oriental, da França e da Bélgica. Havia pintores ingleses como Augustus John e John Minton, construtivistas russos como Naum Gago, e expressionistas poloneses como Jankel Adler. Herbert Read e John Cowper Powys representavam os escritores mais velhos, mas Dylan Thomas era um anarquista declarado, assim como Alex Comfort, George Woodcock e Denise Levertov. Também nos Estados

Unidos, o anarquismo escapou de sua tradição para ser transformado por jovens intérpretes. Em Nova York, centralizava-se em Dwight MacDonald, que então publicava a revista *Politics*, e Paul Goodman, que já relacionava as doutrinas libertárias aos problemas americanos da decadência rural e caos urbano. Em São Francisco, mesmo no início da década de 40, surgiu um movimento anarquista sob a liderança do poeta Kennet Rexroth, que mantinha ligações com o movimento mais radical entre os imigrantes italianos. Outros poetas como Robert Duncan e Philip Lamantia e, mais tarde, Kenneth Patchen e Allen Ginsberg, se envolveram e tornaram o anarquismo uma das filosofias que motivaram o movimento *beat* na Califórnia". (1981, p.45).

Nesse sentido, a partir dos anos de 1960, ressurgia a corrente de pensamento anarquista acompanhada dos movimentos ativistas que surgiram entre os jovens da Europa e da América, atraídos pelo ideal anarquista de oposição às culturas industriais tecnocráticas e progressivamente centralizadoras, não somente da Europa e América do Norte, mas também da Rússia e do Japão. Nesse contexto, destacam-se as contribuições e influências de Aldous Huxley e sua visão da iminência de uma explosão demográfica, da destruição ecológica e da manipulação psicológica reunidas numa visão social, expressadas em sua obra *Admirável Mundo Novo*, publicado ainda nos anos 30.

Esse novo movimento das idéias anarquistas ganhou mais ênfase na insurreição de maio de 1968 ocorrida na França. Foi um movimento espontâneo no qual algo semelhante a um programa anarquista para uma revolução libertária foi realmente organizado. "Os estudantes ocuparam as universidades, hastearam a bandeira negra do anarquismo e incitaram os trabalhadores à greve e à paralisação dentro das fábricas" (Idem, p.49-50). Nos anos 70, na Espanha, o anarco-sindicalismo também ressurgiu reafirmando a longa história da tradição libertária.

Entretanto, como movimento que acontece de forma organizada, o anarquismo desapareceu nas últimas décadas dos anos 90. O que existe hoje são associações, coletivos, publicações em muitos países, mas não o movimento federalizado e internacionalista.

No contexto de sua trajetória, o pensamento libertário foi se constituindo e suas raízes continuam inspirando idéias mundo afora. Nas palavras de Woodcock:

“O anarquismo é a um só tempo diversificado e inconstante e, à perspectiva histórica, apresenta a aparência, não de um curso d’água cada vez mais forte, correndo em direção ao mar do seu destino, mas de um fio de água filtrando-se através do solo poroso – formando aqui uma corrente subterrânea, ali um poço turbulento, escorrendo pelas fendas, desaparecendo de vista para surgir onde as rachaduras da estrutura social possam lhe oferecer uma oportunidade de fluir. Como doutrina, muda constantemente, como movimento cresce e se desintegra, em permanente flutuação, mas jamais se acaba”. (2002, p. 17).

A dissolução da autoridade do Estado, a descentralização da responsabilidade, a substituição dos governos e de outras organizações monolíticas semelhantes a um federalismo que permitiria o retorno da soberania às unidades essenciais básicas da sociedade, foi o objetivo que todos os anarquistas sempre tentaram atingir, cada um à sua maneira.

Nesse sentido, o pensamento libertário não é, nem poderá ser, um dogma ou um modelo padrão de sociedade, mas sim deve ser interpretado, compreendido, explicado e vivido conforme a liberdade, a igualdade, a criatividade, a responsabilidade e a soberania de qualquer indivíduo. A liberdade e a igualdade são os dois pilares fundamentais

do pensamento libertário. No sentido libertário, liberdade diz respeito ao indivíduo e seu poder de decisão, ao desenvolvimento de suas capacidades e à satisfação de seus anseios. Raquel Stela de Sá argumenta:

“É o direito à auto realização, à expressão espontânea dos sentimentos, à desalienação das relações entre as pessoas; o direito de todos a todos os meios de existência, o repúdio do mundo da mercadoria, do artificial e do que ele oferece, a prática do auxílio mútuo, o conhecimento de técnicas e a elaboração de contra-técnicas, um novo respeito pela vida e pelo equilíbrio da natureza; a substituição do trabalho como dever, pelo trabalho como prazer; a autogestão no lugar da heterogestão, a reivindicação do gozo, da dialogicidade, do amor, da sensualidade, da expressão corporal sem entraves a uma estética do sentimento.” (2002, p. 81).

A autora acrescenta, ainda, que a questão central do anarquismo, hoje, é saber se os seres humanos serão capazes de criar grupos, sindicatos, coletivos, comunidades, cooperativas, publicações, que sejam exemplos de livre associação e apoio mútuo, um espaço fraternal, de onde estejam ausentes o princípio da autoridade, a lógica da concorrência e do poder. A organização libertária é, antes de mais nada, um espaço coletivo livre e fraterno, onde se constroem novas relações sociais e se vive de acordo com os valores desta cultura.

Bem, a esta altura, mesmo tendo feito de maneira muito sintética, penso já ter apresentado o histórico da emergência do movimento anarquista. Entretanto, o leitor poder-se-ia questionar sobre qual o vínculo que se estabelece entre a história do pensamento libertário com os objetivos principal desta pesquisa.

Ao analisar a vida e a obra de Murray Bookchin, foi se

constituindo um movimento que inevitavelmente levou-me a escrever sobre o anarquismo. E esse movimento se estabelece em função de que Murray Bookchin apresentou-se como um dos mais importantes pensadores e militantes do movimento libertário contemporâneo. A própria Raquel Sá destaca em sua tese de doutorado:

“Bookchin, partindo da crítica da sociedade de consumo, formulou teorias inovadoras sobre ecologia social e municipalismo libertário dando um impulso renovador às idéias libertárias. A ecologia social pelas suas afinidades com os valores libertários, é uma área onde a militância libertária mais tem se exprimido”. (2002, p. 84).

Nesse sentido, no conjunto das questões desenhadas nesta seção, acredito que já aparecem algumas evidências capazes de oferecer o pano de fundo a partir do qual emerge e se desenvolve o pensamento de Murray Bookchin. No capítulo que se segue, darei ênfase, necessariamente ao processo de constituição da vida e obra de Bookchin.

3

Do Socialismo Libertário à Ecologia Social: Compreendendo a vida e a obra de Murray Bookchin

“Murray was a genuinely original thinker, always true to himself, his integrity unimpeachable. Sometimes the ideas he expounded sounded like self-evident truths — democracy, ethics, reason, citizenship, humanism. But in a world slouching toward Bethlehem, simple truths can be radical and must be repeated again and again.”⁸

Janet Biehl

No atual momento em que vivemos, marcado fortemente pela glorificação de mercados e mercadorias, em detrimento à atenção das angustiantes questões socioambientais, parece difícil lembrar que gerações de pessoas lutaram para criar um mundo diferente. Para muitos, nos dias de hoje, as aspirações de uma tradição socialista, frequentemente, parecem arcaicas ou utópicas em seu sentido mais pejorativo.

Essa lógica imediatista de compreensão histórica da sociedade, por vezes se esquece que, ao longo dos últimos séculos, um conjunto de manifestações socialistas se constituíram num poderoso movimento de massa pela transformação do modelo de sociedade

⁸ Tradução em português: “Murray era um pensador genuinamente original, sempre verdadeiro para com ele mesmo, sua integridade era impecável. Algumas vezes as idéias que ele expunha soavam como verdades óbvias – democracia, ética, razão, cidadania, humanismo. Mas, em um mundo que se curvava em direção a Belém, verdades simples podem ser radicais e devem ser repetidas sempre e sempre”. Traduzido por Nara Floriano do texto original *A Remembrance of Murray Bookchin*, escrito por Janet

competitiva por uma organização social mais cooperativa, com a criação de um sistema essencialmente humano, no qual homens e mulheres emancipados pudessem realizar e satisfazer suas potencialidades criativas e racionais. Essa tradição socialista afirmava que as pessoas são os fins em seus próprios direitos, o que não significa um tomar proveito do outro, mas sim que são seres substantivos, considerando suas opiniões e sentimentos e não coisas produzidas de forma massiva com noções e desejos induzidos artificialmente. Nesse sentido, os socialistas sempre argumentaram que é necessário se desfazer das amarras econômicas e das ilusões que as mistificam, na busca da construção consciente de uma sociedade verdadeiramente emancipada, baseada na liberdade e cooperação, razão e solidariedade, com participação ativa e responsável na tomada de decisões sobre suas próprias vidas, ao invés de subjugarem-se ao controle autoritário externo.

A Revolução Russa, de 1917, injetou um novo ânimo que se espalhou por todos os segmentos da esquerda internacional. O socialismo comunista passou a ser referência para um conjunto de jovens intelectuais norte-americanos que, na década de 1930, cresciam sob os efeitos da grande depressão do sistema capitalista – que parecia estar à beira do colapso geral – e conduziram suas habilidades para alcançar o cenário socialista ideal. Entretanto, os rumos tomados pelo comunismo internacional, especialmente no contexto da Revolução Espanhola e no pacto firmado entre Hitler e Stálin, mudaram o curso dos verdadeiros objetivos do socialismo. Muitos dos revolucionários atuantes se desiludiram, retirando-se do movimento ou limitando-se à algumas formulações teóricas.

Biehl (2007). Janet foi companheira de Bookchin até o seu falecimento em 2006 e, gentilmente, enviou este texto para ser anexado a esta dissertação.

Dentre os jovens intelectuais norte-americanos que haviam emergido do movimento comunista da década de 30, poucos reagiram e tentaram manter viva a tradição revolucionária, buscando uma alternativa libertária ao marxismo-comunista para uma sociedade socialista no contexto pós Segunda Guerra Mundial. Dentre os que mantiveram acesa a chama na busca de alternativas para o contexto social vigente, destaca-se a participação de Murray Bookchin.

Nascido em janeiro de 1921, no bairro do Bronx em Nova York, no seio de uma família de judeus russos imigrantes, Bookchin foi criado sob a sombra da Revolução Russa, partilhando a excitação que essa despertou entre seus vizinhos imigrantes da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, já nos seus primeiros anos, incorporou idéias libertárias de sua avó materna, que fora membro dos Revolucionários Socialistas, um movimento populista que beirava o anarquismo, na Rússia czarista.

No início da década de 1930, durante a depressão que assolou os Estados Unidos, associou-se às organizações de jovens do movimento comunista, fazendo comícios nas ruas, participando de greves, e ajudando a organizar os desempregados. Mesmo sendo adolescente, Bookchin dirigia, eventualmente, o programa educacional da Liga Jovem Comunista que participava. No entanto, ao final dessa mesma década, ficou decepcionado com o caráter autoritário tomado pelo movimento.

Durante os anos da Guerra Civil Espanhola se envolveu no movimento novayorquino de suporte à Espanha, mesmo sendo muito jovem para participar diretamente do conflito. Embora alguns de seus amigos tenham morrido na frente de batalha, permaneceu com os comunistas até o pacto entre Stálin e Hitler, em 1939, data na qual foi

expulso por desvio anarco-trotskyista. Depois disso, converteu-se ao trotskismo e, mais tarde, ao socialismo libertário, juntando-se a um grupo que cercava o exilado alemão trotskyniano Josef Weber por volta de 1940. Seus primeiros trabalhos foram publicados no periódico desse grupo, denominado *Contemporary Issues*.

Enquanto participava desse grupo, incorporou-se ao movimento operário e participou ativamente na organização de sindicatos ao norte do estado de Nova Jersey, onde, logo após concluir a escola secundária, devido à pobreza de sua família, foi trabalhar na indústria pesada como mecânico e metalúrgico. Durante os anos 1940, em qualquer fábrica que trabalhasse, engajava-se em atividades sindicais. Trabalhou em uma indústria de automóveis, militando durante dez anos na *United Autoworkers (AUW)*.

Durante a década de 1930, os preceitos marxistas aparentemente explicariam a Grande Depressão norte-americana e a crescente revolta trabalhista, parecendo desafiar as bases do sistema capitalista. No entanto, os prognósticos marxistas sobre a década de 1940 foram claramente insatisfatórios. Essas previsões tinham por base que na Segunda Guerra Mundial, assim como na Primeira, as revoluções do proletariado terminariam entre os países beligerantes. Contudo o proletariado, longe de fazer uma revolução em algum país ocidental sob a bandeira do internacionalismo, resolveu a guerra sob a bandeira do nacionalismo. Até mesmo a classe trabalhadora alemã abandonou sua antiga história socialista e lutou em favor de Hitler até o fim. Longe de entrar em colapso, o capitalismo emergiu ileso e fortalecido da guerra, com mais estabilidade do que nunca.

A União Soviética, por sua vez, estava distante de uma sociedade socialista, sequer de uma comunista. Longe de ter um papel revolucionário durante a guerra, estava ativamente envolvida em movimentos revolucionários de repressão, dentro de seus próprios interesses nacionais. Por fim, os trabalhadores industriais americanos, longe de desafiar o sistema capitalista, estavam sendo assimilados por ele. Quando a grande greve da *General Motors* terminou, em 1946, com seus colaboradores aceitando planos de pensão e seguro-desemprego, a desilusão de Bookchin com o movimento dos trabalhadores como uma força revolucionária foi completa e seus anos dedicados como ativista sindicalista chegaram ao fim. A tradição revolucionária, concluiu ele, teria de dispensar a noção de hegemonia proletária como força para a mudança básica social. Nesse sentido, com a consolidação do capitalismo em escala internacional, a idéia de que os conflitos entre trabalho remunerado e capital levariam ao fim do capitalismo, deveria ser seriamente rediscutida.

Bookchin encarou essas condições desanimadoras, recusando-se a renunciar seu comprometimento com a revolução. Ele entendia que a tradição revolucionária deveria explorar novas possibilidades para a criação de uma sociedade cooperativa livre e recuperar, sob outro aspecto, o caráter não-autoritário do socialismo.

Foi nesse momento que Bookchin se aproximou, de modo mais particular, das idéias do movimento anarquista. O anarquismo, cuja história por muito tempo aproximou-se do socialismo marxista, pregava a idéia de que as pessoas poderiam gerenciar seus próprios interesses sem a tutela de um Estado. Assim sendo, para Bookchin, os ideais libertários anarquistas de uma sociedade descentralizada e sem Estado, baseada na propriedade comunitária dos bens de produção,

parecia ser a base para uma alternativa revolucionária no pós-guerra. Ele estudou a fundo a trajetória e pensamento do movimento anarquista clássico e retomou seus princípios aliando-os às questões contemporâneas que emergiam. Em seu artigo intitulado *Ecology and Revolutionary Thought*, Bookchin destacou:

“O futuro do movimento anarquista dependerá de sua habilidade em aplicar princípios básicos libertários às novas situações históricas. (...) A vida por si própria força o anarquismo a se preocupar cada vez mais consigo próprio, com a qualidade da vida urbana, com a reorganização da sociedade por linhas humanísticas, com as subculturas criadas por novas, e geralmente indefinidas camadas – estudantes, desempregados, uma imensa boemia de intelectuais e, sobretudo, uma juventude que passa a obter consciência social com o movimento pela paz e lutas por direitos humanos do início da década de 60”. (1971, p. 18 e 21).⁹

No entanto, mesmo tendo acolhido a tradição anarquista, Bookchin nunca abandonou completamente as idéias essenciais de Marx. Ele utilizou o melhor que havia no marxismo e casou com as idéias anarquistas para sintetizar uma filosofia política híbrida e coerente de liberdade e cooperação, que tomasse proveito do rigor intelectual e da sensibilidade cultural, da análise e da reconstrução. Passou a denominar essa síntese de “ecologia social”.

Na década de 1950, ao mesmo tempo em que dirigia suas idéias na direção da perspectiva anarquista, Bookchin acompanhava atentamente o contexto sócio-econômico dos Estados Unidos. A economia norte-americana estava vivendo uma onda de expansão que impulsionava simples trabalhadores industriais em direção a uma classe

⁹ Tradução Nossa.

média próspera. Com o apoio do governo, ciência e indústria foram combinadas a fim de gerar uma série de novas tecnologias, tanto para uso civil, quanto para uso militar.

A produção de automóveis trazia consigo a promessa de mobilidade e de empregos; o desenvolvimento da energia nuclear foi apresentado como algo que vinha ao encontro às necessidades norte-americanas e que teria, praticamente, custo zero para a população; os produtos derivados do petróleo tornariam a vida mais confortável e proporcionariam a redução do esforço do trabalho para todos; novos medicamentos controlariam doenças incuráveis e a produção agrícola em larga escala, com auxílio dos pesticidas, levariam ao aumento da produtividade, resolvendo os problemas da fome e da miséria.

Foi exatamente nesse momento, que Bookchin se deu conta da crescente crise do meio ambiente, que deveria assumir proporções gigantescas em pouco tempo. Em 1952, sob o pseudônimo de Lewis Herber, publicou um artigo do tamanho de um livro, intitulado *The problem of the chemicals in food* – posteriormente reeditado no formato de livro, na Alemanha, com o título de *“Lebensgefährliche Lebensmittel”*. Esse artigo não examinava somente a questão da contaminação ambiental, como também suas origens profundamente sociais. Bookchin destacou:

“Dentro de poucos anos, o surgimento de pequenas doenças já conhecidas e até doenças infecciosas desconhecidas, bem como o aumento de doenças degenerativas e por fim a alta incidência de câncer me faz pensar em uma conexão entre o crescente uso de produtos químicos na alimentação e as doenças humanas. (...) O motivo principal para o uso de produtos químicos e as demandas impostas pelas terras agrícolas são moldadas não pela necessidade do povo ou pelos limites da natureza, mas pelas exigências de lucro e

competição. (...) Poderosos com o lucro em mente produziram distúrbios ecológicos por toda área agrícola americana. Por décadas, madeireiras e ferrovias tiveram permissão para destruir terras florestais valiosas e vida selvagem.” (1952, p. 206-209-211).¹⁰

Para Bookchin, os temas do meio ambiente haviam se transformado em temas sociais e os problemas da ecologia natural tornaram-se problemas de “ecologia social”, uma expressão quase não usada naquele momento. Nesse sentido, buscou contestar a ameaça da crise ecológica emergente, assim como propôs uma alternativa para a sua superação, confluindo as idéias anarquistas com as da ecologia. Isso fica explícito no próprio argumento de Bookchin:

“Na descentralização existe uma possibilidade real de desenvolver as melhores tradições de vida social e de solucionar dificuldades agrícolas e nutricionais, tarefa que vem sido entregue à química por muito tempo. A maioria dos problemas mundiais quanto à comida seriam solucionados hoje por comunidades bem equilibradas e circulares, urbanizadas de forma inteligente, bem equipadas com indústrias e fácil acesso à terra... O problema tornou-se social – um assunto sobre o mau uso da indústria como um todo.” (1952, p. 240).¹¹

No início dos anos 60, as opiniões de Bookchin poderiam se resumir na seguinte formulação: *“la sola noción de la dominación de la naturaleza por el hombre proviene de la mismísima y verdadera dominación del hombre por el hombre.”* (1999, p. 18). Para ele, isso significou uma gigantesca alteração de conceitos. Os muitos artigos e

¹⁰ Tradução Nossa.

¹¹ Tradução Nossa.

livros que foram publicados depois de 1952 trouxeram amplas indagações sobre este tema crucial.

Em 1962, ainda sob o pseudônimo de Lewis Herber, ele aprofundou suas idéias no seu primeiro livro publicado nos Estados Unidos: *Our synthetic environment*. Esse livro – publicado cinco meses antes de *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson – apresentava um panorama compreensivo da degradação ecológica, direcionado não apenas às conexões entre aditivos alimentares e câncer, mas ao impacto da radiação e aos estresses da vida urbana, dando uma minuciosa idéia do que, naquele tempo, se chamava “ecologia humana”.

A atmosfera política mais livre da década de 1960 permitiu que Bookchin expressasse mais claramente sua perspectiva revolucionária. O primeiro manifesto da ecologia radical foi expresso em seu ensaio *Ecology and Revolutionary Thought*, de 1964, no qual manifestou publicamente a sua posição por uma mudança revolucionária como solução à crise ecológica, demonstrando, através da conjunção entre anarquismo e ecologia, a possibilidade de construção de uma sociedade ecológica que seria humana e livre, libertária e descentralizada, mutualista e cooperativa.

Dessa síntese dialética entre anarquismo e ecologia emergiu a ecologia social. Essa, por sua vez, relaciona as raízes da crise ecológica com a própria crise da sociedade. Bookchin destacou que “o desequilíbrio que o homem produziu no mundo natural é causado pelo desequilíbrio que ele causou no mundo social” (1971, p. 62). Essa relação indissociável entre sociedade e ecologia continua sendo o principal pilar da ecologia social.

Nesse sentido, a ecologia social apresenta-se com uma tentativa de definir o lugar da humanidade “na” natureza – posição singular, extraordinária – sem cair numa mensagem primitivista anti-tecnológica, nem numa posição tecnocrática. A humanidade faz parte da natureza, embora difira profundamente da vida não-humana pela sua capacidade de pensar conceitualmente e de comunicar simbolicamente. De acordo com Bookchin:

“A natureza, por sua vez, não é simplesmente cena panorâmica para se olhar passivamente através da janela, é a evolução na sua totalidade, tal como o indivíduo é a sua própria biografia e não simples adição de dados numéricos que exprimem seu peso, altura, “inteligência” e assim por diante” (1996, p.4).

Mas a ecologia social não possui apenas uma dimensão crítica, ela também se apresenta como uma dimensão reconstrutiva frente à crise ecológica, propondo a transformação da sociedade atual em um contexto social racional e ecológico. Em *Ecology and Revolutionary Thought* (1964), *Towards a Liberatory Technology* (1965), *Crisis in our cities* (1965) e em muitos outros trabalhos subsequentes, Bookchin descreveu sua versão para uma verdadeira sociedade socialista libertária. Segundo ele, essa sociedade deveria ser descentralizada e mutualista, livre de hierarquia e dominação, na qual cidade e campo não estariam em lados opostos, mas sim encontrar-se-iam integrados. A vida social seria pautada nas dimensões humanas e a política seria feita por meio de uma democracia direta a nível de comunidade, na qual os cidadãos teriam o poder de regular seus próprios interesses sociais e políticos, formando confederações para se dirigir a problemas de grande escala. A vida econômica seria

cooperativa e comunal e a tecnologia eliminaria o trabalho desnecessário e maçante.

Seguindo essa idéia, Bookchin propunha que a sociedade ecológica poderia fazer uso da energia solar e eólica como fonte de energia, substituindo combustíveis fósseis. Nos anos 60, fontes de energia renováveis foram submetidas a algumas pesquisas e experiências, mas foram abandonadas como alternativas práticas na substituição da energia nuclear e dos combustíveis fósseis. Mesmo que a própria literatura ambiental dessa época não tenha dado crédito a essas novidades, Bookchin não somente mostrou sua relevância na solução de problemas ecológicos, como demonstrou sua importância na criação de uma sociedade integral ecológica. Disse ele em *Ecology and Revolutionary Thought*:

“Para manter uma cidade grande há uma demanda imensa na quantidade de petróleo e carvão. Em contraste, a energia solar, eólica e hidrelétrica pode chegar a nós principalmente em pequenas quantidades; com exceção de grandiosas represas, os novos recursos dificilmente gerariam mais do que poucos milhares de kilowatts/hora de eletricidade (...). Para a utilização eficiente da energia solar, eólica e hidrelétrica, as megalópoles devem ser descentralizadas. Um novo tipo de comunidade, cuidadosamente adaptada às características e recursos de uma região, deve tomar o lugar de cinturões urbanos espalhados desordenadamente que estão emergindo hoje em dia.” (1971, p. 74-75).

E a atuação de Bookchin no âmbito da política ecológica segue de forma cada vez mais contundente. Ainda em 1964, ele fez uma advertência sobre os problemas causados pelo efeito estufa, tema ainda pouco comum naqueles anos:

“Pode-se discutir, com bases teóricas ressonantes, que o crescimento da cobertura de dióxido de carbono interceptando o calor emanado da superfície terrestre, levará ao aumento da temperatura atmosférica, a uma circulação de ar mais violenta, a tempestades mais destrutivas e a, eventualmente, um derretimento das calotas polares (possivelmente em dois ou três séculos), elevando o nível do mar e inundando vastas áreas continentais.” (Idem, p. 60).

As previsões de Bookchin só não tiveram êxito na sua estimativa de tempo, uma vez que, passadas apenas pouco mais de quatro décadas, já sentimos, dia após dia, os resultados diretos desse problema, que se transformou em objeto de preocupação e estudo no meio científico, governamental e social.

Bookchin passou a maior parte dos anos da década de 1960 envolvido nos movimentos de contestação na América do Norte e na Europa, educando a contracultura e a nova esquerda sobre ecologia e seu significado revolucionário. Ao final dos anos 60, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, circularam pelo menos cem mil cópias de sua crítica ao marxismo tradicional: *Listen Marxist?* (1969), influenciando profundamente o movimento da nova esquerda americana. Nesse mesmo período, atuou como professor na *Alternative University* de Nova York.

No início dos anos de 1970, publicou uma coleção intitulada *Post-Scarcity Anarchism* (1971), compreendendo ensaios de meados dos anos 60 como *Ecology and Revolutionary Thought* (1964), ou *Towards a Liberatory Technology* (1965), que adiantavam a importância crucial da temática ecológica e das energias alternativas para os movimentos progressistas de qualquer signo.

Em 1972, a publicação do relatório *The Limits of the Growth*, oriundo do encontro do Clube de Roma, de 1968, assinalou o surgimento da ecologia como um assunto de âmbito popular. Entretanto, nos anos que se seguiram, entrou em evidência uma abordagem menos radical e mais tecnocrática de interesses ecológicos, na qual, ao invés de se propor uma transformação da sociedade como um todo, buscaram-se soluções tecnológicas para problemas ambientais específicos. Essa nova tendência levou Bookchin a contrapor a sua concepção de ecologia com os chamados “ambientalistas”. Ainda em 1971, em seu artigo intitulado *On Spontaneity and Organization*¹², Bookchin explicita essa distinção:

“Refiro-me aqui à ecologia e não ao “ambientalismo”. O que interessa ao “ambientalismo” é a colocação, ao serviço do homem, do seu “habitat”, sendo este concebido como um conjunto passivo de “recursos naturais” de “recursos urbanos” que as pessoas *utilizam*. Tomadas por si, as questões que coloca o “ambientalismo” não apelam para um maior grau de sabedoria que os métodos e as formas de raciocínio usados pelos urbanistas, engenheiros, médicos, juristas... e marxistas. A ecologia, em contrapartida, naquilo que tem de melhor, é uma forma de poesia que combina a arte e a ciência numa síntese completamente única. É importante que o ponto de vista ecológico leva a interpretar todas as relações de interdependência, quer sejam sociais, psicológicas ou naturais, em termos não hierárquicos. Para a ecologia, não se pode compreender a natureza se nos colocarmos no ponto de vista hierárquico. Ela afirma que a diversidade e o desenvolvimento espontâneo constituem fins em si, pelo que devem ser respeitados por si próprios. Em termos de “ecossistemas”, isto significa que cada forma de vida ocupa lugar único no equilíbrio natural e que sua supressão pode comprometer a estabilidade do conjunto”. (1999, p. 83-84).

¹² Texto traduzido para o português com título “Espontaneidade e Organização”. Este artigo integra o livro *Municipalismo Libertário*, publicado no Brasil em 1999, pela Editora Imaginário.

Nesse trecho da obra de Bookchin, fica evidente a sua posição no que se refere à relação entre ser humano e natureza. A crítica que ele faz ao chamado “ambientalismo” dos anos 70, que possuía uma visão “naturalista” das relações ecológicas, se aproxima muito daquilo que os educadores ambientais brasileiros têm denominado de “educação ambiental conservadora”, conforme apontei no primeiro capítulo dessa dissertação.

Seguindo sua trajetória, em 1974, Bookchin participou da fundação do *Institute for Social Ecology*¹³ – localizado no estado de Vermont, nos Estados Unidos – assumindo sua direção por muitos anos e adquirindo reconhecimento internacional por seus cursos sobre ecofilosofia, teoria social e tecnologias alternativas. Iniciou, igualmente, a ministrar aulas no *Ramapo College*, de Nova Jersey, convertendo-se em professor da cátedra de teoria social, cargo do qual se retiraria em 1983, passando, então, a ser considerado professor emérito.

Permito-me aqui, fazer um destaque sobre o *Institute for Social Ecology* (ISE), espaço significativo na constituição da vida e pensamento de Bookchin. Atualmente, o ISE configura-se numa instituição independente de ensino superior dedicada ao estudo de ecologia social, um campo interdisciplinar que utiliza filosofia, teoria política e social, antropologia, história, economia, ciências naturais e feminismo. O Instituto oferece programas intensivos de verão, seminários sobre biotecnologia, abriga outras conferências e oportuniza intercâmbio de estudantes. Além disso, vem trabalhando com pesquisas e publicações nas mais diversas áreas do conhecimento.

¹³ Para maiores informações sobre os *Institute for Social Ecology*, consultar <http://www.social-ecology.org>.

Como uma organização educacional e ativista, está comprometido com a transformação social e ecológica da sociedade e a sua convicção principal centra-se na idéia de que o potencial humano e seu papel criativo na evolução natural e social pode ser desenvolvido enquanto nos for permitindo, nutrir comunidades livres de hierarquia, injustiça social e degradação ecológica.

O ISE foi pioneiro na exploração de meios ecológicos de produção de alimentos, como jardinagem orgânica, permacultura e tecnologias alternativas. As atividades combinam estudos teóricos e experiências que compreendem a construção de comunidades organizadas, ação política, economia ecológica, e o uso sustentável de terra. Nesse sentido, vem se esforçando para ser um agente de transformação social, demonstrando habilidades, idéias e relações que podem criar comunidades ecológicas auto-gestionárias. Durante mais de 30 anos, o ISE inspirou indivíduos envolvidos em mudança social para trabalhar por uma sociedade mais humanitária, ecológica e libertadora, tendo atendido a um expressivo número de estudantes de todas as partes do planeta.

Seguindo, ao mesmo tempo em que ministrava aulas e participava do *Institute for Social Ecology*, Murray Bookchin dava continuidade à produção de suas obras. Produziu os livros *The limits of the City* (1974) e *The Spanish Anarquists* (1977). Nesse último, Bookchin realiza uma grandiosa pesquisa para compreender os antecedentes, o desenvolvimento e o desfecho da Guerra Civil Espanhola, resgatando importantes aspectos do movimento anarquista. Em 1981, lança *Toward and Ecological Society* que, em conjunto com os anteriores permaneceram como um prelúdio a *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy* (1982) – apontado por muitos

como sendo a sua principal obra – que foi reeditado na Espanha e obteve grande reconhecimento por parte da crítica, incluindo a crítica acadêmica, como a revista *American Anthropologist*. Nesse livro, Bookchin escreve sobre a necessidade de se fazer uma ecologia social consistentemente radical, uma ecologia da liberdade. Para isso, destaca ser necessário explicar o surgimento da hierarquia social, da dominação e de elucidar os meios, o sentimento e a prática que poderiam produzir uma sociedade ecológica verdadeiramente harmoniosa. É uma descrição antropológica e histórica, não apenas do surgimento da hierarquia e da dominação, mas do “legado da liberdade”, incluindo os seus componentes culturais, psicológicos e epistemológicos.

Seu livro *The Rise of Urbanization and the Decline of Citizenship* (1987) é uma investigação histórica sobre autogestão e o confederalismo, na qual ele descreve de forma abrangente o municipalismo libertário, que seria baseado na recuperação das assembléias populares e da democracia direta aos níveis municipais, de comunidades e de bairros. Para evitar que esse novo municipalismo conduza a um provincianismo nas cidades, propõe a constituição de um confederalismo cívico, demandando também uma economia municipalizada, por oposição ao sistema capitalista e a economia socializada marxista. Outros trabalhos que se apresentam como sendo importantes para a compreensão do pensamento de Bookchin são *Remaking Society* (1989) e *The philosophy of Social Ecology* (1990), revisado em 1995. No primeiro, Bookchin faz uma revisão sintética de suas idéias, com ênfase nas suas raízes anarquistas. Já o segundo, compreende uma coletânea de cinco ensaios filosóficos sobre naturalismo dialético, a filosofia da natureza, que dá evidências ao seu pensamento político e social. Em *Re-enchanting Humanity* (1995), faz

uma defesa ao Iluminismo, contra uma variedade de tendências anti-humanas e irracionais na cultura popular. Já em *The Third Revolution* – uma obra iniciada em 1996 e que se dividiu em quatro volumes publicados, respectivamente, em 1998, 2004 e 2005 – Bookchin traça a história dos movimentos populares dentre das revoluções ibero-americanas, começando com as revoltas camponesas do século XIV e fechando com a Revolução Espanhola de 1937. Além dos inúmeros livros e artigos que publicou, Bookchin foi consultor editorial de *Anarquist Studies the Society and Nature*. Junto com sua companheira Janet Biehl e outros, publicou mais de 30 números da revista teórica *Green Perspectives*.

Bookchin avançou desde um marxismo tradicional até uma esquerda libertária, na tradição anarquista de Kropotkin. Sua maior contribuição a esta tradição foi integrar os conceitos da descentralização, da organização não hierárquica e do socialismo com a ecologia, desde uma ética e uma filosofia arraigadas na esquerda libertária. Como já explicitiei anteriormente, da integração desses conceitos emergiu a perspectiva da ecologia social.

Ao longo de mais de cinqüenta anos, as idéias da ecologia social vêm crescendo de modo constante e com uma riqueza em seu conteúdo, abrangendo contribuições da antropologia e história, política e crítica social, filosofia e ciências naturais. Ao considerar essa diversidade de abordagens, os trabalhos de Bookchin evocam a tradição dos pensadores do século XIX, que tinham a habilidade de escrever com sabedoria sobre uma multiplicidade de assuntos.

Entretanto, mesmo que os conceitos-chaves da ecologia social se apresentem de forma bastante atual, eles participam de um

movimento contínuo de reformulação, expressos através dos debates empreendidos por Bookchin, nos locais onde freqüentou durante sua vida. Com o passar do tempo, as suas idéias foram mudando e se aperfeiçoando, porém, elas mudaram não para efetivar um compromisso com a ordem social existente, mas para sustentar uma posição revolucionária no seio dos movimentos sociais e da sociedade como um todo. Essa sua percepção teceu, inclusive, profundas críticas aos movimentos socialistas, tanto anarquistas quanto marxistas, considerando que as suas posições mais ortodoxas e inflexíveis assemelhavam-se ao destruidor sistema capitalista. Segundo Janet Biehl¹⁴ (1998):

“Aproximando-se de antropologia e história, Bookchin explorou as tradições libertárias e democráticas que poderiam contribuir na criação de uma sociedade ecológica e racional. Um “legado da liberdade”, como ele acredita, tem passado como uma corrente subterrânea dentro da civilização ocidental e de outras partes do mundo, com certas virtudes sociais e práticas que são relevantes ao ideal socialista. Nessa forma recém concebida, tal legado aparece na “sociedade orgânica” da Europa pré-histórica, com uma constelação de relações sociais relativamente igualitárias. Essas sociedades foram destruídas pelo surgimento da hierarquia e dominação e, ultimamente, pela emergência de estados e do sistema capitalista. Deve-se observar que hierarquia e dominação são conceitos-chave no trabalho político de Bookchin, embora, na sua visão, a crise ecológica tenha se originado próxima de uma economia capitalista, com suas raízes fundamentais nas hierarquias sociais. A ideologia de dominação do mundo natural, como por muito tempo sustentado, é uma projeção antropomórfica de dominação social humana sobre o mundo natural. Ela pode ter sido originada historicamente a partir da dominação homem a homem, e não de outra forma. Durante o final das décadas de 60 e 70, as explorações antropológicas, históricas e políticas do “legado da liberdade” e do “legado da dominação”, assim denominado, foram ganhando força através de movimentos sociais radicais – não apenas no movimento da Ecologia, mas também nos

¹⁴ Tradução nossa extraída do original em inglês: BIEL, Janeth. **The Murray Bookchin reader**. Montreal: Black Rose Books, 1998.

movimentos Feminista, Comunitário e Anarquista. O conceito de hierarquia, em particular, assimilado pela contracultura como sabedoria convencional, tem se tornado essencial ao pensamento radical devido à grande insistência de Bookchin na sua natureza e importância em muitas de suas palestras desde o final da década de 60". (1998, p.22).

Entretanto, Bookchin afirmava que suas idéias deveriam aperfeiçoar-se como resultado de experiências práticas postas em movimento. De acordo com Janeth Biel (1998), ele não se limitou a construir teorias em gabinete. Ao revés, por toda a sua vida manteve consistentemente uma prática política ativa, expressas nas suas atividades de protesto na década da Depressão norte-americana; nas suas atividades libertárias dos anos 50 e 60; na sua mobilização em oposição à implantação de uma usina de energia nuclear proposta ao bairro Queens em 1964; nas suas atividades pelos direitos civis; na sua participação em intermináveis passeatas e atos nos anos 60 contra a Guerra do Vietnã e em prol da ecologia e do anarquismo; no seu envolvimento, na década de 70, com o movimento antinuclear; nos seus esforços na preservação e expansão democrática no estado que o adotou – Vermont; e, por fim, sua influência, na década de 80, no desenvolvimento de movimentos Verdes nos Estados Unidos e no exterior, na tentativa de mantê-los em um curso radical.

Foi somente na sua oitava década de vida que o seu corpo deu sinal de cansaço, especialmente por causa de uma artrite que quase o deixou inválido, obrigando-o a se retirar das atividades políticas organizadas.

Ao longo de seus últimos anos de vida, mesmo enfermo, Bookchin continuou escrevendo com a coerência e a criticidade que lhes foram desde sempre características, até seu organismo não resistir mais.

Em julho de 2006, vítima de um problema cardíaco, Murray Bookchin faleceu. Nas palavras emocionadas de Janeth Biel¹⁵ – sua companheira por mais de vinte anos:

“No fim de sua vida, ele podia olhar para trás e dizer: “Eu não tenho arrependimentos”. Para mim, foi um privilégio viver e colaborar com ele por vinte anos e então cuidar dele naqueles últimos e inesquecíveis meses que passou em tratamento em casa. Segundo seu médico, seu coração enfrentou uma grande dificuldade e, finalmente, a voz que tinha uma vez falado apaixonadamente por horas estava, ao mesmo tempo, reduzida a poucas sílabas sussurradas. Por fim, ele morreu como tinha vivido. Nas suas próprias palavras, um socialista. Ele morreu com graça, dignidade e coragem”. (S/D).

Bem, a esta altura, entendo já ter apresentado alguns subsídios que possibilitam compreender o contexto da vida e do pensamento de Murray Bookchin. Quando tentei mostrar o desenvolvimento de suas idéias ao longo do tempo, enfatizei aqueles trabalhos que mais se destacam no conjunto de sua extensa obra.

Nesse sentido, exercitando o trabalho de síntese, o pensamento de Bookchin defende a necessidade de avançar, através de uma transformação radical do pensamento e atitudes individuais e coletivas, a uma visão de mundo mais coerente, que evidencie as relações existentes entre os problemas ecológicos e os problemas sociais. Todos os problemas ecológicos e ambientais são problemas sociais, que fazem parte de um sistema de relações sociais baseadas na dominação e na hierarquia.

¹⁵ Citação traduzida do texto original *A Remembrance of Murray Bookchin*, escrito por Janeth Biel em 2007 que, gentilmente, o enviou para ser anexado a esta dissertação. Vide texto na íntegra, em anexo.

De acordo com Bookchin, precisamos criar uma cultura política, uma literatura política com uma visão libertária e não nos limitarmos a um projeto que o Estado executa. Um espaço onde as pessoas possam participar, libertando-se com autonomia desse tipo de economia, de sociedade e de sensibilidade que vivemos. Aponta ainda, para a emergência do debate sobre as necessidades em escala humana no contexto dos movimentos comunitários, apoiando às comunidades, os bairros e as pequenas associações, para que se efetive a criação de uma sociedade eco-libertária.

No contexto da análise da trajetória de vida e da construção do pensamento de Murray Bookchin, é possível identificar um conjunto de categorias que nos ajudam a compreender, de maneira mais profunda, as contribuições de sua obra para a inserção de novos elementos na extensa rede de diálogos que se apresentam no campo da Educação Ambiental. E é a discussão desses elementos, que particularizarei no capítulo que se segue.

4

No contexto da crise ecológica contemporânea, As contribuições do pensamento de Murray Bookchin

“Murray Bookchin ocupa desde hace ya bastante años un lugar relevante en la reformulación de una tesis de cambio en sentido libertario. Quizá su especificidad radique en sus aportes a partir de la ecología social, de lo que él ha llamado “ecología de la libertad”. La preocupación de Bookchin, alrededor de estos temas, lejos de ser solamente “filosófica” intenta partir de las realidades ya existentes, influyéndolas”.

Comunidad 63, 1988.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a obra de Murray Bookchin compreende uma gama de conceitos que estão intimamente vinculados ao contexto das questões ecológicas e sociais. A constituição desses conceitos expressa o movimento empreendido por Bookchin durante toda a sua vida. Suas raízes sociais estão amparadas, especialmente, pelos aportes do pensamento anarquista, confluídos com a emergência das questões ecológicas. Bookchin denominou essa confluência de Ecologia Social.

Nesse sentido, tomando por base o conjunto da obra de Bookchin, buscarei apresentar, neste capítulo, algumas de suas principais contribuições. É por certo que não darei conta e nem teria a pretensão de abordar todos os aspectos da teoria apresentada por Bookchin, uma vez que ela possui uma diversidade de temas e conceitos que seria impossível contemplar numa pesquisa de mestrado, ou quiçá em outra de qualquer natureza.

Entretanto, considerando a análise do material estudado, alguns conceitos fundamentais emergem do pensamento de Bookchin. Dentre esses conceitos, particularizei a abordagem daqueles que, nesse momento, entendo contribuir, de modo mais contextualizado e coerente, tanto para a compreensão de sua obra, considerando o próprio movimento da construção do pensamento de Bookchin, quanto para a ampliação do diálogo no conjunto da multiplicidade de abordagens que se apresentam no campo da educação ambiental.

Mesmo considerando a diversidade de abordagens que é característica da teoria de Bookchin, o seu pensamento não resulta de um conjunto de conceitos que se encontram dispersos. Ao contrário, o pensamento de Bookchin é um pensamento imerso em seu tempo sócio-histórico, ou seja, é construído a partir dos espaços-tempos em que ele viveu.

E esses espaços-tempos refletem um momento muito importante no contexto histórico da humanidade. Eles abarcam a efervescência do advento do século XX, desde a revolução bolchevique na Rússia; passando por duas Guerras Mundiais; pelos movimentos nacionalistas e ditatoriais, especialmente na Europa e América Latina; pela bipolarização do cenário mundial no contexto da Guerra Fria; pelo desenvolvimento científico e tecnológico de alcance planetário, que passam a ser utilizados para a destruição da humanidade e do próprio planeta; pela consolidação dos sistemas hierárquicos, de dominação e de exploração no campo social e na relação com o meio natural, dentre tantos outros elementos que poderiam ser destacados.

O contexto desses movimentos históricos acaba por consolidar a crise ecológica contemporânea. Félix Guattari (2003) destaca que os desequilíbrios ecológicos contemporâneos ameaçam a

vida do planeta e que “os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração” (2003, p. 7). Destaca ainda, que as formações políticas parecem incapazes de compreender as implicações dessa problemática, contentando-se, geralmente, com uma abordagem no “campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática” (Idem, p. 8). E Guattari avança:

“O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em função do contínuo desenvolvimento do trabalho maquínico redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou da cultura, da criação, da pesquisa, da re-invenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade? No Terceiro Mundo, como no mundo desenvolvido, são blocos inteiros da subjetividade coletiva que se afundam ou se encarquilham em arcaísmos, como é o caso, por exemplo, da assustadora exacerbação dos fenômenos de integrismo religioso”. (2003, p. 8-9).

Guattari denuncia, ainda, que o trabalho social está regulado por uma economia de lucro e por relações de poder que levam a dramáticos impasses:

“O que fica manifesto no absurdo das tutelas econômicas que pesam sobre o Terceiro Mundo e conduzem algumas de suas regiões a uma pauperização absoluta e irreversível; fica igualmente evidente em países como a França, onde a proliferação de centrais nucleares faz pesar o risco das possíveis conseqüências de acidentes do tipo Chernobyl sobre uma grande parte da Europa. Sem falar do

caráter quase delirante da estocagem de milhares de ogivas nucleares que, à menor falha técnica ou humana, poderiam mecanicamente conduzir a um extermínio coletivo". (2003, p. 9-10).

O chamado "Capitalismo Mundial Integrado" vem instaurando, segundo Guattari, imensas zonas de miséria, fome e morte no seio dos países pobres, assim como instaura o desespero em "regiões crônicas de desemprego e da marginalização de uma parcela cada vez maior de populações jovens, de pessoas idosas, de trabalhadores assalariados" (Idem, p. 12) dentro dos países ricos.

E essa problemática no campo social é acompanhada pela degradação do meio ambiente, expressa através da super-exploração dos recursos naturais, tanto para o desenvolvimento da produção agrícola em larga escala, quanto para a manutenção do desenvolvimento tecnológico a qualquer custo, que convergem para a estimulação do Capitalismo Mundial Integrado. Isso não significa ser contrário ao desenvolvimento de novas tecnologias ou mesmo da produção agrícola, mas sim é preciso compreender que esse "desenvolvimento" desenfreado atende a demanda de um pequeno grupo de pessoas deste planeta, ao passo que a imensa maioria fica à margem do usufruto dos mesmos. Ou seja, mesmo com a expansão da produção agrícola, estimulada por um conjunto de tecnologias que vão desde produtos químicos até a utilização de máquinas, os problemas da fome estão longe de serem solucionados.

Nesse mesmo sentido, quase quarenta anos antes de Guattari publicar pela primeira vez sua célebre obra *As três ecologias* (1989), Murray Bookchin já denunciava o avanço da problemática ecológica. Em seu artigo intitulado *The problem of the chemicals in food*, publicado

em 1952, Bookchin denuncia os problemas da utilização de produtos químicos na produção agrícola, tanto para a degradação dos ecossistemas quanto para o surgimento de doenças degenerativas nos seres humanos. E sua crítica não se restringia a isso, mas sim considerava o próprio desenvolvimento desenfreado pautado no lucro e na competição e que estava assumindo proporções gigantescas no contexto da sociedade e do planeta. Já em 1964, Bookchin chamava atenção para os problemas causados pelo efeito estufa que poderiam alterar a dinâmica do planeta.

Em seu artigo intitulado *Un crecimiento que nos mata*, publicado em 1990 pela Revista Comunidad 72/73, do Uruguai, Bookchin alerta atentamente para os problemas causados pela indústria petrolífera dos Estados Unidos ao final dos anos de 1980. Destacou ele, nesse artigo:

“Desde que el oleoducto en el puerto de Valdéz comenzara a usarse, hace una docena de años atrás, ha habido a lo menos unos 400 derrames de petróleo en la bahía de Alaska. En 1987, el buque estanque Stiyvesant, derramó casi un millón de galones en el golfo después de dejar Valdéz, atribuido a presuntas fallas mecánicas causadas por el mal tiempo. Greenpace registró siete derramamientos en las aguas de Alaska en 1989, aún antes de ese encallamiento de la Exxon en Valdéz. Los derramamientos de petróleo han contaminado grandes áreas de la superficie oceánica mundial y de la costa. Estos derramamientos van desde unos miles de galones a millones o más, a los que se suma también el petróleo que se expulsa de los buques-tanques, en forma rutinaria, para hacer espacio a otros cargamentos. Los efectos desastrosos de los derrames de petróleo que han ocurrido años atrás todavía son apreciables, y nuevos accidentes aumentan el daño”. (1990, p. 6-7).

Ao denunciar estes problemas ecológicos, Bookchin chama atenção, também, para a passividade das pessoas diante desses desastres e a sua incapacidade de analisá-los desde suas causas até as suas conseqüências. Afirma que, para muitos, é difícil ver esses elementos como algo que provêm de uma mesma origem, uma vez que as pessoas têm sido condicionadas a *“ver la vida como expectadores de televisión, o hacer comentarios compuestos de segmentos anecdóticos, discretos y autocontenidos”* (Idem, p. 7). Seguindo em sua crítica, Bookchin continua:

“Vivimos en realidad con una dieta de tomas cortas, faltas de lógica o de efectos a largo plazo. Nuestros problemas, aquellos que reconocemos como problemas, son más bien episódicos que sistemáticos. La escena se disuelve, la cámara continúa. Pero la crisis no va a desaparecer con un cambio de canal. Era predecible, y fue predicha décadas atrás. Hay una historia olvidada de horrosas señales, advertencias urgentes y esfuerzos sin éxito de una generación anterior de ambientalistas que pedían preocuparse de los factores sociales que están en la base de los problemas ambientales. En muchos casos predijeron con asombrosa precisión los resultados de una insana política ecológica llevada a cabo por las organizaciones corporativas del oeste ya las organizaciones burocráticas del este”. (1990, p. 7).

Nesse trecho de seu artigo, Bookchin manifesta que os problemas ambientais já haviam sido previstos por um conjunto de ambientalistas, mas foram deixados de lado no contexto do “expansionismo” capitalista mundial. Sobre essas previsões, destacou:

“Em charlas que diera décadas atrás por la red de la Radio Pacific, enfatiqué la clara certeza de que los derrames de petróleo desastrosos serian una consecuencia del aumento de la capacidad de los buques-tanques. El derrame de la Exxon

en Valdéz no fue, pues, un accidente no previsto, sino una certeza, que quizá se verá empequeñecido por otros accidentes que se producirán. Fue tan predecible como Three Mile Island y Chernobyl". No menos predecible ha sido el calentamiento de la tierra. Las predicciones que decían que el dióxido de carbono producido por el uso de combustibles fósiles podría subir la temperatura del planeta, remontan al siglo XIX, y han sido repetidas de vez en cuando desde entonces, más bien como una curiosidad atmosférica que como una seria advertencia ecológica. Yo escribí por el año 1964, que el aumento de la capa de dióxido de carbono debida a la quema de combustibles fósiles, nos llevaría a tormentas más destructivas, eventualmente al deshielo de los casquetes polares, aumento del nivel del mar e inundación de grandes áreas". (1990, p. 7-8).¹⁶

Com esses argumentos, Bookchin chama atenção aos ambientalistas, que deveriam enfatizar que a crise ecológica é global e sistemática e não apenas produto de desastres. Quando as atenções voltam-se apenas para a questão dos "acidentes ecológicos", acaba-se por esquecer as suas raízes profundamente sociais, que alcançaram proporções históricas. Nesse sentido, o mundo em que vivemos possui problemas de estrutura inerentemente antiecológicas e que não serão resolvidos com atos de governo ou com aprovações de leis, mas sim com uma profunda mudança estrutural de longo alcance.

Nesse movimento de mudança, é necessário analisar dois importantes problemas: o crescimento econômico incontrolável e a super-população. Quando fala em crescimento incontrolável, Bookchin

¹⁶ O derramamento de petróleo citado por Bookchin refere-se ao acidente envolvendo o petroleiro da empresa norte-americana Exxon, ocorrido em 23 de março de 1989, na costa do Alaska nos Estados Unidos. Estima-se que 11 milhões de galões de petróleo foram lançados ao mar, alcançando aproximadamente 460 milhas da costa norte-americana. Milhares de animais morreram, incluindo aproximadamente 250.000 mil aves marinhas e 2.800 leões marinhos. A limpeza custou cerca de 2,1 bilhões de dólares e algumas áreas ao longo da costa mais próximas ao derrame ainda encontram-se contaminadas com o petróleo que ficou abaixo da superfície. Já os acidentes de *Three Mile Island* (1979), nos Estados Unidos e *Chernobyl* (1986), na Ucrânia – que na época pertencia à antiga União Soviética – configuraram-se nos maiores desastres ocorridos na história da indústria nuclear. Das milhares de pessoas que foram expostas aos efeitos radioativos, muitas morreram e outras tantas foram contaminadas, padecendo de doenças cancerígenas.

se refere ao crescimento material, que considera o econômico como uma evidência do progresso humano. Na sua opinião:

“El crecimiento es casi sinónimo de la economía de mercado que prevalece hoy día. Este hecho tiene su expresión más clara en la máxima, “crece o muere”. Vivimos en un mundo competitivo en el que la rivalidad es una ley de la vida económica, la ganancia un deseo tanto personal como social, el límite y la contención algo arcaico, y la comodidad un sustituto del medio tradicional para establecer relaciones económicas, como lo era el don.” (1990, p. 9).

Entretanto, os problemas gerados pelo crescimento não são suficientes para explicar todas as causas das questões ambientais. Os problemas do crescimento são meramente manifestações superficiais no conjunto de sistemas estruturais profundamente entrelaçados, nos quais se encontram nossa sociedade. *“Estas estructuras están por cima de todo control moral, así como el flujo de adrenalina está fuera del control de una criatura asustada. Este sistema tiene, en efecto, la cualidad impositiva de una ley natural”* (1990, p. 9).

Ao mesmo tempo em que o sistema de mercado converte a sociedade em um grande centro de compras, dita igualmente os parâmetros morais da vida humana e faz do crescimento econômico um sinônimo de crescimento pessoal e social, baseados na relação do mundo empresarial do “crescer ou morrer”. Nesse sentido, Bookchin conclui:

“El llamado a poner un límite al crecimiento es simplemente un primer paso para plantearle a la opinión pública la magnitud de nuestros problemas ambientales. A no ser que busquemos la fuente básica de crecimiento – la competencia

en una sociedad crezca-o-muera – los pedidos para controlar el crecimiento son inalcanzables y no podríamos detener el egoísmo dejando la rivalidad intacta. En el mundo oculto de la causa-efecto, los movimientos ambientalista y el público están en la encrucijada. ¿Es el crecimiento un producto del consumo? Esta explicación socialmente aceptable y socialmente neutral, es la que se da en las discusiones sobre el deterioro del medio ambiente. ¿O el crecimiento se debe al tipo de producción para una economía de mercado? En alguna medida podemos decir que ambas explicaciones son válidas. Pero la verdadera realidad en una economía de mercado, es que la demanda de nuevos productos por parte del consumidor rara vez ocurre en forma espontánea y tampoco el consumo de esos productos está guiado por consideraciones puramente personales. Hoy día, la demanda no es creada por el consumidor, sino por el productor – específicamente por agencias llamadas de publicidad que usan una gran cantidad de técnicas para manipular el gusto del público.” (1990, p. 10).

Uma outra explicação que geralmente se aplica a crise ambiental é o aumento da população. Bookchin afirma que esse argumento seria válido se fosse possível comprovar que os países com maiores índices de aumento da população são também os maiores consumidores de energia, matéria-prima ou alimentos.

Em seu artigo intitulado *Um Manifesto Ecológico: o poder de destruir – o poder de criar*¹⁷, Bookchin destaca que, especialmente nos Estados Unidos, a questão do crescimento populacional tem sido utilizada por movimentos ecológicos para explicar a crise ambiental. Bookchin entende essa formulação como sendo irrelevante, uma vez que os Estados Unidos, que possuem pouco mais de 7% da população mundial, consome mais de 50% dos recursos naturais mundiais. É preciso examinar o problema populacional de modo mais amplo, especialmente no processo de exploração arbitrária imposto pela América no Norte e pela Europa aos povos da Ásia, África, América

¹⁷ Texto sem data, disponível em <http://www.cedap.assis.unesp.br/cantolibertario/textos/0090.html>.

Latina e Pacífico Sul. O que esses últimos menos necessitam, são de dispositivos anticoncepcionais, ou de idéias neo-malthusianas de controle de população. Precisam sim, de uma devolução justa dos imensos recursos que foram roubados das suas terras pelos países ricos. Equilibrar suas contas é mais premente no momento do que equilibrar taxas de nascimentos ou mortes.

Hoje, o crescimento populacional é encarado como um dos grandes problemas da crise ecológica. Entretanto, quando eclode o processo da Revolução Industrial, especialmente no século XIX, o aumento da população – para servir de reserva de mão-de-obra para as fábricas – foi incentivado pela crescente burguesia industrial. Nos dias atuais, a concepção dos grupos dominantes do capital é outra. Na opinião de Bookchin:

“Anteriormente necessárias, as reservas de mão-de-obra inútil acabaram por tornar-se numa ameaça à estabilidade de uma economia burguesa manipulada. A lógica desta nova “perspectiva” encontrou a sua mais aterradora expressão no fascismo alemão. Para os nazis, a Europa estava já “superpovoada” nos anos trinta e o “problema populacional” foi “resolvido” nas câmaras de gás de Auschwitz. A mesma lógica está implícita em muitos argumentos neo-Malthusianos que se mascaram como ecologia. Que não haja dúvidas sobre quanto a esta conclusão.” (Idem, p. 3).

Entretanto, Bookchin entende que, inevitavelmente, precisamos encarar os problemas que emergem do crescimento populacional. Afirma que os dados existentes estão longe de serem concluídos e estão fortemente distorcidos por variáveis econômicas, raciais e sociais. Nesse sentido, duas alternativas se apresentam:

“(…) ou o controle populacional terá de ser feito por meio de “controles sociais” (métodos autoritários ou racistas e, no fim, ser um genocídio sistemático), ou por uma sociedade libertária, ecologicamente orientada (uma sociedade que desenvolva um novo equilíbrio com a natureza). A sociedade moderna encontra-se perante estas alternativas mutuamente restritas e deve fazer uma escolha sem dissimulação. A ação ecológica é fundamentalmente ação social. Ou vamos diretamente às origens sociais da atual crise ecológica, ou seremos logrados por uma era de totalitarismo”. (Idem, p. 3).

No contexto da atual crise ecológica, todos estes temas precisam ser considerados desde suas origens profundamente sociais. Os grandes desastres ambientais, o crescimento econômico e populacional – conforme explicitado por Bookchin – configuram-se em problemas gerados pelo Capitalismo Mundial Integrado, tal qual exposto por Félix Guattari. Esses temas podem ser utilizados para nos fazer cair em idéias banais acerca de nossos modelos de consumo, ou guiar o nosso pensamento para os temas básicos que mostram claramente a origem social da crise ecológica.

É considerando essas e várias outras questões latentes no seio da sociedade atual, que Murray Bookchin formula suas idéias. Ele conclui: *“Los desajustes ecológicos no pueden separarse de los desajustes sociales. Las raíces sociales de nuestros problemas ambientales no pueden esconderse, porque así trivializaríamos la crisis misma e impediríamos su resolución”*. (1990, p.13). Nesse sentido, Bookchin afirma que o ambientalismo convencional tem sido substituído de forma crescente por uma **ecologia social** que investiga os fatores econômicos e institucionais envolvidos na crise ambiental.

4.1 O CONCEITO DE ECOLOGIA SOCIAL

“¿Hay acaso alguna disciplina científica que se adapte a la indisciplina del gusto, de la imaginación, de la creatividad? ¿Podría ésta englobar los problemas creados por la crisis social y ambiental de nuestra época? ¿Podría integrar la crítica con la reconstrucción, la teoría con la práctica, la perspicacia con la técnica?”. (1999, p. 98).

Os questionamentos expostos na epígrafe acima estão contidos em *The Ecology of Freedom: The Emergence and Dissolution of Hierarchy* (1982), re-publicado na Espanha, em 1999, com o título de *La Ecología de la Libertad: la emergencia y la disolución de las jerarquías*. Este livro constitui-se numa das principais obras de Murray Bookchin – ou aquela em que ele próprio declarou ser considerada chave para a compreensão de seu pensamento.

Guiado por este conjunto de questões, Bookchin procura atribuir sentido e fundamento ao que ele chamou de Ecologia Social. E esses questionamentos refletem diretamente a sua percepção junto ao contexto da crise ecológica, que ele acompanha atentamente. A ecologia social é então concebida como sendo um espaço no qual se apresentam os problemas ecológicos profundamente mergulhados no seio dos problemas sociais. Ela possibilita a ampliação das compreensões dos contextos sociais e ecológicos que vivemos na atualidade. Na introdução de *La ecología de la libertad*, Bookchin destacou:

“Mi propósito al desarrollar la ecología social durante las pasadas décadas ha sido francamente en un propósito

ambicioso: presentar una filosofía, una concepción del desarrollo natural y social, un análisis profundo de nuestros problemas sociales y medioambientales y una alternativa utópica radical – hasta el día de hoy nunca he evitado el uso de la palabra *utópico* – a la crisis social y medioambiental actual”. (1999, p. 40).

Nesse sentido, a ecologia social apresenta-se como um mecanismo que busca respostas e alternativas para os crescentes problemas ambientais que assolam a vida do planeta e da humanidade. Para isso, ela engloba a compreensão desses fenômenos num sentido de totalidade, porém, sem perder de vista as suas especificidades. Bookchin complementa:

“En vista de los enormes conflictos que enfrentamos, nuestra era necesita un saber más abarcativo y penetrante, tanto científico como social, para tratar nuestros problemas. Sin renunciar a los beneficios de las primeras teorías científicas y sociales, debemos desarrollar un análisis crítico más profundo de nuestra relación con el mundo natural. Tenemos que hallar las bases de un acercamiento más reconstructivo a los graves problemas creados por las ciencias tradicionales, de subdividir los fenómenos y examinar sus fragmentos. Tenemos que combinarlos, relacionarlos, y verlos tanto en su totalidad como en su especificidad. En respuesta a esta urgencia, hemos creado una disciplina única: la ecología social”. (1999, p. 98).

O termo Ecologia Social tem suas origens na palavra “ecologia”, cunhado por Ernest Haeckel, em 1866, para referir-se a investigação das inter-relações entre os animais, os vegetais e seus entornos orgânicos ou inorgânicos. Concebida de maneira ampla, a ecologia lida com o equilíbrio dinâmico da natureza. Visto que a natureza também inclui os seres humanos, esta ciência deve incluir o papel da humanidade no mundo natural. Mais especificamente, deve

incluir o caráter, a forma e a estrutura da relação que a humanidade mantém com outras espécies e com seu entorno biótico. Considerando essas noções, Bookchin avança:

“Desde un punto de vista crítico, la ecología está interesada por la esencia del vasto desequilibrio que ha surgido de la separación entre la humanidad y el mundo natural. Una de las especies únicas de la naturaleza, el homo sapiens, ha dejado lenta y penosamente el mundo natural para introducirse en un exclusivo mundo social propio. Y como ambos mundos interactúan a través de complejas fases de evolución, se ha vuelto tan importante hablar de una ecología social como hablar de una ecología natural”. (1999, p. 100).

Nesse sentido, a ecologia social pretende explorar as diferenças que constituem os seres e as coisas que são aspectos da ecologia natural. Dentre esses seres, encontram-se os seres humanos. Examinar as fases e as relações que compõem a criação e o longo desenvolvimento da humanidade, desde seu caráter mais animalesco até o seu contexto social, faz da ecologia social um importante instrumento de crítica à ordem social vigente.

Entretanto, a ecologia social se apresenta como algo mais do que uma crítica à separação entre a humanidade e a natureza. Ela vai além, compreendendo a necessidade de buscar a sua reconciliação e, ainda, transcender a essa perspectiva. A ecologia social deve compreender a totalidade dos fenômenos, buscando discernir as formas e as estruturas das inter-relações nos espaços sociais e naturais. Para tanto, utiliza-se do holismo, entendido como o produto de um esforço consciente para compreender como estão dispostos os elementos particulares de uma comunidade, fazendo do todo mais do que a soma das partes.

A totalidade é entendida por Bookchin como sendo não uma mera universalidade, que reduz um fenômeno ao que ele tem em comum com os demais. Ao contrário, a totalidade compreende as variadas estruturas, articulações e mediações que dão ao todo uma rica variedade de formas, conferindo a ele propriedades qualitativas únicas. No entendimento de Bookchin:

“Lo que hace de la unidad en la diversidad de la naturaleza algo más que una sugestiva metáfora ecológica para la unidad en la diversidad de la sociedad es el cimero concepto de totalidad. Por “totalidad” entiendo los variables niveles de realización, un despliegue de las particularidades que están latentes en una potencialidad aparentemente no desarrollada todavía. Esta potencialidad puede ser una semilla recién plantada, un niño recién nacido, una comunidad recién surgida, o una sociedad recién iniciada”. (1999, p. 111).

Considerando a compreensão de Bookchin, a totalidade ecológica não se apresenta como uma homogeneidade imutável, mas sim como uma dinâmica unidade da diversidade. Na natureza, argumenta Bookchin:

“(...) el equilibrio y la armonía se obtienen gracias a la diferenciación en constante transformación y a la diversidad en constante expansión. La estabilidad ecológica, en efecto, no es una función de simplicidad y homogeneidad, sino de complejidad y variedad. La capacidad que tiene un ecosistema para preservar su integridad no depende de la uniformidad del medio ambiente, sino de la diversidad”. (1999, p. 102).

Essa concepção de totalidade remete a ecologia social a compreender com mais afinco o seu principal desafio: transcender as

noções convencionais de **hierarquia**. É essa compreensão que distingue o caráter libertador da perspectiva ecológica. Bookchin assinala que os ecossistemas não podem ser descritos corretamente em termos hierárquicos e que a insistência nessa formulação reflete diretamente o caráter antropomórfico de categorização das espécies. Na sua opinião:

“Al hacer semejantes juicios antropomórficos acerca de los fenómenos naturales, estamos negando la integridad de la naturaleza. Pero más siniestro todavía es el difundido uso de conceptos jerárquicos con el fin de darle una “inteligibilidad” o un “orden” a esos fenómenos. Lo que se logra con esta maniobra es reforzar las jerarquías sociales humanas, al justificar el dominio de hombres e mujeres como si fuera una característica innata del “orden natural”. La dominación humana se ve así transcrita al código genético como algo biológicamente inmutable, y junto con ella, la subordinación del joven al anciano, de la mujer al varón, y del hombre a otro hombre”. (1999, p. 106).

○ que Bookchin critica nessa passagem é a idéia que, frequentemente, se apresenta no campo da análise ecológica, ou seja, de que as interações entre as espécies de seres vivos se dão em termos hierárquicos, tal qual se observa no contexto social. Utilizando-se do exemplo de uma colméia, Bookchin argumenta que uma abelha rainha não sabe que é uma rainha e que a atividade primordial de uma colméia é a sua reprodução. Ele continua:

“La finalidad de la colmena es crear más abejas. La miel que los animales y la gente extraen de ella es un don de la naturaleza; en el ecosistema, las abejas están más adaptadas para satisfacer las necesidades reproductivas de las plantas diseminando el polen que para satisfacer necesidades animales. La analogía entre una colmena y una sociedad, que muchos teóricos sociales han encontrado irresistible, es suficiente prueba de lo mucho que nuestra concepción de la

natureza está regida por interesses egoístas. Tratar a las asíllamadas jerarquías de insectos como tratamos a las asíllamadas jerarquías animales, o peor aun, ignorar redondamente las muy diversas funciones que desempeñan las comunidades animales, es razonar analógicamente al extremo absurdo". (1999, p. 107).

Ao transferir explicações do contexto social humano para outras comunidades animais ou vegetais, tal qual destaca Bookchin, buscamos reforçar o sistema opressor que se apresenta no contexto de nossa sociedade, bem como reforçar, igualmente, a noção de submissão da natureza diante do poder humano.

Para a ecologia social, essa noção de que o ser humano deve dominar a natureza vem diretamente da dominação do homem pelo homem. E essa tendência humana encontra seu mais exacerbado desenvolvimento no capitalismo moderno. Assim como os homens, todos os aspectos da natureza são convertidos em bens, um recurso para ser manufaturado e negociado desenfreadamente. Isso significa uma simplificação total de nosso ambiente.

Nesse sentido, a ecologia social não concede espaço algum para a explicação hierárquica tanto da natureza, quanto da sociedade, desafiando o seu princípio de estabilidade e ordem em ambos os domínios. A análise desses espaços precisa ser considerada à luz do conceito de totalidade expresso por Bookchin. Nesse sentido, podemos compreender que natureza e sociedade não se encontram dissociadas. Ao contrário, a natureza é uma pré-condição para o desenvolvimento da sociedade, assim como a sociedade é parte fundamental do mundo natural. Bookchin destaca:

“La historia humana no puede de ningún modo separarse o desentenderse de la naturaleza. Ella siempre estará hermanada con la natura, ya sea que llamemos un “lodo” o una “madre” fecunda. Quizás la prueba más exigente para el ingenio humano sea la clase de naturaleza que éste habrá de fomentar: o una ricamente orgánica y compleja, o una inorgánica y desastrosamente simplificada”. (1999, p. 115).

A ecologia social compreende a primeira opção proposta por Bookchin, ou seja, o fomento da organicidade e complexidade das relações entre sociedade e natureza. Nesse sentido, não há lugar para uma explicação que seja baseada por princípios hierárquicos. E Bookchin avança, com uma provocação bastante importante:

“Hay una vasta y frecuente pregunta por contestar: ¿hasta qué punto la naturaleza tiene una realidad propia que podamos legítimamente invocar? Asumiendo que la naturaleza realmente existe, ¿qué tanto sabemos sobre el mundo natural que no sea exclusivamente social, o, para ser más restrictivos, que no sea el producto de nuestra propia subjetividad? Que la naturaleza sea todo lo que no es humano, o, más ampliamente, lo que no es social, es una presunción que va más allá de lo racional: yace en el corazón de toda una teoría del conocimiento, una epistemología que se bifurca en objetividad e subjetividad”. (1999, p. 119).

Esse questionamento de Bookchin nos remete a pensar efetivamente na condição que assumimos enquanto seres humanos produtores de cultura e de um sistema social no contexto de uma imensa diversidade de seres vivos que nos acompanham neste planeta. A compreensão da natureza supõe um exercício epistemológico bastante profundo, longe de explicações dualistas que separam pensamento e natureza ou que separam nosso estado mental do desenvolvimento de nosso corpo. Embora a mente humana não consiga se apropriar da

essência das constantes mudanças do mundo natural, é preciso desenvolver um conhecimento orgânico que busca conhecer a natureza dentro da natureza. Essa noção de conhecimento precisa romper com a visão fragmentada e unilateral do modelo de ciência, tal qual conhecemos atualmente.

Nesse sentido, a tarefa da ecologia social é reexaminar a separação entre humanidade e natureza, assim como as cisões que se estabelecem dentro da comunidade humana e que produziram originalmente esta separação. É esse exercício está intrinsecamente vinculado ao surgimento das relações de dominação entre os próprios seres humanos.

4.2 A QUESTÃO DA DOMINAÇÃO E DA HIERARQUIA

“La idea de que el hombre está destinado a dominar a la naturaleza no es de ningún modo una característica universal de las culturas humanas, por el contrario, dicha idea es casi completamente ajena a la perspectiva que poseían las así-llamadas comunidades primitivas o prealfabetizadas. Me resulta por demás obvio que tal concepto surgió de un desarrollo social más amplio: la creciente dominación del hombre por el hombre”. (1999, p. 125).

As palavras da epígrafe citada acima, demonstram os conceitos que, para Murray Bookchin, são inescapáveis quando se fala em ecologia social. Baseado numa consistente crítica radical aos problemas ecológicos que enfrentamos, Bookchin argumenta que jamais conseguiremos compreender o processo de distanciamento e de relação de força e dominação que se estabelece entre humanidade e natureza,

sem antes buscarmos a compreensão de sua principal causa. Tendo em vista que a idéia ou o conceito de natureza são criações fundamentalmente humanas, o contexto chave para essa compreensão encontra-se na emergência do sistema de dominação e hierarquias que se estabelecem, inicialmente, entre os próprios seres humanos.

Bookchin entende que é necessário compreender, a fundo, o emprego do termo hierarquia, uma vez que o seu verdadeiro significado pode ser ocultado, quando utilizado até mesmo em nome de sociedades sem classes ou libertárias. A não explicitação das raízes hierárquicas, inclusive em espaços onde não haja exploração econômica ou coerção política, acabam por perpetuar as relações de dominação e submissão. Com relação a isso, o próprio Bookchin destaca:

“A mi entender, histórica y existencialmente, se trata de un complejo sistema de mandato y obediencia en el cual las *élites* gozan de variados grados de control sobre sus subordinados sin necesariamente explotarlos. Tales *élites* pueden ser completamente carentes de forma alguna de riqueza material; pueden ser incluso privadas de ella, como la *élite* “Guardiana” de Platón, que era socialmente poderosa pero materialmente pobre. La jerarquía no es meramente una condición social: también es un estado de conciencia, una sensibilidad hacia fenómenos en cualquier nivel de la experiencia personal y social” (1999, p. 19).

Nesse sentido, Bookchin dedica grande parte de sua vida para estudar com profundidade como se estabelecem as relações hierárquicas entre os seres humanos, assim como procura apontar os meios para superá-las, através da constituição de uma sociedade ecológica. Os resultados desse profundo mergulho no contexto histórico da humanidade e na sua relação com a natureza, resultaram na

publicação de *La ecología de la libertad: la emergencia y la disolución de las jerarquías*.

Nesse livro, Bookchin constrói, a partir de um profundo esforço teórico e de pesquisa, uma crítica consistente e coerente ao que ele denominou “legado da dominação”, assim como aponta as possibilidades da construção do “legado da liberdade”, através de uma sociedade ecológica. O legado da dominação está, segundo Bookchin, pautado pelas relações hierárquicas. Nessa direção, precisamos buscar compreendê-la em sentido amplo e consistente. Ele assim define o conceito de hierarquia:

“Entiendo por “jerarquía” a los sistemas culturales, tradicionales y psicológicos de obediencia y mandato, no solamente a los sistemas económicos y políticos a los cuales los términos “clase” y “Estado” se refieren más apropiadamente. De acuerdo con esta postura, la jerarquía y la dominación podrían persistir fácilmente en una sociedad “sin clases” o “sin Estado”. Yo aludo en cambio a la dominación del joven por el viejo, de mujeres por hombres, de un grupo étnico por otro, de “masas” por burócratas que juran hablar en sus “más altos intereses sociales”, del campo por la ciudad, y en un sentido psicológico más sutil, del cuerpo por la mente, del espíritu por una chata racionalidad instrumental, y da naturaleza por la sociedad y la tecnología”. (1999, p. 18).

Bookchin chega a formulação desse conceito depois de empreender um movimento bastante conciso, partindo da análise das primeiras sociedades humanas “pré-alfabetizadas” – as quais ele denominou “sociedades orgânicas” – e culminando no contexto da constituição das sociedades “civilizadas” de caráter hierárquico.

Por sociedades orgânicas, Bookchin refere-se aquelas comunidades sem classes econômicas e sem Estados, que viviam numa intensa solidariedade interna e para com o mundo natural. Nessas sociedades, encontramos evidências de *“una perspectiva de vida que vincula a la gente, las cosas, y las relaciones em términos de su singularidad antes que de su “superioridad” o “inferioridad”* (1999, p. 126).

Eram comunidades humanas igualitárias, nas quais as diferenças de idade, sexo e parentesco eram complementares entre si e não baseadas em termos de mandato e obediência. Cada um era valorizado por seus traços únicos. Essas partes distintas que caracterizavam cada indivíduo eram consideradas indispensáveis para sua unidade e harmonia. Entretanto, a individualidade não entrava em conflito com os interesses da comunidade, uma vez que todos dependiam dela. Era constituída em termos de interdependência com o mundo da diversidade que cercava a unidade comunal. De acordo do Bookchin:

“La sociedad orgánica es notable por su aproximación no jerárquica a la experiencia, sensibilidad que acepta diferencias en las personas tales como la edad y el sexo por sí mismas, sin clasificarlas en grupos de estatus jerárquicos. Las sociedades orgánicas normalmente ordenan sus planes institucionales según líneas complementarias, en las que las diferencias entre los individuos forman un patrón de relación más que un sistema de dominio y sumisión. Tales comunidades son mutualistas o complementarias en cuanto que se hacen responsables del bienestar de todos sus miembros, sin tomar en consideración sus capacidades. Sus miembros se respetan unos a otros sin ejercer juicios que ciñen a las personas a roles de predominio y subordinación”. (1999, p. 46-47).

Essa relação que se estabelece no seio do contexto social, possui um reflexo direto no que se refere ao relacionamento com a natureza. A comunidade orgânica está concebida como parte do equilíbrio da natureza, seu ecossistema peculiar possui um sentido de participação no meio ambiente e nos ciclos naturais. Nas palavras de Bookchin:

“La naturaleza comienza como vida. Desde el surgimiento mismo de la conciencia humana, la naturaleza entra en asociación con la humanidad, no solo en armonía o en equilibrio. La naturaleza como vida come de cada comida, ayuda en cada nuevo nacimiento, crece con el niño, ayuda a cada mano que arroja una semilla o siega una planta, se calienta junto al fogón de los que bailan, y sienta a las reuniones de la comunidad así como el susurro de las hojas y las hierbas es parte de aire mismo, no tan sólo un ruido ocasionado por el viento, las ceremonias ecológicas validan la “ciudadanía” que la naturaleza adquiere como parte del entorno humano. “La gente” (para usar el nombre que muchas culturas prealfabetizadas se dan a sí mismas) no desaparece en la naturaleza, ni la naturaleza en “la gente”. Pero la naturaleza no es meramente hábitat; es un socio, que aconseja a la comunidad con sus presagios, la protege con su camuflaje, deja mensajes en ramas rotas o en huellas, le susurra advertencias en el viento, la alimenta con cantidad de plantas y animales, y en sus incontables funciones y determinaciones es absorbida en la red de derechos y deberes de la comunidad. Lo que la ceremonia ecológica hace, en efecto, es socializar el mundo natural y completar el vínculo entre sociedad y naturaleza”. (1999. p. 130).

Nesse sentido, é possível notar que as relações harmônicas que se estabelecem no contexto da primitiva comunidade humana são diretamente estendidas à visão harmônica que se estabelece com a natureza. Entretanto, poder-se-ia questionar, então, como foi que os valores hierárquicos se cristalizaram a partir das comunidades igualitárias?

Tudo indica que as transformações ocorridas durante o período do Neolítico contribuíram para a emergência da hierarquização da sociedade. Esse período da história humana é marcado por uma série de mudanças no contexto da organização social, especialmente quando as primitivas sociedades se sedentarizaram. Ao se fixarem em determinado lugar, bandos de caçadores e coletores nômades começaram a se estabelecer em pequenos povoados e a desenvolver um primitivo sistema de horticultura.

Nessa nova relação, novos papéis vão surgindo no contexto social. As mulheres se tornam responsáveis pelo cultivo agrícola e pelo cuidado com os filhos e os homens especialmente pela caça e proteção do grupo. No entanto, mesmo com essas mudanças, as comunidades compartilhavam de um sistema solidário entre si e com a natureza. Foi somente quando essa solidariedade começou a dar sinais de deterioração, que se manifestaram as primeiras formas de dominação. De acordo com Bookchin:

“En verdad, el cambio más completo tuvo lugar en el aparato físico del individuo. Incluso mientras la Diosa Madre continuaba ocupando un lugar destacado en la mitología (...), las mujeres comenzaron a perder toda paridad con los hombres, un cambio que ocurrió no solo en su status social sino también en la visión que tenían de sí mismas. Tanto en lo que se refiere al hogar como a la economía, la división social del trabajo fue perdiendo sus tradicionales rasgos igualitarios y adquirió una forma progresivamente jerárquica. El hombre reclamó la superioridad de su trabajo por sobre el de la mujer; más tarde, el artesano alegó su superioridad sobre el que cultivaba alimentos; finalmente, el pensador afirmó su soberanía sobre el mundo real y cotidiano, sino también subjetivamente, en el inconsciente individual. Penetrando prácticamente en todos los campos de la experiencia, terminó por asimilarse a la sintaxis del discurso diario. La diferencia pasó de su tradicional status de unidad en la diversidad a un sistema lineal de poderes separados y crecientemente

antagónicos: un sistema convalidado por todos los recursos de la religión, la moralidad, y la filosofía". (1999, p. 150).

Bookchin afirma, nesse sentido, que as questões relacionadas com o sexo e com a idade foram os fatores mais importantes no desenvolvimento das hierarquias no contexto das sociedades orgânicas. Esses fatores precederam o surgimento das classes sociais e da exploração econômica, tal qual observamos atualmente.

No seio das sociedades primitivas, homens e mulheres sempre desempenharam papéis fundamentais, atuando de formas interdependentes, porém sem subjugar uns aos outros. À medida que os grupos começaram a crescer, começaram a se diferenciar em clãs, tribos e federações tribais. Ao começarem a guerrear uns com os outros, surgiu um espaço social cada vez mais amplo que foi sendo ocupado gradualmente pelos homens. Conforme destaca Bookchin:

"Ellos tendían a convertirse en los líderes del clan o en los jefes tribales, llenando así los consejo de las federaciones tribales, puesto que todo esto era "trabajo de hombres", como cazar animales. Ellos contaban con la movilidad y la aptitud física para defender a sus comunidades, atacar comunidades hostiles, y administrar en consecuencia una esfera extrabiológica y nítidamente social". (1999, p. 168).

O desenvolvimento de uma cultura machista se deu de forma muito lenta e com constantes interrupções, alternado, geralmente, de acordo com os papéis econômicos dos sexos no curso do desenvolvimento social. Nas sociedades em que predominava a agricultura, as mulheres mantiveram por mais tempo seu status. Por outro lado, nas sociedades predominantemente caçadoras e pastoris, os

homens se destacaram no domínio social. Aos poucos, as normas sociais em todas as comunidades vão se orientando em favor do predomínio masculino.

Uma outra questão que se coloca no contexto da emergência da hierarquia se refere à questão da idade. As comunidades orgânicas estavam organizadas segundo a idade de seus membros, especialmente no que tange à divisão do trabalho. Nascer, ser jovem, amadurecer, envelhecer e morrer são fatos naturais. Mas, quanto mais se envelhece, mais surgem interesses que não são naturais, mas sim exclusivamente sociais. Com relação ao papel dos mais velhos Bookchin descreve:

“Los últimos años de la vida son un período de poderes físicos em disminución; son los años de la declinación, un período de franca dependencia. Los que envejecen y los que ya han envejecido desarrollan intereses que no están ligados ni a sus roles sexuales ni a su linaje. Dependen en definitiva de hecho que la comunidad es social en el más completo sentido de la palabra; que los proveerá no porque participen en el proceso de producción, sino debido a los roles institucionales que ellos se pueden crear a sí mismos en el terreno social”. (1999, p. 171-172).

E é somente na esfera social que a perda do poder biológico dos homens mais velhos vão sendo, aos poucos, substituídas pelas necessidades de poderes sociais e hierárquicos. Bookchin continua:

“Los sexos se complementan económicamente; los viejos y los jóvenes, no. En las comunidades prealfabetizadas, los ancianos son vitales depósitos de conocimiento y sabiduría, pero esta función soslaya el hecho que sus capacidades pertenecen a la esfera social y cultural. Por lo tanto, incluso más que el jactancioso varón que puede estar ganando lentamente en sentido de poder social, el que envejece y el

que ya ha envejecido tienden a ser socialmente conscientes en cuanto tales, ya que es una cuestión de subsistencia. Ellos comparten un interés independientemente de su sexo y linaje. Llevan las de ganar con la institucionalización de la sociedad y el surgimiento de la jerarquía, puesto que es en este dominio y como resultado de este proceso que pueden retener ciertos poderes que les son negados por debilidad física e inestabilidad. Su necesidad de poder social, y de poder jerárquico, es una función generada por la pérdida de poder biológico. La esfera social es el único dominio en el que este poder puede ser creado y, concomitantemente, la única esfera que puede atenuar su vulnerabilidad hacia las fuerzas naturales. Así, ellos son arquitectos “par excellence” de la vida social, del poder social, y de su institucionalización jerárquica”. (1999, p. 172).

Gradualmente, o poder dos mais velhos sobre os mais jovens vai se manifestando em todos os aspectos da vida comunitária. Amarras hierárquicas vão sendo construídas para legitimar a sabedoria dos anciãos. No entanto, Bookchin chama atenção que a hierarquia fundada meramente na idade não é uma hierarquia institucionalizada. É uma hierarquia manifestada em sua forma inicial, ou seja, manifestada na matriz da igualdade, uma vez que os privilégios dados aos mais velhos serão herdados por todos os membros da comunidade.

Mas, aos poucos, os anciãos foram institucionalizando seus privilégios. Ao atuarem como curandeiros, vão se apoderando, também, dos rituais sociais como feiticeiros. Assim, *“el poder social se empieza a cristalizar como la fetichización del poder mágico sobre ciertas fuerzas de la naturaleza”* (1999, p. 174). O feiticeiro passa a ser uma figura estratégica no contexto da hierarquia social, uma vez que ele solidifica os privilégios de um pequeno extrato social. Na opinião de Bookchin:

“El profesionaliza el poder. El hace del poder el privilegio de unos pocos, un grupo al cual sólo pueden aspirar a entrar

aprendices elegidos, no cualquiera. Su personalidad de vate expresa esencialmente la inseguridad en la escala de una neurosis social. Si el cazador es un especialista en violencia, ya la mujer recolectora los es en alimentación, el hechicero es un especialista en miedo. Como mago y adivinador a la vez, intermedia entre el poder sobrehumano del medio ambiente y los miedos de la comunidad". (1999, p. 174).

Nesse sentido, vão se desenvolvendo no contexto das sociedades, de forma cada vez mais latente, uma relação de dominação. Desse modo, assim como quando nas sociedades orgânicas as relações sociais se pautavam por laços solidários de unidade na diversidade e os mesmos se estendiam na sua relação com a natureza, os espaços de dominação que se apresentam nas sociedades hierárquicas, inescapavelmente, também vão se manifestar na relação como o mundo natural.

Bookchin analisa, com precisão, o desenvolvimento dos traços hierárquicos nas primeiras civilizações do Oriente Próximo, dos povos da mesopotâmia, passando pelos egípcios, o povo hebreu e os gregos. Em cada uma dessas civilizações as relações hierárquicas constituem-se como condicionantes da ordem social, as quais resultam no submetimento das mulheres e crianças, assim como vai se configurando a idéia de exploração e submissão da natureza.

No entanto, Bookchin argumenta que, é somente com o advento do capitalismo, que as relações hierárquicas vão se difundir no contexto das sociedades de classes, atingindo seu ápice com o surgimento do Estado moderno. O Estado se utiliza das relações hierárquicas, atuando no contexto da subjetividade social, fazendo com que as pessoas se auto-condenem, sem exceção, livrando-o da

responsabilidade sobre os problemas sociais e ecológicos que se apresentam. Nesse sentido, Bookchin destaca ainda:

“La jerarquía, la clase, y finalmente el Estado, penetran el tegumento de la psique humana y establecen en ella poderes internos de coerción y constreñimiento. En este sentido, logran una autoridad “sanadora” que ninguna institución o ideología puede tener la esperanza de comandar. Con la culpa y la auto-condena, el Estado interior puede controlar la conducta mucho antes de que haya que invocar al temor de los poderes coercitivos del Estado. La autocondena, en efecto, se transforma en auto-temor: la introyección de la coerción social en forma de inseguridad, ansiedad y culpa”. (1999, p. 213-214).

Ao substituir, ao longo dos anos, suas relações orgânicas por relações inorgânicas – ou de hierarquias – no seu contexto social, a humanidade foi transferindo esses conceitos para a sua relação com natureza. Conforme afirmou Bookchin, *“la simplificación del mundo natural tiene su siniestro paralelo en la simplificación de la sociedad y la subjetividad”* (1999, p. 238). Desse modo, jamais poderemos nos desvincular da natureza, assim como não poderemos nos desvincular de nós mesmos. E completa Bookchin: *“(...) la naturaleza no sólo coexiste con nosotros; es parte de cada aspecto de nuestro ser”* (Idem, p. 238).

4.3 EM BUSCA DO LEGADO DA LIBERDADE: A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE ECOLÓGICA

“La concepción de una sociedad ecológica debe comenzar por un sentido de seguridad de que la sociedad y a la naturaleza no son inherentemente antitéticas.” (1999, p. 467).

Como apontei em páginas antecedentes, Murray Bookchin não apenas se propôs a identificar as raízes de nossos problemas ecológicos. Como parte da coerência que guia seu pensamento, ele nos apresenta um conjunto de possibilidades para a superação das relações de dominação que se estabelecem entre os seres humanos e destes com a natureza. Conforme destacado na epígrafe acima, Bookchin parte do princípio de que a constituição de uma sociedade ecológica não poderá deixar de considerar que humanidade e natureza complementam-se mutuamente, num sentido de totalidade ecológica.

No entanto, essa noção apresenta-se, ainda, de modo bastante obscuro. Nossa irracionalidade não nos tem permitido explicitar os significados implícitos da natureza, assim como não nos permite atuar junto a ela, a fim de ampliar sua diversidade. Temos aceitado a idéia de que o desenvolvimento social só pode ser alcançado à custa da exploração do meio natural, ao passo de não compreendermos a noção de um desenvolvimento concebido como um todo que envolve, ao mesmo tempo, a sociedade e a natureza. Na opinião de Bookchin:

“En este punto hemos sido nuestros peores enemigos, no solo objetiva sino además subjetivamente. Nuestra disociación mental, y posteriormente factual, entre sociedad y naturaleza se sustenta sobre la salvaje objetivación de los seres humanos en medios de producción y blancos de dominación, objetivización que hemos proyectado sobre todo el mundo de la vida. Reentrar a la evolución natural solo para salvar nuestro pellejo de la catástrofe ecológica, cambiaría muy poco, si es que cambiaría algo, de nuestras sensibilidades e instituciones. La naturaleza aún sería un objeto (sólo que ahora un objeto de temor, y no de reverencia), y a la gente aún sería objeto instrumentalmente orientado hacia un mundo (sólo que ahora sumisos, en vez de arrogantes). El camuflaje

verde permanecería intacto; sólo que sus tonalidades serían más oscuras. La naturaleza seguiría estando desnaturalizada, y la humanidad, deshumanizada, pero la retórica sustituiría a una industria cruel, y el sentimentalismo sustituiría a la línea de montaje". (1999, p. 436).

Considerando as palavras de Bookchin, a busca de relações mais harmoniosas entre sociedade e natureza ou, conforme ele destaca, a nossa "re-entrada" no mundo natural, dependeria de um desejo espontâneo da humanidade em "ser natural", ou seja, re-entrar na evolução natural como seres sociais conscientes. Esse é um preceito fundamental para a construção de uma sociedade ecológica.

No entanto, como se daria essa guinada ecológica? Que aspectos essa nova sociedade precisaria considerar se quisesse se constituir num verdadeiro espaço libertário? Em resposta a estes questionamentos, Bookchin conjugou uma série de elementos nos quais a sociedade ecológica se configuraria por vias do "**municipalismo libertário**". Disse ele em *La ecología de la libertad*:

"En varios de mis trabajos (...) he examinado en detalle cómo podría ser una sociedad ecológica y racional y he intentado ofrecer un proyecto concreto, casi programático, par nuestro tiempo. He llamado a este proyecto "municipalismo libertario". (1999, p. 83-84).

O municipalismo libertário que Bookchin propõe, baseia-se na idéia anárquica de comunidades descentralizadas, gerenciadas coletivamente, com uma democracia direta e na confederação de municípios, ou "comunas". Essas idéias estão expressas nos trabalhos de Proudhon e Kropotkin – tal qual apresentei no capítulo segundo dessa

dissertação – e expressam o papel transformador do municipalismo libertário como uma coluna vertebral de uma sociedade libertadora, enraizada no princípio ético anti-hierárquico de unidade na diversidade, autoformação e autogestão, complementaridade e apoio mútuo.

O termo “**libertário**” – criado pelos anarquistas europeus do século XIX – propõe uma nova política de controle popular sobre os meios materiais de vida. Já o termo “**municipalismo**”, indica a proposição de uma nova política de controle cidadão sobre os assuntos públicos, principalmente por meio de assembleias de cidadãos. Soma-se ainda, ao municipalismo libertário, o conceito do “**confederalismo**”, entendido como meio fomentador da interdependência dos municípios e suas economias em nível regional, no sentido de evitar o surgimento de comunidades fechadas, bem como para coordenar as operações dessas comunidades de modo racional e ecológico.

No contexto do municipalismo libertário, a **política** assume um caráter de extrema importância. Recuperando o significado original atribuído pelos gregos, a política é compreendida como sendo a gestão dos assuntos da *polis*, por meio de um corpo de instituições verdadeiramente democráticas e participativas. Conforme destaca Bookchin:

“Antes da formação do Estado-nação, a *política* tinha um sentido diferente deste de hoje. Ela significava a gestão dos negócios públicos pela população em nível comunitário; negócios públicos que, em seguida, tornaram-se o domínio exclusivo dos políticos e dos burocratas. A população geria a coisa pública em assembleias cidadãs diretas, no cara a cara, e elegia conselhos que executavam as decisões políticas formuladas nessas assembleias. Estas controlavam de perto o funcionamento desses conselhos, revogando os delegados cuja ação era objeto de desaprovação pública. (...) Discutia-se política em toda parte, preparando-se para as assembleias

cidadãs, e tal exercício cotidiano era profundamente vital. Por meio deste processo de autoformação, o corpo cidadão fazia não apenas amadurecer um grande censo de sua coesão e de sua finalidade, mas favorecia igualmente o desenvolvimento de fortes personalidades individuais, indispensável para promover o hábito e a capacidade de autogerir-se.” (2003, p. 12-13).

Na constituição de uma sociedade ecológica libertária, o significado da política estaria totalmente desvinculado daquele atribuído ao contexto do Estado-Nação. A gestão do Estado consiste num sistema inorgânico, ou seja, aquele pautado pelo exercício do seu monopólio da violência, controle da criação de regras sociais através de leis, pelo governo intermediado por magistrados profissionais, pelo exército, a burocracia e pelos partidos políticos.

Na perspectiva do municipalismo libertário, a política assume um caráter orgânico, que representa a atividade de um corpo político, uma comunidade. Implica um discurso racional, o engajamento público, o exercício da razão prática e sua realização numa atividade ao mesmo tempo partilhada e participativa, tomando como ponto de partida o cidadão e seu meio ambiente imediato. Configura-se num sistema autogestionário, que considera as particularidades de cada indivíduo, sem a sua subordinação ao contexto social. Aqui, individual e coletivo baseiam-se em relações de apoio mútuo.

Assim, a **autogestão** se apresenta como sendo uma outra característica fundamental do municipalismo libertário. Bookchin destaca que, desde sempre, a autogestão esteve estreitamente associada ao desenvolvimento das técnicas, considerando, no seu contexto histórico, o modo como a humanidade a define e interpreta. Atualmente, a autogestão é concebida principalmente em termos

econômicos, que se relaciona com a organização do trabalho, o emprego de materiais e das máquinas, bem como a repartição social dos recursos materiais. Conforme sublinha Bookchin:

“O sentido altamente economicista que a palavra autogestão hoje evoca, não é senão, por si mesmo, uma prova gritante do grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial. O termo “auto”, enquanto prefixo, e a palavra “gestão” tornam-se, no plano das idéias e sentidos, opostas uma à outra. A idéia de gestão tende a apagar a idéias de autonomia. Pela influência dos valores tecnocráticos sobre o pensamento, a autogestão, conceito fundamental a uma administração libertária da vida e da sociedade, foi preterida a favor de uma estratégia de gestão eficaz e rentável. (...) Autonomia e autogestão são encaradas como componentes de lógica industrial, isto é, atitudes mais aptas a resolverem problemas econômicos e técnicos do que problemas morais e sociais.” (1985, p. 35).

Nesse sentido, a autogestão, tal qual concebida por Bookchin, vai mais além da gestão das técnicas existentes. Ela configura-se numa atividade livre e criativa, que recupera a autonomia do indivíduo diante do contexto social. Por isso, pressupõe um sentido ético, a fim de que as suas implicações de natureza pessoal moral não se dissolvam numa espécie de individualismo vazio e sem sentido. Ela implica, justamente, o uso da força individual, através de um espaço de formação do sujeito, assim como a sua capacidade de intervir sobre os acontecimentos sociais.

Esse sistema autogestionário resulta numa reinvenção do sentido da política, para além da sua vida privada. No contexto do municipalismo libertário, ele se desenvolve através das comunidades. Para Bookchin, a comunidade compreende uma associação municipal de pessoas, reforçada por seu próprio poder econômico, sua própria

institucionalização dos grupos de base e o apoio confederal de comunidades similares organizadas no seio de uma rede territorial em escala local e regional. Na opinião de Bookchin:

“A célula autêntica da vida política é, com efeito, a comuna, seja em seu conjunto, se ela é em escala humana, seja através de suas diferentes subdivisões, notadamente os bairros. (...) A comuna é a célula viva que forma a unidade de base da vida política e da qual tudo provém: a cidadania, a interdependência, a confederação e a liberdade. O único meio de reconstruir a política é começar por suas formas mais elementares: as aldeias, as vilas, os bairros, as cidades onde as pessoas vivem no nível mais íntimo da interdependência política para além da vida privada.” (2003, p. 20).

Diferentemente da forma como é aplicada no sistema estatal, a política, que se quer libertária, implica na mobilização das pessoas num sistema articulado de assembleias, a constituição de um corpo político atuando num espaço comum e de decisão radicalmente democrática. Nesse sentido, Bookchin condena o sistema de democracia representativa que vivenciamos atualmente. Ele argumenta que, ao delegarmos poder a representantes, ficamos a margem da discussão e tomada de decisões que se definem no âmbito administrativo, lançando, dessa forma, as bases do poder estatal. Por isso, no municipalismo libertário, é preciso desenvolver um sistema de democracia direta, que transforma o processo político para além do voto e da informação. Esse processo político resulta na constituição de instituições públicas que tornam possível a participação e a co-gestão de uma comunidade ampliada. A esse respeito, Bookchin destaca:

“Em resumo, é por meio da comuna que as pessoas podem transformar-se, elas próprias, de mônadas isoladas, num corpo político inovador, e criar uma vida cívica existencialmente vital por ser protoplásmica, inscrita na continuidade e dotada tanto de uma forma institucional quanto de um conteúdo cidadão. Refiro-me aqui às organizações de blocos de habitações, às assembléias de bairro, às reuniões de cidade, às confederações cívicas e a um espaço público para uma palavra que vá além de manifestações ou campanhas monotemáticas, tão válidas quanto possam ser para corrigir as injustiças sociais.” (2003, p. 21).

A configuração desses espaços implica na idéia da constituição de comunidades descentralizadas. As assembléias populares desempenhariam um papel importante na transição de uma sociedade administrativamente centralizada para uma sociedade descentralizada. Bookchin reconhece a dificuldade de se restabelecer as assembléias municipais no âmbito das formas administrativas e territoriais atuais dos grandes centros urbanos.

Entretanto, argumenta que mesmo as grandes metrópoles com seus arraigados sistemas de controle estatal e centralizado, podem constituir-se em espaços descentralizados e com participação direta. Ao citar os exemplos de Nova York e Londres, Bookchin destaca:

“Nova York e Londres são formadas por bairros, isto é, comunidades menores que possuem até certo ponto um caráter orgânico e uma certa identidade própria, definida por uma herança cultural partilhada, interesses econômicos, uma comunidade de visões sociais e, às vezes, também, uma tradição artística (...). por mais elevado que seja o grau necessário de coordenação de sua gestão logística, sanitária e comercial por expertos e seus assistentes, elas são potencialmente abertas a uma descentralização política e até mesmo, com o tempo, física.” (2003, p. 22).

Bookchin diferencia descentralização institucional e descentralização territorial, compreendendo que a primeira pode ser realizada imediatamente, ao passo que a realização da segunda necessitaria de um tempo maior. Assim, as concepções municipalistas libertárias se inscrevem numa perspectiva transformadora e formadora, um conceito de política e cidadania que busca transformar as grandes cidades em espaços éticos, tanto na política quanto na economia.

A constituição de assembléias populares independe do tamanho da cidade, desde que se especifiquem os seus componentes culturais e que se faça sobressair sua especificidade. Essas assembléias poderiam ser coordenadas por delegados providos de um mandato rotativo e revogável, sem se sobrepujar à vontade coletiva.

A comuna também necessitaria de um sistema administrativo que coordenasse a execução dos projetos emergidos do processo político estabelecido. Esse corpo administrativo seria constituído por especialistas que apresentariam projetos alternativos para a apreciação das assembléias. Ao referir-se sobre o exemplo da construção de uma estrada, Bookchin destaca os aspectos das funções políticas e administrativas da comuna:

“A elaboração do projeto e a construção da estrada são de responsabilidade estritamente administrativa, enquanto a discussão e a decisão quanto à necessidade dessa estrada, inclusive a escolha de sua localização e a apreciação do projeto, concernem a um processo político. Se entendermos com clareza a distinção entre a formulação de uma política e sua execução, entre a função das assembléias populares e aquela das pessoas que asseguram a gestão das decisões tomadas, é então fácil de distinguir os problemas logísticos dos problemas políticos, dois níveis habitualmente entremesclados.” (2003, p. 25).

Nesse contexto da natureza administrativa e política da comuna, Bookchin também ressalta a pertinência de se discutir como se daria o desenvolvimento da economia municipal. Para ele, a economia é uma das questões mais problemáticas a ser tratada, uma vez que, atualmente, as questões econômicas tendem a centrar-se sobre “quem possui o que, quem tem mais do que quem e, sobretudo, sobre como as disparidades de riqueza podem conciliar-se com um sentimento de comunidade cívica” (2003, p. 33).

E esses problemas se agravam quando atravessam transversalmente os interesses de classe com os perigos de guerra termonuclear, o autoritarismo estatista e a possibilidade de um desmantelamento ecológico do planeta.

No bojo desses problemas, há que se reformular a idéia de propriedade, desvinculando-se dos velhos debates entre propriedade privada e a propriedade nacionalizada, uma vez que eles já não respondem eficazmente às nossas questões políticas e econômicas atuais. Nesse sentido, Bookchin propõe:

“Chegamos, assim, repentinamente, à idéia de uma economia municipal que se propõe a dissolver de maneira inovadora a aura mística que envolve a propriedade das firmas e a propriedade nacionalizada. Refiro-me à *municipalização da propriedade*. O municipalismo libertário propõe redefinir a política para nela incluir uma democracia comunal direta que se ampliará gradualmente sob formas confederais, prevendo igualmente uma abordagem diferente da economia. O municipalismo libertário propõe que a terra e as empresas sejam postas de modo crescente à disposição da comunidade, ou mais precisamente, à disposição dos cidadãos em suas livres assembléias e de seus deputados nos conselhos confederais.” (2003, p. 35).¹⁸

¹⁸ A expressão “deputados” contida nessa passagem do texto de Bookchin poderia ser substituída por “delegados”. Digo isso, uma vez que, no conjunto das obras disponíveis em língua inglesa e espanhola,

Essa noção de uma nova conceituação do desenvolvimento de uma economia no seio das comunas nos remete ao debate da utilização de uma importante ferramenta: as tecnologias, ou, como Bookchin as denomina, as tecnologias alternativas.

No âmbito de uma sociedade ecológica – ou do municipalismo libertário – a utilização das tecnologias precisariam ser repensadas. Elas deveriam ser desintegradas da noção de desenvolvimento econômico a qualquer custo, que está intimamente ligada aos interesses do capitalismo mundial integrado. A visão de Bookchin sobre a utilização da tecnologia caminha em sentido contrário a esse. Na sua opinião, o uso das técnicas deveriam ser empregados para reforçar os vínculos de solidariedade entre os seres humanos e entre esses e a natureza. Elas deveriam ser utilizadas para liberar os homens e as mulheres de pesadas cargas de trabalho, no sentido de que possam se dedicar mais às suas relações, no contexto pessoal, familiar e comunitário. Isso implica uma mudança radical em nossa noção de necessidade, bem como da nossa noção de consumo. Ao referir-se sobre a nova tecnologia que estaria a emergir, Bookchin destaca:

“Ela traz consigo um critério de seleção das técnicas atualmente existentes, a partir do interesse ecológico e da sua relação com a liberdade humana. Nos seus aspectos de maior relevo, estas técnicas são fortemente descentralizadas, isto é, humanas na sua própria escala, de construção muito simples e de orientação compatível com a natureza. Elas vão buscar a

não encontrei nenhuma referência ao termo “deputado”. Como a citação referenciada faz parte de uma obra traduzida para a língua portuguesa, penso que possa ser uma adaptação à nossa língua. Contudo, não disponho do original em inglês para comparar. Apenas faço esse destaque com base na leitura dos demais textos que disponho.

sua energia no sol e no vento, bem como nos resíduos urbanos e nos resíduos agrícolas.” (1985, p. 37).

Nesse sentido, as comunas libertárias se utilizariam de um conjunto de técnicas, a fim de estabelecer novas relações com o meio ambiente. E Bookchin acrescenta:

“Descentralizadas y con dimensiones humanas, tales eco-comunidades habrán de obedecer a la “ley de la retribución” reciclando sus desechos orgánicos en forma de abono para jardines e materiales para sus artes e industrias. Podemos creer que integrarán sutilmente la energía solar, eólica, hidráulica, y las instalaciones productoras de metano, en pos de conformar un intrincado sistema energético. La agricultura, la acuacultura, la ganadería, y la caza serán consideradas como artesanías, orientación que ojalá se extienda lo más posible a la fabricación de valores de uso de todo tipo. La necesidad de bienes producidos en masa será atenuada por la atención que la comunidad le dará a la calidad y la permanencia. Vehículos, vestimenta, amoblamiento, y utensilios descartables, rápidamente sacrificados a los dioses del desuso. El pasado vivirá siempre en el presente bajo la forma de las valiosos artes y obras de generaciones ya idas.” (1999, p. 470).

No entanto, para compreendermos mais a fundo esse processo, que se pretende desenvolver no seio das comunidades libertárias descentralizadas, Bookchin aponta a necessidade de particularizar algumas questões no que se refere à própria natureza da **cidadania**. A verdadeira cidadania não se resume ao desenvolvimento de uma autonomia do indivíduo que se materializa na sua representação apenas enquanto um eleitor. Ela vai além. Considera que nossa autonomia depende amplamente dos sistemas de apoio e solidariedade da comunidade, assim como a comunidade contribui para a autonomia do indivíduo.

“Uma “cidadania” separada da comunidade pode ser tão debilitante para nossa personalidade política quanto o é a “cidadania” num Estado ou numa comunidade totalitária” (2003, p. 27), destacou Bookchin. O indivíduo autônomo não pode privar-se das relações orgânicas que se estabelecem no contexto comunitário. Ao contrário, ele deve estar imbricado num permanente processo de formação que o leve a se inserir nas questões de sua comunidade. Conforme aponta Bookchin:

“A verdadeira cidadania e a verdadeira política implicam a formação permanente da personalidade, a educação e um sentido crescente de responsabilidade e do engajamento público no seio da comunidade, os quais, em contrapartida, são os únicos a dar uma real substância a esta. Não é no local fechado da escola, e ainda menos na cabine eleitoral que qualidades pessoais e políticas podem formar-se. Para adquiri-las, é preciso uma presença pública, encarnada por indivíduos falantes e pensantes, num espaço público responsável e animando pela palavra. (...) A solidariedade (...) implica o sentido da responsabilidade. Ela é criada pelo conhecimento, a formação, a experiência e o exercício de uma certa sensibilidade – em resumo, por uma educação política que se desenvolve por intermédio da participação política.” (2003, p. 29-30).

Nesse sentido, a interdependência no seio de uma comunidade sólida pode contribuir para a formação do indivíduo, num sentido racional, solidário, justo e de liberdade efetiva, que fazem dele um cidadão criativo e responsável. A cidadania torna-se arte e não simplesmente uma forma de educação. É uma arte criadora que faz apelo ao desejo profundamente humano de expressão de si no seio de uma comunidade política repleta de sentido, na qual cada cidadão, ética e racionalmente, torna-se um membro extremamente importante e

não mero espectador. É a comuna se constitui nesse espaço. Conforme descreve Bookchin:

“(...) a comuna não é apenas a base de uma sociedade livre, mas igualmente o terreno irredutível de uma autêntica individualidade. A enorme importância da comuna se deve ao fato de que ela constitui o lugar de comunicação no seio do qual as pessoas podem intelectual e emocionalmente confrontar-se umas com as outras, conhecer-se reciprocamente através do diálogo, da linguagem do corpo, da intimidade pessoal e das modalidades diretas, não mediatizadas, do processo de tomada de decisão coletiva. Refiro-me aqui aos processos fundamentais de *socialização*, de interação contínua entre os múltiplos aspectos da existência que tornam a *solidariedade* – e não apenas a “convivialidade” – de tal forma indispensável para relações interpessoais realmente orgânicas.” (2003, p. 27-28).

No conjunto desses conceitos básicos que compõem a proposta da constituição de uma sociedade ecológica libertária, Bookchin acredita que é possível vislumbrar uma nova cultura política, através de uma re-significação da idéia de cidadania, de instituições populares, de um novo tipo de economia e da formação de uma rede de cooperação confederativa – a comuna das comunas. Essas se configurariam no desenvolvimento de novas formas de habitação realmente comunitárias, capazes de realizar uma nova harmonização entre as pessoas e entre a humanidade e o mundo natural.

No entanto, ao propor essas idéias, Bookchin não sugere que retornemos às primitivas formas de organização social, nem que devemos abandonar o desenvolvimento tecnológico produzido até o momento. Ao contrário, as idéias que ele nos apresenta, configuram-se numa análise e absorção dos variados aspectos positivos que encontramos nas antigas sociedades orgânicas, confluindo com um

profundo mergulho na problematização das relações que estabelecemos no atual contexto histórico em que vivemos.

Diante dessa gama de propostas, o próprio Bookchin destacou nas páginas finais de seu livro *La ecologia de la libertad*: “inevitavelmente, se me preguntará cómo ir de “aquí hasta allí”, como si las reflexiones (...) debieran contener recetas para los cambios sociales” (1999, p. 471). Em resposta ao seu próprio questionamento, Bookchin destaca que, como qualquer outra mudança ocorrida no contexto da humanidade, a transformação no sentido de uma nova sensibilidade ecológica se dará no campo de uma ação prática, na qual só trataremos de mudar o mundo, mudando a nós mesmos. Ele apenas nos alerta: “Lo que la humanidad no puede darse el lujo de perder es su sentido de dirección ecológica y el significado ético que éste le da a sus proyectos” (1999, p. 471). Essa direção ecológica e esse significado ético encontram suas bases nas concepções da diversidade, da totalidade e de uma natureza auto-consciente, precisando ater-se para não cair numa concepção de homogeneidade, hierarquia e numa idéia de sociedade cujas sensibilidades encontram-se mortas sem possibilidade de ressurreição.

Conforme destaquei nas linhas introdutórias desta dissertação, o conjunto de fatores que se apresentaram no decorrer da minha formação acadêmica, me motivaram a investigar o pensamento libertário de Murray Bookchin. Nos capítulos que se seguiram a essas páginas primeiras, procurei destacar os principais aspectos da obra de Bookchin, no sentido de contribuir para a ampliação dos espaços de diálogos que se apresentam no campo da Educação Ambiental.

Nesse sentido, proponho-me, nesse espaço final da dissertação, resgatar alguns aspectos que foram desenvolvidos ao longo do texto e que entendo serem importantes para a compreensão do pensamento de Murray Bookchin e a sua vinculação com as perspectivas teórico-epistemológicas em movimento na Educação Ambiental.

A obra de Bookchin vai se constituindo no decurso do seu contexto histórico. Ela reflete o sentimento do autor sobre cada momento de sua vida, tanto no espaço local quanto no espaço global. Mergulhado, desde a infância, no arcabouço dos ideais socialistas, Bookchin vai construindo suas idéias, pautado no olhar crítico sobre as experiências que vivencia. Essas experiências vão desde as conversas

que escutava em sua casa; na sua entrada no movimento comunista; o seu envolvimento com a Revolução Espanhola; o trabalho como metalúrgico e o envolvimento sindical; o rompimento com os marxistas; o “encontro” com o pensamento libertário anarquista; e o despertar de suas preocupações com os problemas ambientais nas suas raízes profundamente sociais.

Como destaquei no último capítulo deste trabalho, o pensamento de Bookchin apresenta uma diversidade de temas e conceitos. Sem ter a pretensão de abarcar todos os temas presentes na sua obra, neste mesmo capítulo, apresentei aqueles que, nesse momento, julguei serem os que mais nos dão subsídios para uma compreensão geral, porém, procurando não perder a coerência que o próprio Bookchin atribui ao seu pensamento. Ao mesmo tempo, a escolha da abordagem desses temas se deu em função da sua profunda vinculação com as abordagens libertadoras e emancipatórias do campo da educação ambiental.

Nesse sentido, procurei apresentar, sob a perspectiva de Bookchin, o contexto da crise ecológica contemporânea que, segundo ele, assumiu proporções catastróficas que ameaçam o conjunto da vida do planeta, especialmente a dos seres humanos. Mas, a sua constatação vai além, concluindo que todos os problemas ambientais são problemas fundamentalmente sociais expressos, especialmente, através dos sistemas de dominação e hierarquização que se estabelecem entre os seres humanos e destes com a natureza.

É do aprofundamento dessa problemática que Bookchin nos apresenta a Ecologia Social enquanto um espaço de análise das raízes sociais dos problemas ambientais, bem como a construção de novas possibilidades para a superação desses conflitos, através de uma re-

harmonização, numa compreensão de totalidade dos contextos natural e social. Essa deve ser a principal tarefa da ecologia social.

Para chegar ao estágio de novas relações entre seres humanos e natureza, Bookchin analisa a raiz geradora desse conflito. Segundo ele, o distanciamento entre humanidade e natureza se deu a partir do momento em que os seres humanos se distanciaram de si mesmos, através do estabelecimento de relações hierárquicas e opressoras. Bookchin chega a essa conclusão após um profundo estudo sobre o movimento estabelecido no seio das primitivas sociedades humanas “pré-alfabetizadas”, ou, como ele as denominou, “sociedades orgânicas” e a sua transição para as “sociedades civilizadas” ou hierárquicas.

Foi no contexto das sociedades orgânicas, influenciados por um conjunto de fatores – que vão desde a sedentarização dos grupos humanos, passando pelo aumento da população e pela criação de técnicas de produção de alimentos – que se estabeleceram as hierarquias. Inicialmente, esse sistema hierárquico não estava vinculado ao conceito de dominação estatal ou entre classes sociais, tal qual observamos atualmente. Ao contrário, apresentaram-se no contexto da dominação psicológica e de mandatos dos mais velhos sobre os jovens, do homem sobre a mulher, de um grupo sobre outro, etc.. Essas relações foram sendo absorvidas pelo contexto social ao longo da história da humanidade, culminando na constituição do Estado soberano e profundamente hierárquico, bem como na divisão dos seres humanos em classes sociais diferenciadas especialmente por questões econômicas e culturais.

Ao estabelecer relações de dominação entre si, a humanidade vai se compreendendo como uma espécie que se constitui

a margem do meio natural. A natureza passa a ser vista como algo que está distante do mundo social, algo que está à “disposição” para o desenvolvimento da sociedade.

Buscar a superação dessa relação de dominação que se estabelece no meio social, bem como entre humanidade e natureza, é o que Bookchin nos apresenta através de sua idéia da constituição de uma “sociedade ecológica”. Essa nova sociedade estaria baseada num conjunto de ações que seriam desenvolvidas no contexto do “municipalismo libertário” – espaço descentralizado e autogestionário, pautado num sistema de democracia direta que proporcionasse a participação de todas as pessoas em níveis de bairros, ou comunas, no diagnóstico e resolução de seus problemas sociais e ambientais, a partir de uma postura ética e de racionalização de alternativas tecnológicas. Esse espaço comunitário, ao abandonar os sistemas de dominação e hierarquias, se constituiria no que Bookchin chamou de “legado da liberdade”.

A constituição de uma sociedade ecológica se insere no movimento utópico da obra de Bookchin. Entretanto, ela se inscreve no conjunto da coerência racional e lógica que ele vai construindo. Como o próprio Bookchin argumentou, a emergência de uma sociedade ecológica não significaria o retorno ao primitivismo das sociedades orgânicas, muito menos na negação da utilização do material tecnológico desenvolvido pela humanidade, ou até mesmo da negação da própria história da humanidade. Ao contrário, a sociedade ecológica deve se utilizar de todo o conhecimento e de toda a experiência humana produzida justamente para restabelecer novas relações entre a sociedade e marcar “re-entrada” da humanidade no mundo natural. Assim, a idéia de uma nova sociedade, pautada pelo sentimento ético e

ecológico, se apresenta como uma possibilidade a ser profundamente considerada diante das perspectivas sociais e ambientais que se nos apresentam nos dias atuais.

No contexto dos conceitos emergentes da teoria de Bookchin, um outro movimento se fez necessário, no sentido de melhor compreender seu pensamento. Refiro-me ao profundo envolvimento de suas idéias com a tradição libertária anarquista. Ao romper com o comunismo autoritário, no final dos anos de 1930, Bookchin encontra, no movimento libertário anarquista, a esperança de manter vivo o sentimento revolucionário que sempre o acompanhou. O segundo capítulo desta dissertação foi todo dedicado a apresentar, mesmo que em traços grossos, o movimento e as principais premissas das idéias libertárias, especialmente ao longo dos últimos dois séculos.

A afinidade de Bookchin com a tradição libertária é tão intensa, que ele passa a ser considerado um dos principais escritores anarquistas do século XX, dada a sua capacidade de restaurar e atribuir novos sentidos às idéias libertárias tradicionais, adaptando-as ao contexto histórico de sua época.

Inspirado nas teorias de Proudhon, Bakunin e, especialmente de Kropotkin, Bookchin recupera as idéias de uma sociedade libertária, organizada através de comunas e baseada num sistema autogestionário, sem a intervenção de governos ou Estados. Entretanto, assim como lançou duras críticas e até mesmo rompeu com o marxismo do século XX, devido ao seu caráter autoritário, Bookchin não mediu esforços para denunciar o ortodoxismo anarquista que, ao defender apenas a idéia de uma sociedade sem intervenção do poder do Estado, não deixaria de carregar consigo os sentimentos de dominação ou de hierarquia intimamente vinculados ao indivíduo na sua relação com os

outros e com a natureza.

A esta altura das considerações apresentadas, poder-se-ia o leitor requerer saber, de modo mais explícito e conciso, quais são, afinal, as contribuições que o contexto do pensamento de Bookchin – tal qual foi apresentado – apresentam para ampliação do diálogo no campo da educação ambiental?

No capítulo primeiro desta dissertação, empreendi três movimentos que entendi serem necessários para situar o espaço da educação ambiental no qual transito. Procurei resgatar, de modo breve, a constituição histórica da EA e, nesse contexto, os principais argumentos que se materializam em forma de documentos balizadores das teorias e práticas que se configuram como tendências do campo. Esses dois movimentos iniciais colaboram para a melhor compreensão da emergência de algumas correntes e escolas teórico-conceituais que constituem os fundamentos da educação ambiental brasileira. Destaquei as seguintes vertentes: Educação Ambiental Crítica, Transformadora, Emancipatória, a Educação no Processo da Gestão Ambiental e a Ecopedagogia.

A escolha dessas vertentes da EA não se deu ao acaso. Elas fazem parte do próprio movimento empreendido pela pesquisa. Afinal, ao analisar a obra de Murray Bookchin, fica explícito que as suas preocupações com as questões ecológicas estão diretamente vinculadas ao contexto social e, considerando os conceitos que emanam do seu pensamento, poderia afirmar que eles se encontram numa perspectiva crítica, libertadora, transformadora e emancipatória.

É por certo que não estou querendo fazer aqui, uma confluência forçada entre as idéias de Bookchin e os conceitos das

vertentes da EA apresentadas, uma vez que cada uma delas, apesar de suas semelhanças, possuem bases teóricas muitas vezes distintas. Soma-se a isso o fato de que, dentre todas as tendências apresentadas, nenhuma delas referencia Murray Bookchin como seu interlocutor. E mais, dificilmente se encontram referências ao pensamento libertário anarquista, mesmo que, em várias vertentes, encontremos vários de seus aspectos.

Nesse sentido, penso que a primeira contribuição deste trabalho consiste no fato de que, ao apresentar alguns aspectos do pensamento de Bookchin, se apresenta mais uma possibilidade para diálogo no conjunto do já difuso campo teórico-conceitual da educação ambiental brasileira, ainda em processo de consolidação.

Num exercício mais intenso, poderia afirmar – recuperando a história da educação ambiental – que quando ela estava dando os seus primeiros passos enquanto movimento organizado, lá pelos idos dos anos de 1970, ainda com uma visão bastante naturalista, as idéias de Murray Bookchin já se apresentavam com um vínculo totalmente libertário e emancipatório, na sua formulação de uma ecologia social que denunciava os problemas ambientais como sendo problemas profundamente sociais.

Faço essa afirmação, tomando por base que as principais obras de Bookchin foram publicadas entre as décadas de 1960 e 1980, ao passo que a Educação Ambiental vai tomar uma dimensão profundamente social quando da realização da Rio-92, especialmente nos debates produzidos pelo Fórum Global da Sociedade Civil, organizado pelos movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Olhando para o conjunto das vertentes da Educação Ambiental aqui destacadas, penso que o conceito de ecologia social apresentado por Bookchin contribui para reforçar a necessidade de superação da dicotomia existente na relação entre sociedade e natureza. Nesse mesmo sentido, destacaria que o profundo mergulho que Bookchin faz para identificar a verdadeira origem dos problemas ambientais – ou seja, nas suas raízes profundamente sociais originadas a partir do estabelecimento de relações hierárquicas e de dominação – traz consigo a possibilidade de aprofundarmos, de modo mais contundente, as análises e olhares críticos frente às questões que se nos apresentam nos dias atuais.

Ainda, diante de todos os conflitos socioambientais por que passamos atualmente, a proposta de Bookchin do estabelecimento de um municipalismo libertário se apresenta como uma possibilidade concreta, considerando que ela se desenvolve nos níveis comunitários locais de bairros, condomínios, comunidades rurais (...). No entanto, seria possível realizar esse tipo de experiência utópica, tal qual Bookchin propõe, no seio de nossa atual sociedade notadamente marcada pelo controle centralizado nas mãos do Estado e dos interesses do capital?

A título de ilustração, destaco o trabalho de dissertação de mestrado em educação ambiental apresentado por Ieda Maria Duval de Freitas (2003) que nos apresenta a experiência do contexto comunitário local autogestivo e da perspectiva ecológica integral da *Comunidad del Sur*, do Uruguai. Nesse trabalho, a autora destaca toda a trajetória da experiência da comunidade, desde a sua criação até a construção do projeto eco-comunitário, alicerçado nos aportes da ecologia social e do municipalismo libertário de Bookchin, no sentido de buscar ações coletivas na concretização de uma outra perspectiva de se viver.

Nesse contexto, afirmo, por minha própria conta e risco, que a ecologia social proposta por Bookchin, nos seus mais diversos aspectos, equipara-se ao contexto das vertentes da educação ambiental, tal qual destaquei anteriormente, resguardando-se, por certo, as suas particularidades e os seus referenciais. Frente a esse posicionamento, resalto antecipadamente que não tenho a pretensão de propor o surgimento de uma nova corrente “bookchiniana” para a educação ambiental. Retomando os objetivos desse trabalho, quero deixar o sentimento último de apresentação e contribuição, a partir do pensamento de Bookchin, para o campo de formação que escolhi enveredar: a educação ambiental.

Num último movimento de análise, gostaria de retomar um pouco da minha trajetória, conforme explicitarei nas linhas introdutórias dessa dissertação. Faço isso porque percebo, ao me encaminhar para finalização do trabalho, o quanto as idéias de Bookchin vêm a contribuir para a minha própria formação. O mergulho empreendido no pensamento de Bookchin, mesmo não tendo sido tão profundo quanto seria necessário, me ajudam, hoje, a repensar a minha prática enquanto educador, gestor, na relação com o trabalho comunitário, no estabelecimento dos vínculos sociais e ecológicos, assim como as relações que estabeleço com a minha família e o meu próprio entendimento enquanto ser humano.

Tenho clareza de que essa dissertação está longe de apresentar toda a obra e pensamento de Murray Bookchin. Nem tinha essa pretensão. O movimento da pesquisa me impôs algumas escolhas. Muitos cortes foram feitos e muitos temas que deixaram de ser abordados, ou melhor aprofundados, poderiam enriquecer ainda mais o trabalho. Entretanto, o ponto final que colocarei aqui, não significa o

esgotamento dessa abordagem. Ao contrário, ele marca apenas a porta de entrada em uma série de possibilidades de interlocuções e de novas pesquisas que ficam abertas com a incompletude desse trabalho.

Como última referência dessas considerações, retomo o título dessa dissertação: “Da ecologia social à educação ambiental”. A minha intenção ao descrever esse título, foi buscar destacar três importantes movimentos nessa pesquisa: o da educação ambiental; o da linha mestre do pensamento de Bookchin, a ecologia social; e o do próprio pesquisador que procurou articulá-los e atribuir-lhes sentido.

6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS VINCULADAS À OBRA DE MURRAY BOOKCHIN

BOOKCHIN, Murray. **La ecología de la libertad: la emergência y la disolución de las jerarquías**. Madrid: Nossa y Jara Editores, 1999.

_____. **Los anarquistas españoles: los años heroicos 1868-1936**. Valencia: NUMA Ediciones, 2001.

_____. **Historia, civilización y progreso: esbozo para una crítica del relativismo moderno**. Madrid: Nossa y Jara Editores, 1997.

_____. **Municipalismo libertário**. São Paulo: Imaginário, 1999.

_____. Sociedad, política y estado. In: **La sociedad contra la política**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1993, p. 53-70.

_____. Por uma ecologia social. In: **Revista Diário de Bordo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Archipélago, 1991, p. 9-16.

_____. Grupos de afinidade. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 160.

_____. Paris, 1968. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 235-243.

_____. Anarquismo e ecologia. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 339-344.

_____. El marxismo como ideología burguesa. In: **Revista Comunidad**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1981, p. 14-17.

_____. El anarquismo, 1984 y el próximo avenir. In: **Revista Tierra y Libertad**. México: 1985, nº 455, p. 11-17.

_____. Anarquismo en la sociedad de consumo. In: **Revista Sin Fronteras**. Barcelona: 1992, p. 36-39.

_____. Autogestión y nueva tecnología. In: **Revista Comunidad**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1986, nº 53/54, p. 21-27.

_____. Ecology and revolutionary thought. In: **Post-Scarcity Anarchism**. San Francisco: Ramparts Press, 1971.

_____. Nosotros los verdes, nosotros los anarquistas. In: **Revista Comunidad**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1988, nº 63, p. 3-6.

_____. **Por una sociedad ecológica**. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.

_____. Tesis sobre el municipalismo libertario. In: **Revista Comunidad**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, nº 46, 1985, p. 25-30.

_____. Un crecimiento que nos mata. In: **Revista Comunidad**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1990, nº 72/73, p. 6-13.

_____. Ecologia social. In: **Revista Letralivre**. Rio de Janeiro: 1996, nº 15, p. 1-5.

_____. Por uma ecologia social. In: **Revista Utopia**. Rio de Janeiro; 1991, nº 4, p. 16-21.

_____. Ecologia e pensamento revolucionário. In: **Revista Utopia**. Rio de Janeiro; 1988, nº 1, p. 6-7.

_____. Autogestão e tecnologias alternativas. In: **A Idéias**. Lisboa, junho de 1985, p. 35-37.

_____. Um manifesto ecológico: o poder de destruir – o poder de criar. Texto disponível em <http://www.cedap.assis.unesp.br/cantoliberalario/textos/0090.html>. Acesso em

janeiro de 2006.

BOOKCHIN, Murray; BOINO, Paul; ENCKELL, Mariane. **O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!** São Paulo: Imaginário, 2003.

HERBER, Lewis (pseud. de Murray Bookchin). **The Problem of Chemicals in Food.** In: *Contemporary Issues*, vol. 3, no. 12 (June- August 1952), p. 235.

REFERÊNCIAS VOLTADAS PARA QUESTÕES TEÓRICAS, DE CONTEXTUALIZAÇÃO E DE CONTEÚDO.

AGENDA 21 GLOBAL. Disponível em <http://www.mma.gov.br>.

AVANZI, Maria Rita. **Ecopedagogia.** In: LAYRARGUES, Philippe (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira.* Brasília: MMA, 2004, p. 35-50.

BAKUNIN, Michael. **A igreja e o estado.** In: WOODCOCK, George (org.). *Os grandes escritos anarquistas.* Porto Alegre: L&PM, 1981, p. 75-81.

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. *Educação Ambiental e Literatura: a contribuição das idéias de Octávio Paz.* In: NOAL, Fernando Oliveira e BARCELOS, Valdo Hermes de Lima e NOAL, Fernando (organizadores). **Educação Ambiental e Cidadania: cenários Brasileiros.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BERTOLUCCI, Daniela; MACHADO, Júlia; SANTANA, Luiz Carlos. *Educação ambiental ou educações ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira.* In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, vol. 15, 2005, p. 36-48.

BIEHL, Janet. **The Murray Bookchin reader.** Montreal: Black Rose Books, 1998.

BIEHL, Janet. **A remembrance of Murray Bookchin.** Burlington, 2007.

CARTA DA TERRA, 2000. Disponível em <http://www.mma.gov.br>. Acesso em julho de 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 13-24.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a invenção do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Isabel e GRUN, Mauro. Hermenêutica e educação ambiental. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005, 175-188.

COLOMBO, Eduardo. **El espacio político de la anarquía: esbozos para una filosofía política del anarquismo**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2000.

FABBRI, Luce. **El camino: hacia el socialismo sin estado – en cada paso la realidad de la meta**. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 2000.

FABBRI, Luce. Encontro com Luce Fabbri. In: **Revista Utopia** nº 6, 1997, p. 82.

FERRARO JÚNIOR, Luiz (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005.

FREITAS, Ieda Maria Duval. **A utopia compartilhada e o compartilhar como utopia – A educação ambiental no contexto de uma experiência ecológica integral: a Eco Comunidad del Sur**. Rio Grande: PPGEA/FURG (Dissertação de Mestrado), 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge. **A bibliografia libertária: um século de anarquismo em língua portuguesa**. São Paulo: Imaginário, 1999.

GUALDA, Estrela. Movimentos ecologistas en el contexto de los movimientos sociales. In: TUR, Antonio Aledo e José Dominguez Gómez (directores). **Sociologia Ambiental**. Montevideo: Grupo Editorial Universitario, 2002.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 14ª ed., 2003.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, Philippe (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 25-34.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: no consenso um embate?** Campinas: Papyrus, 2000.

Institute for Social Ecology. Sítio da internet. Disponível em <http://www.social-ecology.org>. Acesso em fevereiro de 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, Gustavo. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, Philippe (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 85-112.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria crítica. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005, p. 323-332.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA**. Brasília: MMA, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. In: **Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA**. Brasília: MMA, 2005, p. 57-63.

NOAL, Fernando Oliveira e BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (organizadores). **Educação Ambiental e Cidadania: cenários Brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 14, novembro/2001, p. 179-195.

QUINTAS, José. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 113-140.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Atores sociais e meio ambiente. In: LAYRARGUES, Philippe (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004, p. 51-64.

SÁ, Raquel Stela de. **A oficina como ferramenta educativa: do corpo disciplinar ao corpo vibrátil – uma abordagem libertária contemporânea**. Florianópolis: UFSC (tese de doutorado), 2002.

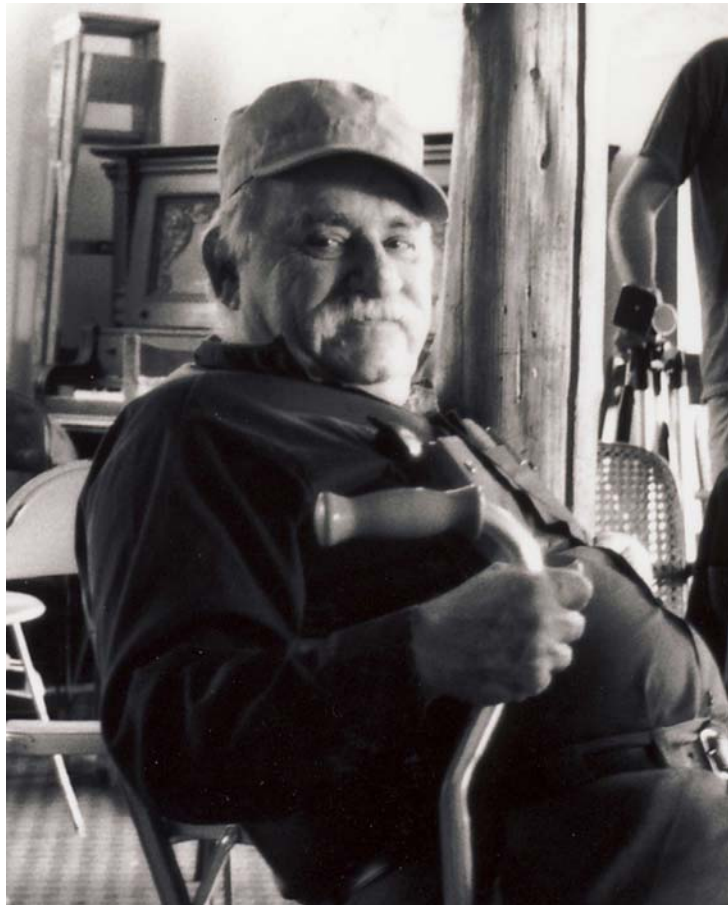
SATO, Michele e SANTOS, José Eduardo dos. **A contribuição da educação ambiental à esperança de pandora**. São Carlos: Rima, 2003.

TUR, Antonio Aledo. Problemas socioambientales II: las ecoutopías. In: TUR, Antonio Aledo e José Dominguez Gómez (directores). **Sociologia Ambiental**. Montevideo: Grupo Editorial Universitário, 2002.

WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas – vol. 1 A idéia e vol. 2 O movimento**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ANEXOS



■ Foto de Murray Bookchin enviada por Janet Biehl.

A REMEMBRANCE OF MURRAY BOOKCHIN

by Janet Biehl

I moved to Burlington, Vermont in January 1987 because I had heard that Murray Bookchin would be teaching in his living room - giving lectures on dialectical philosophy and the history of popular revolutions - and that curriculum intrigued me more than any graduate program. Why study political theory in graduate school, I thought, and write articles that six people will read, when a new movement was brewing, the ecology movement, raising endless new issues that were crying out to be discussed? For that, I gave up my rent-stabilized apartment and headed north.

How fortunate that I cast my lot with Murray — it was the beginning of an extraordinary journey. A generalist of the nineteenth-century variety, his worldview wove together aspects of many fields into a coherent whole: history, politics, anthropology, philosophy, ecology, urban studies, and more. He gave me, and all his students, a framework with which to comprehend the world, one we could alter based on our experience, then come back for more, because no other leftist theorist was offering a broad, long-range view that embraced the best of the Western tradition. Even when our thoughts seemed to diverge from it in places, we learned by grappling with that framework . It was a priceless education.

Born in the Bronx in 1921, Murray was a dynamo from the outset. He had been a Young Communist in the 1930s and lectured on soapboxes in Crotona Park at the age of fourteen - his later prose soared with the musical rhythms of a charismatic orator. Abandoned by his

father at age six, he learned early on to think for himself and stand on his own; instead of going to college, he earned a meager livelihood in a foundry. He broke decisively with the Communists over the Hitler-Stalin pact in 1939, then moved on to Trotskyism and finally rejected Marxism altogether. Murray realized that changing times required new ideas, and so after the Second World War he began to rethink the revolutionary project, which he continued to do for the rest of his life.

Where Marx had thought the proletariat would be the agent of revolution, Bookchin realized that the only possible revolutionary agent was ordinary people — men and women, people of all races, colors, and gender identities — living in communities who would rise up to prevent the destruction of their environment, their culture, and their humanity, who would empower themselves as active citizens rather than settle for being passive consumers. Where Marx had allowed for authoritarianism in the name of revolution, Bookchin made sure the counterpower he envisioned would be equitable, developing a plan for a direct democracy, of citizens' assemblies in confederation, as the "form of freedom" to institutionalize popular power. He called these ideas social ecology, embedded them in the utopian tradition and tried, for a long time, to marry them to anarchism. In the late 1990s, finally concluding that anarchists had no serious interest in civic participation, he renamed his beloved tradition communalism.

Murray spent the rest of his life elaborating his emancipatory vision. His 1962 book *Our Synthetic Environment* (written under the pseudonym Lewis Herber) raised the alarm, not just about pesticides, but a whole plethora of ecological ills: published six months before Rachel Carson's *Silent Spring*, it was ignored by the mainstream because Bookchin, unlike Carson, was a political radical. In an article he wrote

the following year, Murray was the first to conceive of ecology in terms of radical politics. He and his writings went on to have a profound impact on the counterculture of the 1960s, the antinuclear and organic agriculture movements of the 1970s and 1980s, the Green movements and parties, and the antiglobalization movement of the late 1990s.

Unlike many subsequent writers on ecology, Bookchin from the outset married ecological to social concerns. His magisterial *The Ecology of Freedom* (1982) became his most important work on ecology and hierarchy, while his exposition of politics and confederal democracy was fullest in *The Rise of Urbanization and the Decline of Citizenship* (1985). "Politics," he wrote, "must be recovered if we are to reclaim any degree of personal and collective sovereignty over our lives."

A few months after I moved to Burlington, Murray and I fell in love, and for the next twenty years we were virtually inseparable. He was a devoted and faithful companion, affectionate and expressive, and his love transformed me from a bundle of nerves into a confident, creative woman. Through his example, he taught me to stand up for what I believed, to debate, to marshal an argument. Love — especially when combined with political activity!—does indeed have the power to transform.

I quickly got swept up into the whirlwind of his activity, and every day with him was an adventure. At first we concentrated on social ecology organizing, at the local and regional and continental levels, trying to form confederations of local groups working toward direct democracy. We worked internationally as well, corresponding with social ecologists everywhere from Uruguay to Greece to Norway to, most recently, the Kurdish areas (where a major Kurdish leader today recommends that his people read Murray's works). I recall a stem-

winding oration at Waterloo, Ontario, that had everyone in a packed auditorium on the edge of their seats — he seemed to make people believe they really could create a good society.

Later, when he retired from political activity, we concentrated on writing, and together from 1991 to 2004 we produced a tall stack of books. He wrote, and I edited and researched, while I also wrote four books of my own explicating Murray's ideas--my proud accomplishments. Life lived on these terms was imbued with purpose.

Murray challenged the conventional wisdom of the left and the right unsparingly — often to the chagrin of his would-be allies. Coming up as he had in the 1930s left, he perceived that at the end of this century the left, heir to a great revolutionary tradition, was getting dumbed down, and in his last decades he profoundly grieved this development, lamenting the demise of “the left that was.” A left vitiated by postmodernism, identity politics, and biocentrism was not, he felt, worthy to inherit the mantle of the basically humane and cosmopolitan tradition he had once known.

Murray was a genuinely original thinker, always true to himself, his integrity unimpeachable. Sometimes the ideas he expounded sounded like self-evident truths — democracy, ethics, reason, citizenship, humanism. But in a world slouching toward Bethlehem, simple truths can be radical and must be repeated again and again.

At the end of his life he could look back and say, “I have no regrets.” For me, it was a privilege to live and collaborate with him for twenty years and then to care for him in those last unforgettable months on home hospice. His physical heart put up a valiant struggle, his doctor told us, but finally the voice that had once spoken passionately for hours

at a time was reduced to a few breathy syllables. In the end he died as he had lived, on his own terms, a socialist; he died with grace, dignity, and courage.

[I'm choosing the second option for the ending:] A few months before he died, Murray was reading a book called *Aristotle's Children*. It's about a set of innovative humanistic, naturalistic ideas developed in ancient Greece that were forgotten for a thousand years, only later to be rediscovered when people were ready to hear them. "Aristotle's children," in this sense, would include someone like Galileo.

Let's hope it doesn't take a millennium before Murray's work surfaces to inspire new generations. In the meantime Bookchin, like Aristotle, will have children. They will be those who, like Murray himself, speak truth to power. They will confront the world straightforwardly and resolutely. They will stand for clarity against obscurantism, for reason against mysticism, and they will organize political groups to work toward genuine democracy, to create a rational and ecological society, even the greatest changes do not come about in their own lifetimes.

UMA LEMBRANÇA DE MURRAY BOOKCHIN

Por Janet Biehl

Tradução: Nara Floriano de Oliveira

Mudei para Burlington, Vermont, em Janeiro de 1987 porque eu tinha ouvido que Murray Bookchin estaria ensinando em sua sala de estar – dando conferências sobre filosofia dialética e a história das revoluções populares – e aquele currículo intrigou-me mais do que qualquer programa de graduação. Por que estudar teoria política em escola de graduação, eu pensei, e escrever artigos que seis pessoas lerão, quando um novo movimento estava surgindo, o movimento ecológico, levantando novos assuntos sem fim que estavam clamando para serem discutidos? Por isso, eu abandonei meu estabilizado apartamento alugado e rumei para o norte.

Quão afortunada eu fui em moldar meu destino com Murray - foi o início de um jornada extraordinária. Um generalista da diversidade do século dezanove, sua visão de mundo teceu os aspectos unidos de muitos campos em uma coerente totalidade: história, política, antropologia, filosofia, ecologia, estudos urbanos e mais. Ele deu-me, e a todos os seus estudantes, uma estrutura para compreender o mundo, a qual nós podíamos alterar baseados na nossa experiência e, então buscar mais, porque nenhum outro teórico esquerdista estava oferecendo uma visão ampla e de longa extensão que abraçava o melhor da tradição do Oeste. Mesmo quando nossos pensamentos pareciam divergir disto em partes, nós aprendíamos por lidar com aquela estrutura. Era uma educação sem preço.

Nascido no Bronx em 1921, Murray foi um dínamo desde o início. Ele tinha sido um Jovem Comunista na década de 1930 e discursava em Crotona Park em cima de pequenas plataformas com a idade de quatorze anos – sua prosa, mais tarde, encaixou-se com os ritmos musicais de um orador carismático. Abandonado pelo pai com a idade de seis anos, ele aprendeu cedo a pensar por ele mesmo e a se sustentar; ao invés de ir para a faculdade, ele ganhava um insuficiente salário em uma fábrica de fundição. Ele rompeu decisivamente com os Comunistas sobre o pacto Hitler-Stalin em 1939, então mudou-se para o Trotskyanismo e, finalmente, rejeitou totalmente o Marxismo. Murray percebeu que a mudança de tempos requer novas idéias, e assim, após a Segunda Guerra Mundial ele começou a repensar o projeto revolucionário, o qual ele continuou a fazer pelo resto de sua vida.

Onde Marx tinha pensado que o proletariado seria o agente da revolução, Bookchin percebeu que o único agente revolucionário possível era o povo comum – homens e mulheres, pessoas de todas as raças, cores e identidades de gênero – morando em comunidades que se levantariam para prevenir a destruição de seu ambiente, sua cultura e sua humanidade, que tomariam poder como cidadãos ativos, ao invés de aceitarem ser consumidores passivos. Onde Marx tinha permitido o autoritarismo em nome da revolução, Bookchin certificou-se de que o contra-poder que ele visualizou seria equivalente, desenvolvendo um plano para uma democracia direta, de assembléias de cidadãos em confederação, como a “forma de liberdade” para institucionalizar o poder popular. Ele chamou essas idéias ecologia social, embebia-as na tradição utópica e tentou, por um longo tempo, casá-las com o anarquismo. No fim da década de 1990, finalmente concluindo que os anarquistas não tinham interesses sérios em participação cívica, ele renomeou sua amada tradição de comunalismo.

Murray passou o resto de sua vida elaborando sua visão emancipatória. Seu livro de 1962 “Nosso ambiente sintético” (escrito sob o pseudônimo de Lewis Herber) levantou o alarme, não apenas sobre pesticidas, mas sobre uma grande quantidade de doenças ecológicas: publicado seis meses antes do “Silent Spring” de Rachel Carson, foi ignorado pela tendência dominante porque Bookchin, ao contrário de Carson, era um político radical. Em um artigo que ele escreveu no ano seguinte, Murray foi o primeiro a conceber a ecologia nos termos de políticas radicais. Ele e suas escritas continuaram a ter um profundo impacto na contracultura dos anos sessenta, nos movimentos antinucleares e agricultura orgânica dos anos setenta e oitenta, nos grupos e movimentos Verdes e no movimento antiglobalização no final dos anos noventa.

Ao contrário de muitos escritores subseqüentes sobre ecologia, Bookchin, desde o início, casou o ecológico com interesses sociais. Sua tese, “A Ecologia da Liberdade” (1982), tornou-se seu trabalho mais importante sobre ecologia e hierarquia, enquanto sua exposição de política e democracia confederalista foi mais completa em “A Ascensão da Urbanização e o Declínio da Cidadania” (1985). “A política”, ele escreveu, “deve ser refeita se nós formos recuperar qualquer degrau de soberania pessoal e coletiva para nossas vidas”.

Poucos meses mais tarde, mudei-me para Burlington, Murray e eu nos apaixonamos e, pelos próximos vinte anos nós ficamos virtualmente inseparados. Ele era um companheiro devotado e fiel, afetuoso e expressivo e seu amor transformou-me de uma pilha de nervos a uma mulher confiante e criativa. Com o seu exemplo, ele ensinou-me a defender o que eu acreditava, a debater, a conduzir um

argumento. Amor – especialmente quando combinado com atividade política! – faz, de fato, ter-se o poder para transformar.

Rapidamente fui sugada para dentro do vendaval de atividades dele, e cada dia era uma aventura com ele. Primeiro, concentrávamo-nos na organização da ecologia social, nos níveis local, regional e continental, tentando formar confederações de grupos locais trabalhando em direção à democracia direta. Trabalhamos internacionalmente também, correspondendo-nos com ecologistas sociais de todo lugar desde Uruguai, Grécia, Noruega e, mais recentemente, até das áreas Kurdish (onde um líder principal Kurdish recomenda que seu povo leia os trabalhos de Murray). Eu chamei de um discurso envolvente quando, em um auditório lotado em Waterloo, Ontário, cada pessoa estava na beirada de seus assentos - ele parecia fazer as pessoas acreditarem que elas realmente poderiam criar uma boa sociedade.

Mais tarde, quando ele se aposentou da atividade política, concentramo-nos em escrever e, juntos, de 1991 a 2004 nós produzimos uma alta pilha de livros. Ele escreveu e eu editei e pesquisei, enquanto eu também escrevi quatro livros dando minhas próprias explicações sobre as idéias de Murray – minhas orgulhosas realizações. A vida vivida nestes termos era imbuída com propósito.

Murray desafiou a sabedoria convencional da direita e da esquerda sem poupar uma nem outra – freqüentemente para o desgosto de seus supostos aliados. Como ele tinha vindo da esquerda da década de trinta, ele percebeu que no fim deste século, a esquerda, herdeira de uma tradição revolucionária, estava tornando-se simplória, e nas suas últimas décadas, ele afligiu-se profundamente com este acontecimento, lamentando o fracasso da “esquerda que se foi”. Uma esquerda

enfraquecida pelo pós-modernismo, identidades políticas e biocentrismo não foi, ele sentiu, digna de herdar o manto da tradição basicamente humana e cosmopolitana que ele tinha uma vez conhecido.

Murray era um pensador genuinamente original, sempre verdadeiro para com ele mesmo, sua integridade era impecável. Algumas vezes as idéias que ele expunha soavam como verdades óbvias – democracia, ética, razão, cidadania, humanismo. Mas, em um mundo que se curvava em direção a Belém, verdades simples podem ser radicais e devem ser repetidas sempre e sempre.

No fim de sua vida, ele podia olhar para trás e dizer: “Eu não tenho arrependimentos”. Para mim, foi um privilégio viver e colaborar com ele por vinte anos e então cuidar dele naqueles últimos e inesquecíveis meses que passou em tratamento em casa. Seu coração enfrentou uma grande dificuldade, segundo seu médico, mas, finalmente, a voz que tinha uma vez falado apaixonadamente por horas num mesmo tempo estava reduzida a poucas sílabas sussurradas. Por fim, ele morreu como tinha vivido, em seus próprios termos, um socialista; ele morreu com graça, dignidade e coragem.

(Eu estou escolhendo a segunda opção para o final). Poucos meses antes de morrer, Murray estava lendo um livro chamado “Os filhos de Aristóteles”. Este livro é sobre um conjunto de idéias inovadoras, humanistas e naturalistas desenvolvidas na Grécia antiga que foram esquecidas por mil anos e, somente mais tarde, foram redescobertas quando as pessoas estavam prontas para ouvi-las. “Os filhos de Aristóteles”, neste sentido, incluiriam pessoas como Galileu.

Vamos esperar que não leve um milênio antes que as bases de trabalho de Murray inspirem novas gerações. Neste meio tempo,

Bookchin, como Aristóteles, terá filhos. Eles serão aqueles que, como o próprio Murray, fala a verdade ao poder. Eles confrontarão o mundo honestamente e resolutamente. Eles posicionar-se-ão pela clareza contra a obscuridade, pela razão contra o misticismo e eles organizarão grupos para trabalhar em prol da democracia genuína, para criar uma sociedade racional e ecológica, mesmo que as maiores mudanças não ocorram durante suas próprias vidas.